



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CULTIVANDO LUGARES: UMA ANÁLISE SÓCIO-MATERIAL DA  
CO-CONSTITUIÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS NO DISTRITO  
FEDERAL**

**Guilherme Nascimento de Oliveira**  
Dissertação de Mestrado

Brasília – Distrito Federal  
2019

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CULTIVANDO LUGARES: UMA ANÁLISE SÓCIO-MATERIAL DA  
CO-CONSTITUIÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS NO DISTRITO  
FEDERAL**

Guilherme Nascimento de Oliveira

Orientadora: Shadia Husseini de Araújo

Dissertação de Mestrado

Brasília – Distrito Federal

2019

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CULTIVANDO LUGARES: UMA ANÁLISE SÓCIO-MATERIAL DA  
CO-CONSTITUIÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS NO DISTRITO  
FEDERAL**

Guilherme Nascimento de Oliveira

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Geografia, Área de Concentração de Gestão Ambiental e Territorial.

Aprovada por:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Shadia Husseini de Araújo  
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Glória Maria Vargas  
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília  
Examinadora Interna

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Liza Maria Souza de Andrade  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília  
Examinadora Externa

## FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, GUILHERME NASCIMENTO DE

Cultivando Lugares: Uma Análise Sócio-Material da Co-Constituição de Hortas Comunitárias no Distrito Federal. 2019. 126 p. (GEA/IH/UnB, Mestre, Geografia – Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional, 2019).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

1. Agricultura Urbana

4. Distrito Federal

2. Lugar

5. Geografia Mais-Que-Humana

3. Agenciamentos

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Guilherme Nascimento de Oliveira

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus familiares pelo apoio incondicional e suporte a todos os momentos, especialmente os momentos de dificuldades. Meu pai, cujo ativismo me inspirou com o tema da pesquisa; minha mãe, sempre preocupada em saber se estava indo tudo nos conformes da pesquisa.

Agradeço também a meu amor, Camila, que me acompanha na jornada acadêmica e com quem compartilho diariamente os avanços e breques da pesquisa, os desafios e as superações. Obrigado por ser meu suporte e pelo seu incentivo constante.

Quero agradecer também a minha orientadora, Shadia, pelos incontáveis momentos de aprendizado, pela paciência e disposição de me atender e tentar sempre encontrar os melhores caminhos dentro da pesquisa.

A todos os outros que participaram direta ou indiretamente da pesquisa: obrigado!

## RESUMO

A agricultura urbana comunitária no Distrito Federal é uma atividade que tem adquirido relevância ímpar em diversos contextos nos últimos anos. Essa modalidade de agricultura urbana está inserida na economia local do DF, é uma fonte de produção de alimentos, meio de ação social e cultural, e ainda de formas de manifestações políticas e em defesa do meio ambiente. Assim como pomares ou jardins, as hortas comunitárias contam com uma gama de entidades humanas (hortelãos, comunidades, transeuntes, políticos, entre outros) e não-humanas (plantas, animais, o solo, a água, as leis e os desejos, entre outras entidades) que atuam na constituição desses lugares. Isso implica na necessidade de estudarmos as hortas além da perspectiva humana, adotando abordagens que abrangem a interconectividade dos seres e sua atuação sobre os lugares. A teoria dos agenciamentos e a Geografia Mais-Que-Humana (pouco discutida na Geografia brasileira) apresentam bases filosóficas e teóricas capazes de fundamentar tal trabalho. Objetivamos, então, entender como lugares da agricultura urbana comunitária do Distrito Federal, ou seja, Hortas Comunitárias, são co-constituídas por entidades humanas e não-humanas, materiais e imateriais. Para tanto, também comparamos como essas entidades inter-relacionadas co-constituem hortas de diferentes características a partir de dois estudos de caso no Distrito Federal. Foram realizadas entrevistas narrativas com os participantes da atividade e observações nas hortas, em que verificamos as formas como as entidades-chave atuantes nos agenciamentos modificam as feições materiais, as significações e experiências nas hortas, co-constituindo novos lugares. Compreendemos que os processos que formam os agenciamentos se traduzem nas características dos lugares nas hortas e elencamos as principais entidades que atuam nos agenciamentos, assim como a forma que elas se interrelacionam e quais as suas repercussões no lugar. Os resultados incluem que há uma grande semelhança nas entidades atuando nas duas hortas, no entanto, a forma como elas atuam e se relacionam com outras entidades difere de acordo com os contextos locais, constituindo lugares com características diferentes, como a organização espacial das hortas e as significações e experiências no lugar. Ademais, o atual trabalho ressalta a profundidade das atuações de entidades não-humanas como as plantas, o desejo e a legislação vigente, entre outros, relacionadas às entidades humanas nos lugares. Portanto, as entidades interrelacionadas dos agenciamentos, ao transformarem as características materiais, simbólicas e expressivas das hortas, atuam na sua co-constituição, modificando os lugares associados à espacialidade dos plantios no Distrito Federal, e os reconfigurando de acordo com mudanças em sua territorialidade.

**Palavras-chave:** Agricultura Urbana, Lugar, Hortas, Agenciamentos, Geografia Mais-Que-Humana.

## ABSTRACT

Community urban agriculture in Federal District is an activity that has achieved unique relevance in several contexts during the last few years. This kind of urban agriculture has an impact in the local economy of FD, it is a source of food production, a means of social and cultural production, as well as a form of political manifestation and environmentally friendly practices. Much like orchards, community gardens are constituted through the actions of a wide array of human entities (urban farmers, communities, passers-by, politicians, among others) and nonhumans (plants, animals, soil, water, laws and desires, among other entities). Hence, it is relevant to study gardens beyond a human-centric perspective, adopting approaches that encompass the interconnectivity of beings and their actions in places. Assemblage theory and More-than-Human Geography (barely discussed in Brazilian Geography) represent the philosophical and theoretical foundations able to substantiate such work. I aim to understand how places of community urban agriculture in Federal District, that is, community vegetable gardens, are co-constituted by human and nonhuman entities, both material and immaterial. By drawing on two different case studies conducted in the Federal District, I compare how the interrelated entities co-constitute vegetable gardens with different characteristics. I carry out narrative interviews with participants of the vegetable gardens and observations in the grounds. In this regard, I have verified the ways the key entities of the assemblages modify the material features, meanings, and experiences in the garden, co-constituting new places. I examine how the processes of assembling and disassembling configure the place-gardens and specify the main entities that act within the assemblages, as well as the way they interrelate and reverberate in place constitution. There is a substantial similarity among the entities acting in the two gardens. However, the way they act and relate to other entities differs according to the local contexts, constituting places with distinct characteristics, such as the gardens' spatial organization and the farmers' experience. In addition, the current work highlights the depth of the actions of non-human entities such as plants, the farmers' desires, and current law, among others, related to human entities in places. Therefore, the interrelated entities of the assemblages, transforming the material, symbolic and expressive characteristics of the gardens, act in their co-constitution, modifying the places associated with the territoriality of the gardens in Federal District, and reconfiguring them according to the new spatial expressions of the assemblages.

**Palavras-chave:** Urban Agriculture, Place, Gardens, Assemblages, More-Than-Human Geography.

# SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1 Introdução .....</b>  | <b>8</b>   |
| <b>2 Agricultura Urbana e Agricultura Urbana Comunitária na Geografia .....</b>      | <b>16</b>  |
| 2.1 Construindo a conceituação de Agricultura Urbana .....                           | 16         |
| 2.2 As múltiplas esferas da Agricultura Urbana .....                                 | 19         |
| 2.3 Discutindo a Agricultura Urbana Comunitária .....                                | 24         |
| 2.4 Breve Histórico das Pesquisas Geográficas em Agricultura Urbana .....            | 29         |
| 2.5 Discussões atuais e Potencialidades para a Agricultura Urbana na Geografia ..... | 32         |
| <b>3 Hortas Comunitárias enquanto Agenciamentos .....</b>                            | <b>37</b>  |
| 3.1 Um mundo Sócio-Material mais abrangente .....                                    | 37         |
| 3.2 Deslocando a centralidade humana.....  | 40         |
| 3.3 Hortas Urbanas Comunitárias enquanto lugares.....                                | 43         |
| 3.4 Agenciamentos e Lugares .....  | 46         |
| <b>4 Metodologia de Pesquisa .....</b>   | <b>52</b>  |
| 4.1 Recorte Espacial.....  | 52         |
| 4.1.1 Agricultura Urbana no Distrito Federal .....                                   | 52         |
| 4.1.2 Agricultura Urbana Comunitária no Distrito Federal .....                       | 54         |
| 4.1.3 As Hortas .....  | 56         |
| 4.2 Métodos da Pesquisa .....  | 58         |
| <b>5. A Co-Constituição dos Lugares, Agenciamentos, Hortas .....</b>                 | <b>64</b>  |
| 5.1 Organização espacial .....   | 64         |
| 5.2 Assembling e Disassembling .....   | 73         |
| 5.3 Co-Constituição dos Lugares .....  | 92         |
| <b>6 Considerações Finais .....</b>  | <b>108</b> |
| <b>Referências Bibliográficas .....</b>  | <b>113</b> |
| <b>Apêndices.....</b>  | <b>125</b> |

## 1 - Introdução

Espaços urbanos e rurais estão constantemente em transformação e diminuindo suas fronteiras. Carneiro (1998) discute justamente a dificuldade na delimitação desses espaços, já que eles não mais comportam as representações sociais e simbólicas das realidades urbana e rural. Enquanto Saskia Sassen (2001) associava a globalização a suas dinâmicas e processos aos espaços urbanos, cuja epítome é o conceito da Cidade Global, um número crescente de trabalhos acadêmicos se voltava para as características das dinâmicas globais nos espaços rurais. The Global Countryside, termo cunhado por Woods (2007), é o resultado dos processos de globalização em áreas rurais, produzindo novas relações entre entidades e materialidades híbridas. No Brasil, cidades do agronegócio (ELIAS, 2012) – cidades que crescem em torno ou por causa dessa atividade – exemplificam a ideia do Global Countryside. O oposto também ocorre. Nesse sentido, lugares da agricultura urbana são representantes dos espaços rurais – suas entidades e elementos imateriais – amalgamados nas cidades, transformando suas feições e significados.

A agricultura urbana, segundo Mougeot (2000), é a atividade agrícola praticada em áreas urbanas e integrada ao ecossistema das cidades. A agricultura urbana é múltipla em seus propósitos e na sua distribuição e organização espacial. Há muitos exemplos de agricultura urbana, cada um com suas respectivas características e funções, mas poucos se comparam a hortas comunitárias quando se trata da multiplicidade de características, sejam elas materiais ou imateriais.

A multiplicidade das hortas se traduz nos elementos que encontramos nesses locais. Nas hortas há uma diversidade de elementos materiais (tais como as áreas de plantio, plantas, o solo, os objetos na horta, os instrumentos dos agricultores, entre outros) e elementos imateriais (as experiências dos hortelãos<sup>1</sup>, os símbolos, os significados das hortas, leis, os conhecimentos, desejos e propósitos dos agricultores, entre outros). Assim, pode-se entender as hortas como lugares fundamentados na atividade humana de plantar comunitariamente em ambientes urbanos, mas também pautadas nos demais elementos (materiais e imateriais) que ali co-existem.

---

<sup>1</sup> Termo que designa os agricultores urbanos que trabalham em hortas comunitárias. O termo é muitas vezes utilizado pelos próprios hortelãos.

Lugar é uma categoria geográfica que ganhou muita relevância a partir da década de 1970 com os estudos de Yi-Fu Tuan, Edward Relph e Anne Buttimer. A categoria de análise é, em geral, entendida como uma localidade permeada de significados, símbolos, afetividades (CRESSWELL, 2009). Ao longo da história da ciência geográfica, os conceitos de lugar incorporaram elementos advindos das diversas correntes do pensamento que influenciaram a Geografia. Uma dessas correntes foi o pós-estruturalismo, que busca desconstruir os binarismos e entender que categorias atuam na construção do mundo (THRIFT E KITCHEN, 2009) e o pós-humanismo, que trouxe a questão dos não-humanos na constituição dos lugares. Obras como a de Ingold (1993), Cloke e Jones (2001), Rose e Wylie (2006) e Besse (2010) exemplificam como as correntes de pensamento pós-estruturalista e pós-humanista influenciaram as formas de analisar o lugar e outras categorias geográficas.

Esta pesquisa, então, baseia-se em uma análise sócio-material que engloba as multiplicidades das hortas comunitárias. A teoria dos agenciamentos (DELEUZE E GUATTARI, 2000; DE LANDA, 2013) permite estudar o fenômeno da horticultura comunitária considerando a multiplicidade de elementos ou entidades que estão presentes na atividade, sejam eles humanos ou não-humanos, materiais ou imateriais. Nos centramos nas atuações das entidades nas hortas, ou seja, nos lugares, e nas formas como se relacionam entre si para entender como hortas comunitárias no Distrito-Federal, enquanto agenciamentos, são co-constituídas por uma variedade de entidades interrelacionadas.

A obtenção ou produção de alimentos nos espaços urbanos é uma atividade praticada há milhares de anos, mas sem uma definição específica do início dessa prática (SMIT, NASR, RATA, 2001; VILJOEN, 2005). Esse tipo de atividade, atualmente, ocorre de forma intensa dada a crescente necessidade de também haver produção de alimentos e áreas verdes nas cidades. Os avanços tecnológicos, especialmente no campo da tecnologia da informação, favoreceram a organização das pessoas em grupos de coleta ou produção de alimentos de maneira comunitária. Exemplo disso é o mapeamento colaborativo realizado pelo projeto *Falling Fruit*, que utiliza uma base de dados atualizada diariamente composta por entradas oficiais e comunitárias acerca de plantas frutíferas nas cidades que podem ser utilizadas para o consumo. Isso mostra a relevância das práticas comunitárias e de produção

alimentícia nas cidades ao redor do globo. Só nos Estados Unidos e Canadá há mais de 18.000 hortas comunitárias<sup>2</sup>.

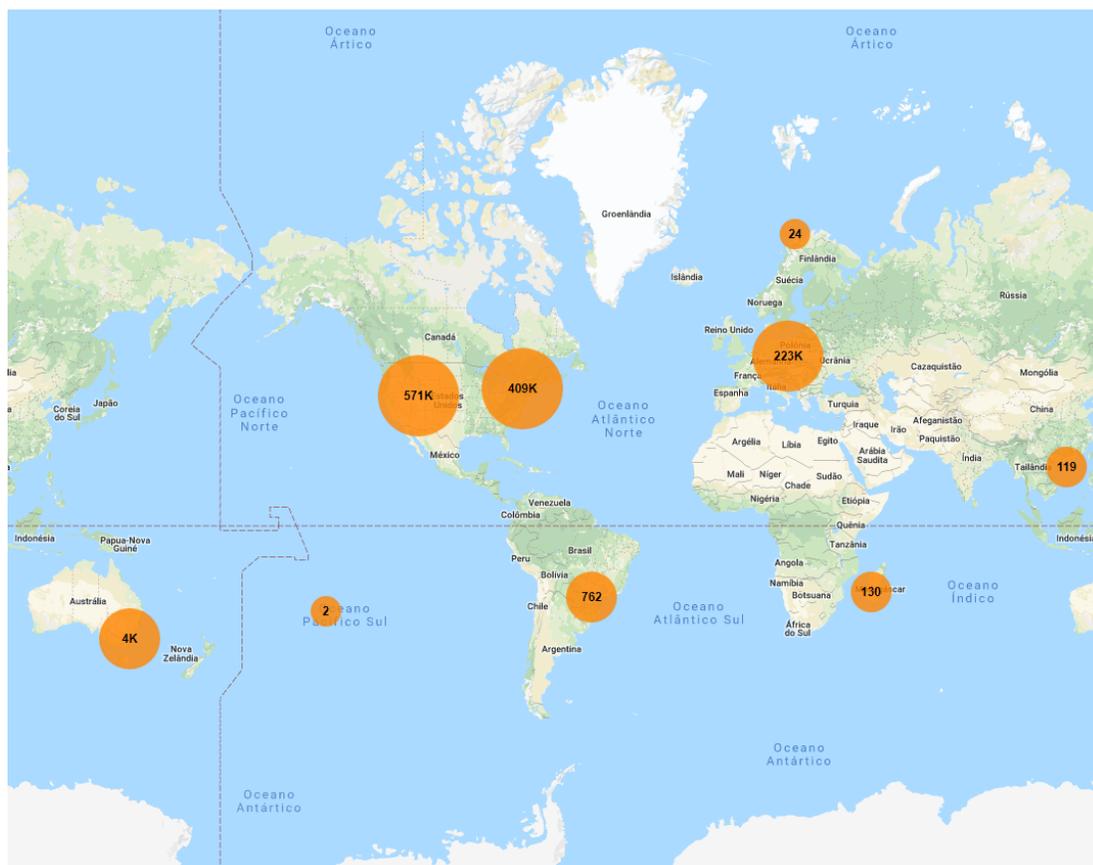
A horticultura comunitária é uma atividade crescente no Distrito Federal. Desde 2015, o número de hortas aumentou em 500%, totalizando mais de cento e vinte até o final de 2018. Elas se espalharam por quase todos os trinta e um subdistritos da capital, ocupando as áreas tombadas pela UNESCO em 1987, áreas não-tombadas, terrenos públicos ou particulares, ocupando áreas sem utilização, recuperando espaços degradados, enfeitando canteiros centrais de pistas, jardins e áreas verdes das quadras e ruas da cidade através da produção de alimentos (STACCIARINI, 2015). A ocupação e utilização desses lugares muitas vezes gera conflitos entre os urbanitas. Exemplos disso são as hortas da 416 Norte, 713 Norte, 606 Norte (LOPES, 2015), Horta Girassol (BOM DIA DF, 2017), Projeto Hortas Verticais, em Águas Claras (SANTOS, 2017), entre outros. Apesar dos conflitos, essas e outras hortas como a Agrofloresta da 206 Norte, Horta 312 Norte, Horta 708 Sul Horta 114 Sul (LOPES, 2015), Horta do Sudoeste, Horta do Mercado Sul, em Ceilândia, também contribuíram para o avanço da agricultura urbana no Distrito Federal, tanto servindo como modelos de hortas quanto nas suas diversas lutas.

Os estudos em Agricultura Urbana também vêm se modificando com o passar das décadas. Ao longo do século XX, pesquisadores da agricultura urbana vêm estudando os diversos aspectos da atividade (MADALENO, 2000), mas com um enfoque maior nos aspectos econômicos da atividade. Essas abordagens para pesquisa em AU ainda são frequentes hoje em dia. Entretanto, desde a década de 1990 e ao longo destes quase vinte anos até o século XXI, temos visto um crescente número de pesquisas que exploram diferentes temas na agricultura urbana. Entre eles Schmelzkopf (1995) e Nagib (2016) que ilustram como os jardins são lugares políticos e territórios de resistência; através de Glover et al. (2005) e Arruda (2006) mesclando os aspectos políticos e sociais desses espaços; Baker (2004), Holland (2004) e Paula, B. M. et al (2009) contribuem para o debate incorporando evidências de hortas comunitárias, sustentabilidade e segurança alimentar.

---

<sup>2</sup> Dado fornecido pela Associação Americana de Hortas Comunitárias (ACGA).

Mapa 1 - Árvores frutíferas produzindo alimentos nas cidades do mundo



Fonte: *Falling Fruit Project*

Outros autores também auxiliaram nas discussões desses espaços polivalentes, mas a ideia central é que, embora os jardins comunitários variem significativamente entre si, eles sempre envolvem uma comunidade que se fortalece através da produção e do gerenciamento desses lugares para fins específicos (HOLLAND, 2004).

No entanto, os espaços das hortas comunitárias não são constituídos apenas pelos participantes das hortas comunitárias. Várias outras entidades têm um papel na transformação dos espaços urbanos em hortas. Essa transformação geralmente envolve mais do que uma modificação material de espaços; criando, reconfigurando elementos simbólicos e expressivos do jardim. Assim, hortas comunitárias podem ser entendidas como agenciamentos locais<sup>3</sup> (DE LANDA, 2013) baseados em ações<sup>4</sup> de seres humanos,

<sup>3</sup> *Place based assemblages.*

organizações civis e públicas, técnicas, conhecimentos, entidades ambientais, plantas, animais, entre outras. Essas entidades estão relacionadas entre si, e é através dessas interrelações que elas atuam nos agenciamentos.

A Geografia tem dado pouca atenção às perspectivas Pós-Humanistas, principalmente quando as entidades estudadas não são tão familiares aos seres humanos (PANELLI, 2010). Isso é ainda mais agravante no caso brasileiro, onde ainda ouve-se falar muito pouco sobre geografia Mais-Que-Humana. Essas perspectivas, ao englobarem animais, plantas e objetos em suas análises, permitem compreendermos as categorias geográficas fora da lógica centrada no ser humano, uma lógica de construção do espaço geográfico em conjunto a outras entidades<sup>5</sup>.

O debate Pós-Humanista na Geografia brasileira ainda é muito limitado, concentrando-se na Geografia Cultural e em áreas correlatas. Marandola Jr. (2013), trata de novas perspectivas de pesquisa surgidas na Geografia brasileira e mundial a partir do Pós-Estruturalismo e Pós-Humanismo. Porém, os trabalhos nessas vertentes foram pouco apropriados no Brasil, não havendo o Pós-Humanismo um corpo de pesquisas consolidados no país. Isso abre caminhos para a realização de pesquisas que incorporem a natureza e sociedade, juntamente com seus elementos humanos e não-humanos, enquanto entidades que agem reciprocamente na construção do espaço geográfico, lugares, territórios, regiões e paisagens.

Nesse contexto de difusão das hortas comunitárias no Distrito Federal e da atuação de entidades não-humanas, materiais e imateriais nas hortas, levantamos as questões de como esses lugares são constituídos, quem atua na sua constituição e como essas entidades estão relacionadas. Portanto, neste trabalho realizamos uma análise sócio-material de hortas comunitárias no Distrito-Federal, tendo em vista a multiplicidade de potenciais e entidades que compõem esses lugares.

---

<sup>4</sup> Por exemplo, no caso dos agricultores urbanos, a atividade de limpar um espaço, plantar em área pública, realizar manejo sustentável ou não, cercar ou não um terreno; no caso de organizações públicas ou privadas, apoiar a atividade ou dificultá-la; e no caso de plantas e animais, ocuparem esses espaços e se desenvolverem neles, eliminar pragas, distribuir sementes, criar microclimas, entre outras possíveis ações.

<sup>5</sup> (WHATMORE, 2002; POWER, 2005; LONGHURST, 2006; DIXON et al., 2012)

Essa análise sócio-material se baseia na teoria dos agenciamentos (DELEUZE E GUATTARI, 2000; DE LANDA, 2013). Agenciamentos são conjuntos constituídos a partir de diversas entidades heterogêneas (DE LANDA, 2013). Essa teoria tem sido utilizada como uma abordagem e ferramenta analítica para pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Geógrafos e cientistas sociais utilizam os agenciamentos de maneira múltipla, incluindo práticas comunitárias de agenciamento (LI, 2007), ecologia política (BENNET, 2010), movimentos sociais e práticas translocais (MCFARLANE, 2009) geografia urbana (BRENNER, 2011; MCFARLANE, 2011) e relações internacionais (ACUTO e CURTIS, 2014). Na Geografia, a teoria dos agenciamentos é uma das abordagens mais utilizadas desde os anos 2000 (MÜLLER, 2015). A teoria dos agenciamentos também abre possibilidades de abordarmos as hortas como lugares. As hortas são agenciamentos constituídos por elementos materiais e imateriais, por entidades humanas e não-humanas, inter-relacionados.

Esses agenciamentos possuem uma espacialidade que, no caso das hortas comunitárias, pode ser entendida em termos de lugar dada a escala dos fenômenos estudados, pela forma como as experiências e afetividades, assim como as materialidades que contribuem à sua constituição, inclusive a partir da atuação de entidades não-humanas. Dessa forma, colaboramos para o entendimento desses lugares, tendo como foco as entidades atuando nos agenciamentos e suas interrelações. Tendo em vista a relevância social, política, cultural e econômica da atividade horticultura, o crescimento das hortas no Distrito Federal nos últimos anos, e a necessidade de abordar o fenômeno em uma perspectiva que oferece possibilidades de aproximar humanos e não-humanos, material e imaterial, indagamos:

Como lugares da agricultura urbana comunitária do Distrito Federal, ou seja, Hortas Comunitárias, são co-constituídas por entidades humanas e não-humanas, materiais e imateriais?

Para responder à pergunta central da pesquisa foi necessário:

- Apreender como hortas podem ser, ao mesmo tempo, lugares e agenciamentos;
- Compreender por quais processos as hortas, enquanto agenciamentos, são co-constituídas;

- Identificar quais entidades chaves atuam nos agenciamentos, e assim, na co-constituição das hortas;
- Assimilar que relações são estabelecidas entre as entidades nos lugares;
- E comparar como as entidades interrelacionadas co-constituem as diferentes hortas estudadas.

Objetivamos nesta pesquisa entender como lugares da agricultura urbana comunitária do Distrito Federal, ou seja, Hortas Comunitárias, são co-constituídas por entidades humanas e não-humanas, materiais e imateriais. Para alcançar esse objetivo, é necessário, primeiramente, compreender por quais processos as hortas, enquanto agenciamentos, são co-constituídas; identificar quais entidades chaves atuam nos agenciamentos, e assim, na co-constituição das hortas; assimilar que relações são estabelecidas entre as entidades nos lugares e comparar como as entidades interrelacionadas co-constituem as diferentes hortas estudadas.

Para tanto, empreendemos entrevistas narrativas (SCHÜTZE 2011; MUYLAERT ET AL. 2014) e observações simples (GIL, 2014) em duas hortas do Distrito Federal com características díspares em dois momentos de 2018 e 2019. As hortas escolhidas foram a Horta Girassol, maior horta urbana do Distrito Federal, localizada em São Sebastião e a Horta 416 Norte realizada na Asa Norte. Essas hortas foram escolhidas em virtude de suas características contrastantes tais como a renda média da população local, os índices de desenvolvimento humano dessas populações, o tempo de existência das hortas, seu tamanho e propósito para os hortelãos. Isso foi realizado de forma a tentar visualizar se a maneira como essas hortas são co-constituídas pode diferir de acordo com realidades sócioespaciais distintas. As hortas foram escolhidas após um período de pré-campo em que diversas hortas no Distrito Federal foram visitadas em que pudemos conversar não oficialmente com os seus agricultores urbanos e, baseado nesse panorama e fundamentado nos estudos em agricultura urbana, lugares e agenciamentos, decidiu-se por essas duas hortas. A primeira etapa de visitas às hortas foi entre julho e agosto de 2018, meses típicos por seu clima seco. O restante das entrevistas ocorreu entre os meses de dezembro e janeiro dos anos 2018 e 2019, meses chuvosos. As entrevistas são abertas e os entrevistados têm liberdade para falar o quanto estiverem dispostos. As interferências do pesquisador ocorrem

apenas para indicar ao entrevistado que fale sobre determinados temas previamente escolhidos ou aprofundar determinados tópicos. Esse método permitiu a produção de dados da história das hortas, que entidades atuam no lugar, que atividades se desenvolvem, como essas atividades são desenvolvidas, as experiências e vivências dos hortelãos, entre outros.

Tendo em vista o exposto acima, podemos sintetizar de maneira breve as quatro seções que compõem esta dissertação. Na primeira seção, tratamos do conceito de Agricultura Urbana e de sua multiplicidade de propósitos, temas e abordagens. Também aproveitamos esse momento para realizar um levantamento das pesquisas na área, desde sua origem na década de 1950 até os dias de hoje, especialmente na Geografia.

Em seguida, na segunda seção, entramos em detalhes a respeito das bases teóricas que fundamentam esta pesquisa. Começamos com o avanço da perspectiva Pós-Humanista na Geografia. Na subseção seguinte, tratamos de uma vertente da pós-humanista na ciência geográfica chamada de Geografia Mais-Que-Humana. Isso serve como base para fundamentar nossas perspectivas sobre os estudos do lugar; e, por fim, apresentamos a teoria dos agenciamentos, relacionando-os com a categoria do Lugar.

Na seção três, apresentamos o contexto da agricultura urbana no Distrito-Federal e os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa. Comentamos sobre o contexto da AU no DF e suas iniciativas comunitárias, assim como elaboramos acerca das escolhas das hortas para a pesquisa. Também detalhamos as técnicas utilizadas na pesquisa e os trabalhos de campo.

A seção quatro consiste da apresentação e discussão dos resultados de pesquisa. Nos aprofundamos no contexto espacial das hortas de acordo com informações produzidas em campo e elencamos as entidades e suas interrelações associadas aos processos de constituição dos agenciamentos. Por fim, discutimos como essas entidades atuam nos lugares e suas divergências de horta para horta.

## 2 — Agricultura Urbana e Agricultura Urbana Comunitária na Geografia

Esta seção trata da Agricultura Urbana como objeto de estudo da Geografia. Abordamos o conceito de agricultura urbana e suas mudanças ao longo da história recente, as múltiplas esferas da vida humana em que essa atividade é relevante, como entende-se a agricultura urbana comunitária nesse contexto, o histórico das pesquisas em AU e como ela vem sendo trabalhada a partir do século XXI na Geografia. A forma como a atividade é estudada se modificou significativamente desde o século XX, compreendendo cada vez mais a diversidade da agricultura urbana. É nesse contexto que este trabalho busca trazer uma nova abordagem dentro da agricultura urbana, envolvendo a multiplicidade de entidades e esferas da sociedade incluídas na prática.

### 2.1 Construindo a conceituação de Agricultura Urbana

A perspectiva de Agricultura Urbana adotada nessa pesquisa deriva da definição de Jac Smit et al. (1996) revisada por Luc Mougeot (2000) em que a AU é a atividade agrícola desempenhada em meio urbano e integrada nesse ecossistema<sup>6</sup> através do manejo da terra em área urbana, uso de águas urbanas, desenvolvimento de sistemas alimentares urbanos, desenvolvimento urbano sustentável, entre outras características. Essa conceitualização parte do princípio que as definições anteriores<sup>7</sup> não eram capazes de representar a complexidade da agricultura urbana como atividade produtiva.

---

<sup>6</sup> Ecossistema Urbano são as formas como esse ambiente está conectado (e a que ele está conectado) em níveis local, regional e global. Isso envolve os ciclos hidrológicos e de nutrientes nas cidades, os sistemas de distribuição de mercadorias, manejos dos solos urbanos, entre outros elementos (MOUGEOT, 2000).

<sup>7</sup> Mougeot (2000) fala sobre uma mudança no alcance atingido pelo termo agricultura urbana entre os anos 1990 e 2000, e como isso pede por uma mudança na forma de se conceituar a atividade. O que antes estava pautado nas percepções dos pesquisadores da área deve ser pensado a partir da sua funcionalidade e coerência interna, o que derivaria em uma identidade para o conceito.

Ao longo da história das pesquisas em Agricultura Urbana uma definição geral era utilizada de forma a codificá-la e a identificá-la: a atividade agrícola realizada em área urbana e periurbana. Essa definição foi utilizada por órgãos oficiais<sup>8</sup>, transpassando as fronteiras do meio acadêmico (MOUGEOT, 2000) e revelando a necessidade de melhor definir a AU como uma atividade própria.

Esquema 1: As conexões da agricultura urbana no ecossistema urbano



Fonte: MOUGEOT, 2000 (adaptado)

Apenas o aspecto locacional não era o bastante para definir com clareza a atividade, necessitando de outros elementos, tais como coerência interna e funcionalidade externa<sup>9</sup> (MOUGEOT, 2000). Segundo o autor, a diferenciação de áreas urbanas e peri-urbanas, e o posicionamento da atividade em relação à outras similares apresentaram-se como os maiores desafios em conceituar a agricultura urbana *per se*.

Apesar da falta de nitidez do conceito, outros pesquisadores da época também buscavam soluções para o problema de definição da atividade. Enquanto a maioria dos autores até meados dos anos 1990 apenas utilizavam a definição geral de AU, alguns

<sup>8</sup> (COAG/FAO 1999)

<sup>9</sup>

autores, gradualmente, incorporavam a forma como a atividade está incrustada e interage com o ecossistema urbano (RICHTER, 1995; SMIT, NASR, RATTA, 1996; SMITH, 1998; MOUGEOT, 1996). Assim, o conceito de agricultura urbana evoluiu desde perspectivas pautadas nas atividades econômicas desenvolvidas nos plantios urbanos, categorias dos produtos, os seus destinos, os tipos de áreas produzidas e as localidades onde se encontram os plantios; até o conceito de Mougeot (2000), que conecta as diferentes esferas da AU em um ecossistema.

Luc Mougeot, inspirado na definição inicial de Jac Smit et al. (1996) de Agricultura Urbana, escreve:

“[...] é uma atividade localizada dentro (área intraurbana) ou às margens (periurbana) de um município, cidade ou metrópole, que produz ou cultiva, processa e distribui uma diversidade de gêneros alimentícios ou não-alimentícios, (re)utilizando recursos materiais e humanos, produtos e serviços encontrados na/ao redor daquela área urbana, enquanto supre à mesma área recursos humanos e materiais, produtos e serviços.” (MOUGEOT, 2000, p. 11).

É dessa forma que Mougeot entende que a AU é definida pelos fatores locais, mas também por sua escala de produção, produtos, destinação, áreas e as atividades econômicas desenvolvidas; se apoiando nas sinergias no ecossistema urbano (captação de água da chuva, compostagem de resíduos orgânicos advindos de residências e podas de árvores, reutilização de resíduos inorgânicos na construção de jardins e hortas, entre outros) para produzir e gêneros alimentícios e não-alimentícios que serão utilizados para consumo próprio ou comercialização para ganho de renda.

No entanto, a definição de Mougeot ainda carece da inclusão de elementos culturais, sociais e políticos que integram a atividade, sendo ainda muito marcada pela tendência no século XX de estudar o fenômeno da Agricultura Urbana apenas como uma atividade econômica. Jac Smit et al. (2001), em sua revisão do livro de 1996 *Urban Agriculture: Food, Jobs, and Sustainable Cities*, introduz novas perspectivas para a conceituação da atividade ao afirmar que ela contribui para a saúde das populações urbanas, o ambiente familiar e das comunidades que vivem nas cidades. O autor ainda complementa que

existem dois elementos especialmente importantes para populações com menor renda: os propósitos da atividade e os tipos de grupos envolvidos.

Essas características adicionadas por Smit, Nasr, Ratta (2001) contribuem para o entendimento de uma agricultura urbana mais diversa, ainda interligada ao ecossistema urbano, mas que não se limita a aspectos econômicos, abrangendo agricultores de diversas classes sociais e com propósitos diversos. Essa diversidade se traduz nas formas como esses agricultores praticam a atividade, tanto nos modos de produção, produtos e sua distribuição, quanto que propósito as atividades possuem para eles. Mesmo levando em consideração a esfera econômica relacionada à AU, nem sempre o propósito da atividade é o incremento da renda ou o lucro. Enquanto há a possibilidade do ganho de renda a partir da atividade agrícola nas cidades, também há evidências da AU servindo como meio para reivindicação política, organização social, valorização cultural, entre outros propósitos. Na seção seguinte, mostramos casos em que se evidenciou a agricultura urbana não só como atividade econômica (e por vezes sem essa finalidade), mas também a partir de seus impactos sociais, políticos, ambientais e culturais de agricultores urbanos e outros cidadãos.

## **2.2 As múltiplas esferas da Agricultura Urbana**

É inegável que a agricultura urbana está muito conectada à economia. Por esse motivo tantos pesquisadores partem da esfera econômica para estudar a AU. Nos países industrializados, a atividade faz parte de um sistema produtivo já estabelecido e competitivo, enquanto nos países menos industrializados é comum vê-la sendo utilizada como incremento da renda de populações menos favorecidas (MADALENO, 2002). Estima-se que na década de 1990, o percentual de alimentos produzidos nas cidades chegava a 15% (SMIT, NASR, RATTA, 1996). A publicação do *International Development Research Centre (IDRC), Cities Feeding People* (1994), também mostra, a partir de exemplos na África Oriental, como a produção de alimentos nas cidades pode ser praticada pelos cidadãos, governos e empresas.

A integração ao ecossistema urbano e seus impactos na economia das cidades foi estudada no final do século XX por Lee-Smith (1998) e Yi-Zhang (1999), entre outros pesquisadores. De acordo com seus estudos, a produtividade e eficiência da agricultura urbana é diretamente proporcional ao tamanho dos centros urbanos. Segundo Nugent (2000) essa integração cria grandes potenciais de desenvolvimento econômico local.

Enquanto por muitas décadas pouco se explorou além dos aspectos socioeconômicos da atividade, temos hoje pesquisadores interessados em discutir a agricultura urbana dentro da economia, mas sem ignorar como ela se interconecta a outras esferas. Caitlin Dorward (2013), no livro *Urban Farming Guidebook*, afirma que o cultivo e distribuição de alimentos dentro das cidades com o fim de gerar receita é um elemento central da agricultura urbana. No entanto, ela também comenta sobre as possibilidades da AU que vão além do papel econômico para a sociedade: salas de aula ao ar livre, oferecimento de serviços ambientais, entre outras possibilidades de tal maneira que a agricultura urbana não é mais apenas desenvolvida por agricultores urbanos, mas também por educadores e ativistas. Um estudo de caso em Londres proposto por Garnett (2000), também observa como a agricultura urbana atua e tem potencial para atuar ainda mais nas economias local e doméstica, como espaços educativos, na saúde da população urbana e contribuindo para a manutenção do meio ambiente.

No Brasil, os efeitos da agricultura urbana nas economias locais também acionam o interesse dos pesquisadores. Rego Monteiro (2006) estuda como a agricultura urbana, em especial através da forma de hortas comunitárias, pode ser uma alternativa de renda e emprego ambientalmente seguros para populações da baixa renda de Teresina, Piauí. Em Belo Horizonte, um estudo de caso no Jardim Produtivo ilustra como o trabalho em uma horta comunitária implica em melhorias na nutrição dos participantes e como a relação cooperativa entre governo e participantes gerou resultados significativos na reciclagem de materiais orgânicos, inorgânicos e de água na comunidade (PAULA, B. M. D. ET AL, 2009). Também há relatos do Jardim Produtivo atuar como uma fonte de renda considerável para a população local, assim como participar de parcerias com o governo para levar alimentos a escolas públicas selecionadas, movimentando, assim, a economia local (REGALDO, 2013). Esses trabalhos mostram como a agricultura urbana tem impacto

nas economias das cidades. Além disso, todos os estudos indicados mostraram como a agricultura urbana é uma atividade cujos impactos ultrapassam as questões econômicas, podendo gerar melhorias sociais, ecológicas e culturais, especialmente para as comunidades locais.

Em suma, os aspectos econômicos da agricultura urbana são de vital importância na sua definição como atividade agrícola nas cidades. Os impactos na produção e distribuição de alimentos, seja através de comunidades, empresas ou incentivos governamentais, afeta desde economias locais e suas comunidades a economias de grandes centros urbanos. Porém, diversos pesquisadores da AU já estudam a atividade com um olhar mais holístico, buscando o entendimento das demais esferas em contato com a atividade.

Entendemos a esfera social da agricultura urbana como as formas que a atividade pode impactar nas relações sociais dos moradores das cidades. Isso implica tanto nos impactos positivos gerados pela atividade, quanto nos conflitos que surgem em seu entorno. Além dos trabalhos expostos anteriormente<sup>10</sup> – que já apresentam uma diversidade de funcionalidades da AU a esse respeito – no Brasil, esse fenômeno estreita laços entre diversas parcelas da sociedade e instituições interessadas na produção de alimentos nas cidades.

Quando Arruda (2006) comenta que a agricultura urbana é capaz de agregar a comunidade, ela indica a capacidade dessa atividade em transformar socialmente as vidas de moradores de um lugar de uma maneira que vai além do aumento da renda. As hortas em escolas e hortas comunitárias de bairro funcionam como locais de reunião da comunidade, locais de festa, locais de ensino; sendo assim lugares de importância social e cultural fundamentais. Tanto em Brasília quanto em Belo Horizonte, não é estranho ver escolas e universidades realizando parcerias com hortas comunitárias. Regaldo (2013) relata essa parceria entre algumas escolas municipais e o Jardim Produtivo, assim como na capital federal onde é possível ver parcerias entre a Horta Girassol (IFB, 7 abr. 2017) e a Horta Comunitária 416 Norte (EBC, 2 jan. 2017) com escolas públicas próximas, entidades de ensino superior e outras instituições. Fica claro ao ler o trabalho de Rego Monteiro (2006) que não basta criar um programa social e esperar tudo funcione como planejado. É preciso

---

<sup>10</sup> (GARNETT, 2000; PAULA et al., 2009; DORWARD, 2013)

que agricultores urbanos, governos e outras instituições dialoguem e se associem de forma que as partes possam se apoiar mutuamente.

Muitas vezes, no entanto, ocorrem conflitos envolvendo a AU. Esses conflitos podem tanto ser entre cidadãos, ou mesmo envolvendo empresas e instituições públicas. As causas dos conflitos variam desde a gestão dos recursos nas cidades (RUSKY, 11 jun. 2017), disputas por terra (REDAÇÃO DFTV, 24 mar. 2017), ou mesmo divergências de opiniões sobre o uso dos espaços urbanos (VENZI, 25 abr. 2018). Casos como o da horta na quadra 216 norte são extremamente comuns entre agricultores urbanos, especialmente aqueles que tentam realizar a atividade em comunidade ou em áreas públicas.

Os conflitos na AU também podem estar ligados à forma como a atividade está inserida enquanto discurso político de determinados grupos. Raul Zibechi (2015) considera hortas comunitárias, entre outras ações sociais e coletivas como exemplos da resistência de populações periféricas frente aos poderes hegemônicos do Estado e do capital. A ocupação de áreas públicas por tipos de agricultura urbana, em geral autogestionadas, possibilitando a produção de alimentos, e geração de emprego e renda fora da “formalidade” estabelecida por esses poderes é um dos elementos dessa resistência e dessa forma de discurso político.

Também na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, os espaços da agricultura urbana podem ser percebidos como espaços contestados politicamente. Karen Schmelzkopf (1995) mostra como em tempos de crise instituições e governos apoiam a agricultura urbana, principalmente em bairros mais periféricos; mas, ao fim desse período, tendem a retirar esse apoio e implementar medidas voltadas para outros empreendimentos, em geral imobiliários. A autora ainda ressalta a importância desses espaços em possibilitar aos moradores desses bairros um contato com a natureza, senso de comunidade, pertencimento e de poder.

A esfera política conectada à AU é algo que começou a ser observado nos anos 60/70 envolvendo os movimentos de contracultura e resistência. No Brasil, esse fenômeno se fortificou mais recentemente no século XXI com expansão de redes entre agricultores urbanos ou “Hortelões” e movimentos notadamente políticos, expandindo suas influências inclusive na legislação de cidades brasileiras (NAGIB, 2016). Há evidências que a prática em comunidade favoreça o desenvolvimento de habilidade políticas e valores democráticos

através da gestão comunitária dos espaços (GLOVER, SHINEW, PARRY, 2005). Tais movimentos beneficiam não somente as populações carentes, que agora possuem mais possibilidades de renda, fonte de alimentos, ocupação, educação e meios de fortificação coletiva; mas também aos membros de outras classes que, ao atuarem na agricultura urbana, geram melhorias a seus bairros, produzem parte de seus alimentos, e melhoram sua condição de saúde física e mental.

Mas esses espaços nem sempre são ocupados por pessoas que necessitam de uma ocupação ou renda extra. Muitas vezes a atividade é praticada em bairros nobres e com produção apenas para consumo próprio, ou mesmo que não é possível de ser vendida. Esses agricultores urbanos estão buscando algo diferente com a produção na cidade, seja porque eles entendem que precisamos mudar nossas relações com a natureza e o meio ambiente, ou que encontraram na AU uma forma de atuar na cidade ou bairro onde moram. O ato de produzir e/ou consumir de maneira responsável e sustentável, por exemplo, é algo que pode gerar bem-estar para os praticantes de determinada atividade independente de suas necessidades. Algo simples como consumir a folha da hortelã plantada em sua própria casa ao invés da folha comprada no mercado altera substancialmente a experiência do ato (COMASSETTO, B. H. ET AL, 2013). De toda a forma, nesses momentos a agricultura urbana adquire outros significados, podendo partir de uma preocupação com o meio ambiente e os recursos naturais, e se alimentar de maneira mais saudável, produzir de forma alternativa, ou da vontade de intervir nos lugares onde moram os agricultores.

A questão ambiental é algo que normalmente aflora ao se falar de agricultura urbana. Enquanto cada vez mais se atesta os efeitos da crescente urbanização (SMIT, NASR, RATTA, 1996), fala-se na agricultura urbana como uma forma de transformarmos nossas cidades em lugares mais ambientalmente sustentáveis. A transformação de uma “cidade consumidora” para uma “cidade produtora” passa quase diretamente pela questão ambiental e da sustentabilidade. No início dos anos 90 já se falava na reciclagem de água e uso de áreas ociosas na AU (SMIT, NASR, 1992), e hoje são consideradas formas da AU se interligar ao ecossistema urbano (MOUGEOT, 2000). Por mais que se levantem questões diversas e novas aplicações da agricultura urbana, sempre pode-se retornar à busca de tornar as cidades mais “verdes”. Uma série de trabalhos exemplificam isso ao trabalhar a

AU a partir de diversos elementos ou temas, em geral associando questões sociais, econômicas e ambientais (ARRUDA, 2006; DUCHEMIN, WEGMULLER, LEGAULT, 2008; PEARSON, PEARSON, PEARSON, 2010; BON, PARROT, MOUSTIER, 2010).

Uma das razões para a crescente quantidade de pesquisa a respeito da Agricultura Urbana é a também crescente importância do fenômeno na segurança alimentar e soberania alimentar de cidades, regiões e países. Essas questões concernem desde os cidadãos locais atuando em sua comunidade para ter uma alimentação mais saudável e localmente responsável, quanto para líderes de governos, que precisam lidar com questões de saúde pública, nutrição e segurança alimentar de suas populações. A agricultura urbana também faz parte dos sistemas agroalimentares e daí a sua relevância tanto na segurança quanto na soberania alimentar.

As múltiplas esferas da agricultura urbana podem ser melhor visualizadas na agricultura urbana comunitária. Algumas das pesquisas apresentadas nesta etapa referem-se a exemplos dessa variação da AU e permitem um entendimento mais aprofundado da agricultura urbana comunitária enquanto fenômeno e objeto de estudo deste trabalho. Em seguida, discutimos acerca da conceituação dessa forma de atividade, sua origem, características e como vem sendo estudada nos meios acadêmicos.

### **2.3 Discutindo a Agricultura Urbana Comunitária**

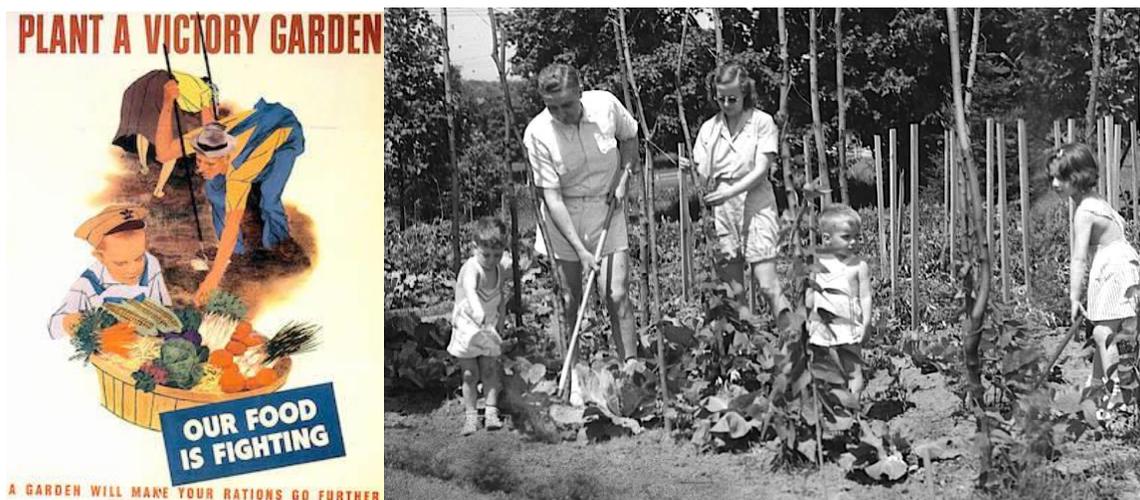
Agricultura Urbana Comunitária (AUC) ou Urban Community Gardening é uma modalidade dentro da Agricultura Urbana que preconiza a utilização de espaços públicos ou privados para a produção de gêneros alimentícios ou não-alimentícios pela e para a comunidade. A AUC é considerada uma atividade pautada na noção de comunidade, em que seus membros auxiliam na gestão e produção com fins específicos (HOLLAND, 2004). As motivações para criação de plantios comunitários são diversas, mas em geral estão ligadas a uma vontade de alterar ou participar da cidade ou lugar onde vivem. É comum que esses lugares substituam terrenos desocupados, áreas degradadas ou aterros de lixo, ressignificando-os de forma a agregar a comunidade e gerar os resultados esperados.

Existe uma série de trabalhos que se baseiam nas formas como a AUC pode gerar avanços das mais diversas variedades, entre eles a pesquisa de Arruda (2006) que trata de hortas comunitárias e suas benesses, Holland (2004) com um estudo voltado para a sustentabilidade em movimentos comunitários de agricultura e Baker (2004) em seu trabalho sobre os plantios comunitários como os lugares da política de segurança alimentar. Esses são alguns entre tantos autores que mostraram como a Agricultura Urbana Comunitária pode ser uma forma de distribuição de renda, melhoria da dieta e segurança alimentar entre as populações mais carentes, valorização e reprodução de culturas locais, um espaço de socialização e política, entre diversas outras possibilidades. Os propósitos variam de acordo com quem realiza a atividade, mas mantêm a característica comum de sempre envolverem a comunidade, empoderando-a no processo de gestão e produção (HOLLAND, 2004).

Enquanto a Agricultura Urbana não possui uma simples definição de sua origem dada a diversidade de relatos sobre locais, épocas e formas como a atividade se iniciou (SMIT, NASR, RATTA, 2001; VILJOEN, 2005), a Agricultura Urbana Comunitária como entendemos parece ter se originado a partir dos Victory Gardens, comuns no período entre as Guerras Mundiais<sup>11</sup>. Nos Estados Unidos e Europa, eles tinham a principal função de manter a produção de alimentos durante as Guerras, mas acabaram servindo para melhorar a distribuição de alimentos frescos nas áreas urbanas incluindo domicílios, escolas e outros estabelecimentos; além de promover maior interação ambiental e social entre as comunidades (BENTLEY, 1998; REGALDO, 2013; HAYDEN-SMITH, 2014).

---

<sup>11</sup> Enquanto a agricultura urbana nem a sua modalidade comunitária não se iniciaram nessa época, a forma como ela era realizada possui muitos paralelos como verificamos a AUC hoje no Brasil. Por conta disso, acreditamos que havia nos *Victory Gardens* o embrião do que é o fenômeno hoje.

Ilustração 1 e Fotografia 1 – *Victory Gardens*

Cartaz de propaganda dos Victory Gardens (à esquerda) e mulheres e crianças trabalhando na horta (à direita). Fonte: *FACE-TO-FACE*

A presença de Victory Gardens ou Community Gardens continuou sendo algo comum nos Estados Unidos, principalmente em períodos de crise, quando o governo auxiliava sua permanência através de programas governamentais. Fora do período de crise, no entanto, passam a ser espaços de resistências das comunidades locais que realizam a atividade (SCHMELZKOPF, 1995). Isso se aproxima de uma série de questões discutidas atualmente em relação aos plantios urbanos comunitários, por exemplo, sobre os limites entre o público e o privado na agricultura urbana comunitária (ERNWEIN, 2014), a AUC como forma de ativismo político (NAGIB, 2016) e conflitos com a especulação imobiliária (DOURADO, 2015). Simultaneamente, os Plantios Urbanos Comunitários ainda congregam muitas das características dos Victory Gardens. Apesar de não estarem mais necessariamente ligados ao um período de crise ou tensão militar, seus objetivos são muito similares, especialmente em se tratando de regiões menos favorecidas onde a segurança alimentar ainda é um desafio. Exemplos recentes de plantios comunitários ilustram o paralelo com os Victory Gardens.

O Jardim Produtivo descrito por Paula, B. M. D. et al (2009) e Regaldo (2013) é um exemplo de como os plantios atuais remetem ao passado, mas também vão além dos Victory Gardens. A horta comunitária Jardim Produtivo foi criada em um terreno baldio em

Belo Horizonte, Minas Gerais, que estava degradado e sendo subutilizado. Os autores relatam como o processo iniciado em 2008 com a conscientização e treinamento dos “hortelãos” gerou resultados expressivos na nutrição dos participantes e suas famílias, reciclagem de água e materiais inorgânicos e uma possibilidade de renda para os agricultores urbanos. Destaca-se a integração multisetorial que fomentou a criação da horta comunitária e que continua auxiliando na sua manutenção através de programas e parcerias: hoje, a horta auxilia na produção e distribuição de alimentos para escolas públicas municipais.

Em São Paulo, a Horta das Corujas é uma horta comunitária na região oeste da capital paulista e se coloca como uma materialização do direito à cidade através da atividade da agricultura aberta a qualquer cidadão que queira plantar na horta (UN FOOD GARDENS, 2017). A horta, fundada em 2012 a partir do Movimento dos Hortelões Urbanos, foi aprovada por diversos órgãos de São Paulo após pressão dos interessados. Na área da horta existem nascentes e pratica-se a agroecologia. É importante notar que os portões da Horta das Corujas estão abertos a qualquer momento e eles convidam qualquer pessoa a plantar e colher pequenas quantidades da produção.

Plantios Comunitários com localizações diferentes podem ter características, formas e objetivos muito variados entre si, mesmo que mantendo suas ligações às comunidades. Podemos ver que os exemplos citados anteriormente consistem de hortas comunitárias, no entanto, se organizam de maneiras muito diferentes. Enquanto um é fruto de uma associação multi-setorial, o segundo se organiza de maneira democrática e necessitando o mínimo do governo.

No entanto, aliada à segurança alimentar, também há um grande foco das hortas comunitárias em questões ambientais. Isso pode ser ilustrado pelas escolhas realizadas por hortelãos ao participarem de hortas, especialmente em relação a técnicas agrícolas. A produção e comercialização de, majoritariamente, produtos orgânicos é uma característica significativa da atividade (PIRES, 2016). Uma das técnicas mais utilizadas e citadas por agricultores urbanos e pesquisadores é a agroecologia (ALTIERI, 1998; ALTIERI, 2000; AQUINO, 2007). Essa técnica favorece tanto o desenvolvimento sustentável das comunidades onde se pratica a agricultura urbana quanto novas possibilidades na produção

a partir de sistemas naturais e sociais mais integrados. Assim, através dessas técnicas, os agricultores possuem uma atuação sinérgica com os recursos oferecidos pela natureza, incluindo o ecossistema urbano, e aproximam-se de uma relação mais equilibrada com entes naturais.

O desenvolvimento nas pesquisas em AUC passa pela elaboração formal de tipologias de plantios. Langegger (2011) tentou elaborar uma tipologia dos community gardens em Denver, Colorado, Estados Unidos. Sua tipologia se baseia nos aspectos materiais e na utilização do plantio como forma de diferenciar os tipos: bounded (limitados), porous (porosos), hidden (escondidos) e open (abertos); multivalent (multivalente), varied use (uso variado), focused use (uso focalizado), single use (uso único).

No entanto, a tipologia de Langegger ainda carece de um apoio nas representações sociais e culturais dos agricultores. O próprio autor assume que essa é uma linha que ainda se encontra aberta em sua pesquisa. O trabalho está bastante baseado no que está materializado nos plantios, mas uma abordagem direcionando as experiências e falas dos agricultores poderia responder a essas questões sociais e culturais.

Outras tentativas de criar uma tipologia para a AUC são empenhadas por coletivos, movimentos sociais, e outras instituições. Essas tentativas surgem internamente a esses movimentos com o objetivo de “dar nome às coisas”. Por exemplo, a tipologia do Urban Harvest - instituição de Houston, Texas, Estados Unidos que participa do movimento local de produção de alimentos – se baseia na função principal do plantio, mesmo que este não tenha apenas uma: donation gardens (plantios para caridade), school gardens (plantios escolares), neighborhood gardens (plantios da vizinhança), allotment gardens (plantios por alocação), therapy gardens (plantios terapêuticos) e market gardens (plantios-feira).

Então, tendo em vista a multiplicidade de formas em que a agricultura urbana e a agricultura urbana comunitária podem ser trabalhadas, voltamos nossos olhares para o desenvolvimento das pesquisas nessas atividades ao longo das décadas do século passado.

## 2.4 Breve Histórico das Pesquisas Geográficas em Agricultura Urbana

Buscamos, aqui, apresentar uma perspectiva histórica sobre como se desenvolveram estudos a respeito da agricultura urbana para embasar o que se tem realizado dentro das perspectivas geográficas mais atuais. A AU é uma atividade estudada interdisciplinarmente, e a Geografia se destaca nesse contexto. Geógrafos como Pierre Vennetier, Camillus Sawio, Isabel Maria Madaleno e Luc Mougeot são citados como grandes pesquisadores da agricultura urbana e responsáveis por grandes contribuições à área.

No livro *A Cidade das Mangueiras*, Isabel Maria Madaleno (2002) apresenta um panorama das principais pesquisas em agricultura urbana ao longo da história. Ela aponta os temas, pesquisadores e institutos de pesquisa mais relevantes até o final do século XX. Segundo a autora, a maior parte do conhecimento produzido na área é a respeito de países em regiões menos desenvolvidas do globo, e pode-se dizer que o momento em que essas pesquisas ingressaram de forma mais expressiva na academia foi na virada da década de 1950 e de 1960 com o geógrafo Pierre Vennetier. A pesquisa de Vennetier (1961) no Congo e de Skinner (1962) no Gabão buscavam produzir dados sobre a presença e importância da agricultura urbana nas cidades africanas. Foram encontrados resultados significativos, especialmente acerca da proporção de entrevistados que se consideram agricultores, seu gênero, e principais espécies cultivadas. No entanto, esses estudos ainda eram escassos, tanto no setor de pesquisas científicas quanto tecnológicas. Somente na década de 70 que houve maiores avanços nos trabalhos com agricultura urbana.

Podemos atribuir esse hiato nas pesquisas a como a agricultura enquanto fenômeno era vista à época. A atividade era considerada passageira e ligada aos grandes índices de êxodo rural (THE URBAN AGRICULTURE NETWORK, 1999). Os anos 70 foram palco da implementação de programas de apoio a países da África, principalmente, pelo governo da França e organismos internacionais como a FAO, UNICEF e Banco Mundial. Tais programas buscavam sanar a insuficiência alimentar em alguns países africanos, assim como garantir assistência para a implementação de projetos próprios na região (MADALENO, 2002). A partir da segunda metade da década de 1970, a autora ressalta o interesse dos australianos na produção de alimentos em Hong Kong e cidades do sul da

China; assim como os impactos das crises do petróleo, consolidando a posição da agricultura urbana como possível solução para a pobreza urbana (MADALENO, 2002).

O aumento do número de organizações internacionais e programas de apoio nos anos 80 promoveu desenvolvimento de um volume muito maior de pesquisas e projetos voltados aos países menos desenvolvidos. Nesse período voltou-se para a América Latina e os trabalhos sobre a Ásia se intensificaram até o final dos anos 80 com o protagonismo da Universidade das Nações Unidas e do *East-West Center*, no Havaí. (MADALENO, 2002).

A África, no mesmo período, foi muito estudada pelo Mazingira Institute (instituição africana localizada no Quênia e uma das principais a trabalhar com a agricultura urbana em uma perspectiva Sul-Sul) trouxe novos dados ao bojo das pesquisas africanas em agricultura urbana e também outras áreas de relevância, principalmente para os cidadãos quenianos. Temas como a política constitucional do Quênia (LAMBA, 2001), questões agrárias relacionadas ao gênero e acesso a terra (LEE-SMITH, 1997), e obras voltadas à agricultura urbana (MWANGI, 1998; MAZINGIRA INSTITUTE, ROOFTOPS CANADA, 2013).

Fotografia 2 – Horta Comunitária no Quênia



Mulheres do Quênia exibem horta comunitária que auxiliou na melhoria da nutrição da comunidade. Fonte: *GAIN*

Há de se comentar que esse período também marcou uma fase em que a agricultura urbana era estudada principalmente por pesquisadores de países desenvolvidos em países em desenvolvimento. Pouco se fala da agricultura urbana na parcela mais desenvolvida do globo e são escassas as publicações “Sul-Sul” (fato que mudaria no século seguinte).

A partir disso, outras iniciativas se formaram no continente africano, aliando-se às ações de entidades de financiamento e fomento e instituições internacionais envolvendo projetos em todos os continentes. Os anos 90 se provaram importantíssimos para a agricultura urbana, tanto pelo volume de produção científica como estabelecimento definitivo da atividade como relevantes ao desenvolvimento econômico (MADALENO, 2002). Nessa década, intensificaram-se os esforços de instituições técnicas e científicas, em especial o *International Development Research Centre* (IDRC), no Canadá, onde muitos trabalhos foram feitos em países em desenvolvimento e que geraram uma gama de dados e publicações utilizadas até hoje. Por exemplo, Sawio (1993) entre outros, descreve e atualiza os dados das pesquisas realizadas na África Oriental e Central até a década final do século XX. Por fim, ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000 a perspectiva para a agricultura urbana estava positiva. Com redes internacionais de agricultores e especialistas se formando, mais entidades aderindo a programas e projetos baseados na AU e a América Latina se tornando o novo foco de pesquisas e incentivos na área (MADALENO, 2002).

Até o século XXI, viu-se muitos estudos de caso em cidades de países em desenvolvimento mostrando como a demanda das áreas urbanas afetava a agricultura urbana e quais as suas consequências para as cidades. Dessa forma, foram realizadas muitas pesquisas levantando questões de sustentabilidade, tanto ambiental quanto social. Era comum uma abordagem que buscasse descrever as atividades, em geral relacionando-as ao desenvolvimento econômico local, melhoria da nutrição dos habitantes da cidade, em especial de classes menos favorecidas, e reutilização de recursos urbanos para a realização da atividade agrícola (SMIT, NASR, 1992; LOSADA et al., 1998; NUGENT, 2000; MADALENO, 2002). Esse período também foi importante pois significou a consolidação dos conceitos da AU com os trabalhos de Mougeot (2000) e Smit (1996).

O século XXI traz uma perspectiva mais atual sobre a Agricultura Urbana, com a atividade mais consolidada. Novas perspectivas nas ciências humanas permitem explorar

outras vertentes da atividade, que antes estava muito mais relacionada à diminuição da pobreza e desenvolvimento econômico que qualquer outro aspecto da AU.

## **2.5 Discussões atuais e Potencialidades para a Agricultura Urbana na Geografia**

Nos últimos anos, os estudos em Agricultura Urbana têm gravitado em direção às alternativas possibilitadas pela AU tanto em cidades de países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. Essas alternativas vão além de como a atividade era trabalhada até os anos 2000. Dentro da Geografia, a AU vem sendo abordada de formas e em contextos diferentes. Até o começo do século XXI, as pesquisas se concentravam nos aspectos econômicos da agricultura urbana, em sua maioria. Não somente isso, mas os pesquisadores buscavam mostrar como a AU poderia funcionar como uma ferramenta de alívio à pobreza através da distribuição de renda e alimentos. Os esforços em provar que a agricultura urbana era uma atividade econômica relevante para as cidades e suas populações foram, de certa forma, grandes objetivos para os especialistas da área.

No século atual, a AU já se encontra consolidada como uma atividade que gera benesses econômicas, ambientais, culturais, políticas e sociais aos ambientes urbanos. Coube então aos pesquisadores buscarem outras abordagens para se trabalhar com a atividade. Apesar do protagonismo da Geografia na área, diversas áreas correlatas também participaram dessa espécie de virada nos estudos da agricultura urbana. Os trabalhos variam desde questões de produtividade e impacto de despejo de lixo nas cidades (ANIKWE, 2002), trabalhos abordando a poluição do ar e sua interferência nas plantações urbanas (AGRAWAL et al., 2003), até questões sobre a multifuncionalidade da AU no planejamento das cidades, urbanismo e atividades sociais e econômicas (MENDES et al., 2008; PEARSON, PEARSON, PEARSON, 2010; ZASADA, 2011; AUBRY et al., 2012; SPECHT et al., 2014). Mesmo fazendo parte de áreas correlatas à geografia, esses trabalhos são apresentados a partir de outros contextos científicos e do conhecimento, enriquecendo a gama de pesquisas que podem ser realizadas com agricultura urbana.

Durante as duas primeiras décadas deste século não se deixou de realizar trabalhos de revisão e sistematização de métodos de pesquisa dentro e fora da Geografia. Essas pesquisas são relevantes para atualizar dados e informações de pesquisas realizadas décadas

antes, mesmo que não proponham algo extremamente inovador. Luc Mougeot, em seu trabalho *Growing Better Cities* (2006) fez uma revisão do trabalho do *International Development Research Centre* através de suas pesquisas e parcerias no mundo. De Bon (2010) também fez um trabalho no sentido de revisar muito do que já foi pesquisado em agricultura urbana, apontando os atuais desafios para a atividade como uma prática sustentável. Já De Zeeuw (2011), foca em como AU foi aplicada nas escalas Local e Nacional, principalmente de países em desenvolvimento, como uma forma de resolver os desafios enfrentados nas áreas urbanas.

Está estabelecido que a agricultura urbana é uma atividade que envolve diversas áreas do conhecimento. Vemos trabalhos voltados para o urbanismo, agronomia, engenharia civil, políticas públicas, e outras disciplinas compondo uma ampla gama de possíveis abordagens para a AU. A Geografia, como uma ciência capaz de relacionar conhecimentos das mais diversas áreas do conhecimento, encontrou na agricultura urbana grandes possibilidades de pesquisa. Por esse motivo, muito do que se fez até o século XXI e que continua sendo feito atualmente parte da Geografia. Mais recentemente destacam-se trabalhos que aderem a uma nova perspectiva, utilizam novas abordagens ou *frameworks* trazendo novos olhares para a agricultura urbana.

A presença de pesquisas que buscaram trabalhar a agricultura urbana a partir de Sistemas de Informação Geográfica foi marcante no século. A utilização de SIGs permite novas trajetórias de pesquisa, revelando informações com diferentes particularidades. Destacam-se os trabalhos de Thapa e Murayama (2008), que utilizaram SIG para avaliar a aplicabilidade da AU em áreas urbanas e peri-urbanas a partir de um estudo de caso em Hanói, Vietnã; e de Taylor e Lovell (2012), que realizaram um mapeamento de espaços públicos e privados com agricultura urbana em Chicago, Estados Unidos, utilizando imagens do Google Earth. Tais trabalhos são especialmente importantes para observarmos a AU de uma orientação vertical, que nos oferece informações de uma ordem diferente que as informações orientadas horizontalmente, ou ao nível do olhar. O SIG pode apoiar trabalhos voltados ao planejamento urbano, distribuição de plantios, análise de áreas ocupadas ou vagas, entre outras aplicabilidades.

A Geografia Crítica e abordagens marxistas também encontraram mais espaço nesse contexto. Pode-se citar trabalhos utilizando o *framework* da Ruptura Metabólica (*Metabolic Rift* de Marx) para estudar a Agricultura Urbana a partir de três frentes: ecológica, social e individual (MCCLINTOCK, 2010); Tornaghi (2014) busca estudar a atividade primária nas cidades dentro da ótica da Geografia Crítica, que segundo a autora ainda é pouco explorada dentro da Geografia Humana, especialmente com o olhar de geógrafos críticos, capaz de suscitar várias questões nesse campo da agricultura urbana.

Os anos 2000 também marcaram a realização de diversos trabalhos abordando as relações humanos-plantas e como isso altera as geografias locais. Essas pesquisas associam-se ao contexto da Geografia Mais-que-Humana (*More-than-Human*), uma abordagem relacionada à pós-humanística e que busca incluir seres humanos e não-humanos como participantes dos processos sócio espaciais. Essa abordagem surge do crescente entendimento da interconectividade entre os seres vivos e elementos não vivos, de forma que as relações entre humanos, animais, plantas e outros objetos do mundo formam geografias específicas a essas relações (PANELLI, 2010)<sup>12</sup>. Quando esses trabalhos estão envolvidos de alguma forma à Agricultura Urbana, percebemos que normalmente essas relações ocorrem nos espaços e lugares da agricultura urbana comunitária ou nos jardins e quintais públicos e privados. Sullivan (2004) e Head (2009) tratam de como associações entre humanos e plantas participam na criação de espaços cotidianos, mas também como muitas vezes essas relações ocorrem sem que as percebamos. Emma Power (2005) com mais foco nas relações entre humanos e não-humanos trabalha como questões de cooperação e competição entre vegetais e humanos ocorrem nos jardins em áreas residenciais em Sidney, Austrália. Essas relações podem ser complexas relações de poder, pautadas, inclusive, na desigualdade entre os seres (LONGHURST, 2006; DOMENE, SAURÍ, 2007).

Vale também apontar dois trabalhos de interesse especial por se aproximarem à trajetória da presente dissertação: a tentativa de criar uma tipologia para os *Community Gardens* - que também podem ser entendidos como plantios comunitários -

---

<sup>12</sup> A autora também levanta a questão da maior parte dos trabalhos nessa abordagem focarem em animais, especialmente os domésticos, e que grande parte dos geógrafos que trabalham no tema não se envolvem com outros tipos de animais, ou mesmo plantas (PANELLI, 2010).

(LANGEGGER, 2011); e o estudo sobre a agricultura urbana na cidade de Detroit, nos Estados Unidos, a partir das percepções de indivíduos de diversos grupos ligados ou expostos à atividade (COLASANTI, HAMM, LITJENS, 2012). Essas duas pesquisas são importantes por apontarem aspectos relevantes no atual desenvolvimento da agricultura urbana, entre eles a necessidade de nos aprofundarmos nos estudos com plantios comunitários<sup>13</sup> e a importância de partirmos também da experiência e percepções de quem participa das atividades.

Dado o exposto a respeito do estado atual das pesquisas em agricultura urbana, especialmente na Geografia, percebe-se uma lacuna nos trabalhos relacionados às modalidades comunitárias da AU, assim como das interconexões ou interrelações entre seres humanos e não-humanos. No contexto brasileiro, o número de plantios comunitários cresce anualmente<sup>14</sup> apresentando novos desafios e possibilidades às cidades brasileiras. Esses novos espaços e lugares formados a partir da agricultura urbana comunitária apresentam características e propósitos diversos, e estudá-los apenas a partir de generalizações muito amplas não favorecem o entendimento do fenômeno. A maneira como esses lugares são constituídos também é diversa, exigindo estudos caso a caso, de preferência consultando os próprios sujeitos que constituem esses lugares. Um estudo que aborde esses lugares em associação a processos de agenciamento permite visualizar além da horta em si, da produção ou dos agricultores; isso permite entender com mais profundidade como esses lugares são constituídos e as potenciais entidades capazes de atuar nessas hortas.

A Teoria dos Agenciamentos (DELEUZE E GUATTARI, 2000; DELANDA, 2013) oferece uma perspectiva para estudar as categorias geográficas dentro de uma lógica tanto social quanto material, envolvendo as relações entre humanos e não humanos na constituição de conjuntos inteiros em transformação constante. Logo, ao utilizar tal abordagem, podemos estudar as hortas urbanas comunitárias com foco no lugar em si e

---

<sup>13</sup> Sem esquecer dos trabalhos de Arruda (2006), do Rego Monteiro (2006), Paula et al. (2009) e Regaldo (2013) já citados, e que também se baseiam em plantios comunitários.

<sup>14</sup> No Distrito Federal, havia cerca de 20 hortas comunitárias em 2015, segundo a Secretaria de Meio Ambiente do DF (STACCIARINI, 2015). Já em 2018, esse número ultrapassa 100 plantios segundo a Emater-DF (NUNES, 2018).

também nas entidades que o constitui, adquirindo uma compreensão mais ampla e aprofundada do fenômeno.

Dessa forma, pretendemos somar ao conjunto de pesquisas que discutem a agricultura urbana comunitária ao mesmo tempo em que abordamos os humanos participantes dessa atividade e interrelações com não-humanos, algo incomum na Geografia brasileira, mas que possibilita novos conhecimentos acerca da constituição dos lugares.

### 3. Hortas Comunitárias enquanto Agenciamentos

Nesta seção tratamos das bases teóricas que fundamentam esta pesquisa. No primeiro momento, apresentamos as teorias e abordagens englobadas na corrente de pensamento pós-humanista, que nos permite trabalhar tanto com entidades humanas e entidades de demais naturezas. Em seguida, nos voltamos para a teoria dos agenciamentos e seus pontos de contato com os lugares.

#### 3.1 Um mundo Sócio-Material mais abrangente

O giro cultural ocorrido nos anos 1970 provocou uma série de mudanças no paradigma do pensamento intelectual humano, repercutindo até os dias atuais nas ciências sociais. Essa virada abriu portas para uma miríade de correntes de pensamento, teorias e abordagens que estabelecem críticas ao pensamento positivista, modelos totalizantes e as ideias de universalidade e unicidade teórico-metodológica (BOLTER, 2016).

Seguindo o giro cultural, ocorreram outras “viradas” de relevância ímpar ao longo das últimas décadas do século XX, entre elas o surgimento do pós-estruturalismo. Apesar de ser considerada uma virada em menor escala, as críticas aos sistemas de representação, e como entendemos materialismo e subjetivismo foram efetivas na criação de um contraponto ao universo analítico<sup>15</sup> anteriormente estabelecido (WOODWARD, DIXON, JONES, 2009).

Os Pós-estruturalistas não tentam entender o mundo apenas a partir de binarismos totalizantes, mas sim entender que categorias estão presentes na construção desse mundo (Nigel Thrift, Rob Kitchen, 2009), com suas características materiais e subjetivas próprias. Nesse processo, então, não se pode deixar de representar determinados elementos ou categorias já que todas possuem um papel na construção do mundo. É dessa ontologia que partem as críticas ao marxismo (dada a centralidade da categoria classe) e ao humanismo (com sua perspectiva centrada no ser humano).

---

<sup>15</sup> “*spatial science, critical realism and Marxism, and humanism*” (WOODWARD, DIXON, JONES, 2009, p. 396).

Dentre os grandes pensadores que inspiraram o pensamento pós-estruturalista<sup>16</sup>, as obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari são importantes contribuintes ao ferramental teórico-metodológico da ciência geográfica no século XXI. Não por acaso algumas das abordagens mais utilizadas por geógrafos nos últimos anos têm suas bases estabelecidas por esses autores (MÜLLER, SCHURR, 2016).

Deleuze e Guattari, especialmente em sua obra *Mil Platôs*, também influenciaram de forma significativa a corrente de pensamento pós-humanista ao abordarem a forma como diversas entidades<sup>17</sup>, humanas e de outras naturezas, possuem agência nos fenômenos e na constituição do mundo. O trabalho desses autores inspirou uma corrente de cientistas pós-humanistas que desafiavam a forma de se realizar investigações científicas centrada no ser humano e que discutia a agência das diversas entidades presentes no mundo afastando-se da dicotomia humano-não humano na construção da nossa realidade (LORIMER, 2009).

O pós-humanismo, no entanto, compreende mais que as teorias de Deleuze e Guattari. Essa corrente de pensamento, que se opõe à cultura ocidental antropocêntrica, tem como objetivo a proposição de novas epistemologias pautadas na dissolução das fronteiras entre humanos, animais, tecnologias (BOLTER, 2016) e outras entidades. Segundo Lorimer (2009), os pensadores pós-humanistas podem ser classificados em quatro categorias. Vamos nos ater às duas vertentes mais adotadas pelos acadêmicos: o pós-humanismo desconstrutivista e o vitalista.

Ambas as vertentes têm suas origens na diferenciação entre as entidades humanas e não-humanas<sup>18</sup> nos diversos âmbitos sociais em que elas se apresentam. O viés desconstrutivista se apoia na crítica aos discursos e narrativas que excluem os não-humanos ou que simplesmente colocam os humanos como a centralidade dos fenômenos. Já os pós-humanistas vitalistas se voltam para o mundo material e como esse mundo é construído e reconstruído através da agência de diferentes entidades (LORIMER, 2009).

---

<sup>16</sup> Em especial Jacques Derrida, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Bruno Latour e Julia Kristeva, entre outros.

<sup>17</sup> Humanos, animais, plantas, instituições, empresas, técnicas, conhecimentos, contexto políticos, etc.

<sup>18</sup> O termo não-humano pode ser problemático por reduzir essas entidades aos humanos. Dessa forma o termo ainda apresenta elementos “humanocêntricos”. No entanto, temos dificuldade em encontrar um termo que consiga veicular essa mensagem de forma concisa e satisfatória. Portanto mantemos a utilização desse termo, mesmo tendo em vista que ele não é o ideal.

A natureza dessa diferenciação diverge entre as duas correntes. Enquanto os desconstrutivistas separam o que é humano e o que é não-humano em uma espécie de dualismo, a diferença vitalista é “infinitesimal e emergente” (LORIMER, 2009, p. 347), ou seja, não está pautada em dualismos.

Os desconstrutivistas se apoiam, principalmente, em métodos qualitativos e análise textual, tendo participado de uma revigoração das ciências sociais na década de 1990, em especial da geografia cultural. A corrente também obteve êxito ao discutir os limites do ser humano enquanto categoria de análise e das epistemologias humanistas. A visão crítica ao ferramental-teórico metodológico humanista abriu espaço para diferentes proposições nesse campo (LORIMER, 2009).

No entanto, os autores da vertente desconstrutivista não exploraram com profundidade as ontologias derivadas das teorizações pós-humanistas e nem as bases materiais ligadas a todas as entidades (LORIMER, 2009). São os vitalistas que se debruçaram com mais atenção a esses aspectos do pós-humanismo.

Os trabalhos de Bruno Latour e Deleuze e Guattari aprofundaram as críticas a modelos de pensamento dicotômicos e trouxeram à luz questões da agência dos objetos, animais, plantas, entre outras entidades e suas representações (ou ir além delas, como na obra de Nigel Thrift) (LORIMER, 2009). Na Geografia, tomaram-se diversos rumos tentando explorar as bases materiais, afetivas e corpóreas dos fenômenos sociais (LORIMER, 2009).

A guinada para as bases materiais encontrou um filão na Geografia mais que humana (*more than human Geography*). Essa corrente geográfica busca estudar as várias dimensões da vida por uma ótica complexa, indo além dos dualismos e das estruturas sociais (PANELLI, 2010). Essa área da geografia não se limita aos fenômenos sociais humanos, mas também engloba como as demais entidades se inter-relacionam e agem com os humanos nesses fenômenos e na constituição dos espaços geográficos.

Dentro dessa perspectiva, o estudo dos fenômenos enquanto complexos compostos por diversas dimensões e agentes se beneficia das teorias e abordagens inspiradas no pós-estruturalismo e pós-humanismo. Podemos citar aqui a teoria ator-rede e a teoria dos agenciamentos, como “as meninas dos olhos” dos estudos sociais desde os anos 2000.

Essas duas teorias têm sido cada vez mais utilizadas por geógrafos e pesquisadores em outras áreas correlatas (MÜLLER, 2015). No entanto, neste trabalho nos atemos à teoria dos agenciamentos (*assemblage theory*) pela sua capacidade de englobar entidades materiais, biológicas, sociais e tecnológicas na construção dos seus objetos (ACUTO, CURTIS, 2014) e a participação de tais entidades na constituição de hortas comunitárias no Distrito-Federal na condição de lugares.

A teoria ator-rede, apesar de compreender fenômenos pautados em humanos e não-humanos, juntamente com suas repercussões espaciais, políticas e sociais, oferece muito menos possibilidades de analisar as entidades de um fenômeno como agentes daquela materialidade que a teoria dos agenciamentos, ao abordar a agência sempre como algo mediado (MÜLLER, 2015). Em se tratando de agenciamentos, centradas nas interrelações, nos *links* de exterioridades, qualquer entidade do agenciamento independe de mediações para impactar a materialidade ou os elementos expressivos do fenômeno. A mediação ainda existe, apenas não é uma prerrogativa.

Na seção seguinte entramos em detalhes a respeito da perspectiva geográfica mais que humana e as possibilidades teórico-metodológicas atuais para abordar a constituição dos lugares através das interrelações entre diversas entidades.

### **3.2 Deslocando a centralidade humana**

A Geografia mais que humana é o campo da multiplicidade. Ela apresenta múltiplos métodos, teorias e campos de pesquisa. Ruth Panelli (2010) divide essa área da geografia em três campos distintos.

O primeiro campo consiste do estudo das relações sociais entre humanos e outros seres. Engloba-se nessa categoria o estudo dos animais – ou animal Geographies – (BEAR, EDEN, 2011); (POWER, 2008); estudos sobre as complexas relações sociais na natureza, incluindo a sua exploração, revelando desigualdades sociais e relações de poder (LONGHURST, 2006; DOMENE, SAURÍ, 2007); e pesquisas acerca das visões de natureza que diferentes grupos da sociedade possuem de maneira contraditória:

conservação da biodiversidade, conflitos por territórios naturais, segurança alimentar (BULLER, 2008).

Já os pesquisadores da segunda categoria abordam as alternativas indígenas de pensamento e para a produção do conhecimento. Critica-se a separação entre sociedade e natureza pelas civilizações ocidentais (JOHNSON et al. 2007), e ressaltam-se como vários povos indígenas contemporâneos mantiveram seu contato com a natureza, possuindo maior responsabilidade e reciprocidade com ela (PANELLI & TIPA, 2007). Isso possibilita uma discussão voltada a uma mentalidade diversa frente à natureza, frutificando novos conhecimentos (PANELLI, 2010) e realizando uma produção de conhecimento local, indígena, distante das visões ocidentais de ciência.

No entanto, a categoria que mais nos interessa é a que apresenta uma perspectiva híbrida (WHATMORE, 2002), abordando a interconectividade entre humanos e as outras entidades na natureza. Ela é híbrida justamente por propor que humanos-natureza constituem, através de suas relações, algo que nem é inteiramente humano e nem inteiramente não-humano. Os autores nessa perspectiva, em geral, abordam a agência de seres não-humanos a partir das relações estabelecidas entre eles e os humanos (PANELLI, 2010). Compõem o universo de trabalhos nessa linha, a pesquisa de Emma Power (2005) sobre as relações de competição e cooperação entre humanos e plantas nos jardins suburbanos de Sidney; também a pesquisa de Nick Bingham (2006), que se utiliza do termo “amizade” para caracterizar uma relação entre insetos, bactérias e humanos em culturas geneticamente modificadas.

Uma das obras que também oferece possibilidades de respostas sobre como humanos e outras entidades agem conjuntamente na constituição dos lugares é o trabalho de Anna Tsing (2010; 2015) com os fungos. A autora utiliza o conceito de *companion species* de Haraway (2003) para discutir as relações interespecíficas humanas, em especial com os fungos.

Nesse contexto, essas relações entre as espécies desempenharam um papel vital na evolução dos seres humanos enquanto espécie e sociedade. No entanto, ao longo do caminho, criaram-se narrativas que separam os humanos do restante da natureza, mesmo que de fato não exista essa cisão (TSING, 2010). Segundo a autora, ao invés de

percebermos como as diferentes espécies interdependem umas das outras, olhamos para os humanos em uma posição de controle, dominância sobre as demais espécies.

Entidades de toda sorte estiveram presentes ao longo da história de nossa espécie. Mesmo que o papel que desempenham pareça pequeno, muitas vezes foram essenciais aos processos de desenvolvimento da sociedade humana. Por exemplo, o papel dos fungos, bactérias e protozoários na fixação do nitrogênio (HUBBELL, KIDDER, 2009) no solo aumenta a produtividade das lavouras e permitiram alcançarmos os níveis de produção agrícola atuais.

Mesmo Darwin (1881) já estava ciente da participação de não-humanos em nossa história. Em seu último livro, Charles Darwin apresenta um estudo acerca das minhocas e sua capacidade de entender o espaço e modifica-lo ao movimentar a terra, aerando o solo, aumentando sua fertilidade e modificando a sua superfície (MEGRAW, 2012). Segundo Tim Flannery (2010), o evolucionista verificou uma inteligência singular nas minhocas que, surdas e cegas, dobravam folhas e arrastavam pedaços de vidro e pequenas pedras para enfeitar suas tocas, além de responder a estímulos de diversos graus. Para Darwin (1881), isso significaria que as minhocas merecem ser consideradas seres inteligentes. À época isso pareceria uma afirmação absurda; no entanto, mesmo hoje as narrativas criadas pela sociedade “humanocêntrica” restringem essas noções, mesmo frente a impactos significativos que seres não-humanos têm sobre nossa realidade.

A associação entre seres humanos, espécies vegetais e outras entidades (tais como os representantes da microbiota supracitados ou as técnicas agrícolas) representam mais do que aquilo que chamamos de agricultura. Essa associação faz parte da nossa história (TSING, 2010) – idiossincrática e contraditória – e também compõe nossos espaços e lugares em forma e conteúdo. Dessa maneira que se criam cidades inteiras ao redor de lavouras monocultoras do agronegócio (ELIAS, 2012) ou novos lugares são constituídos a partir da diversidade de espécies presentes em áreas mais periféricas ou menos antropizadas (TSING, 2010).

A fim de entendermos a constituição dos lugares por entidades humanas e não-humanas, precisamos antes esclarecer que bases teóricas foram utilizadas na definição da categoria lugar e na sua constituição, neste trabalho.

### 3.3 Hortas Urbanas Comunitárias enquanto lugares

O Lugar é considerado uma categoria de análise geográfica fundamental (HOLZER, 1999). Mesmo que a ideia de lugar exista a quase tanto tempo quanto a própria ciência, apenas nos anos 1970 que ela começou a ser representada como uma localidade permeada de significados e afetividades (CRESSWELL, 2009) e, portanto, é uma categoria pautada tanto nos aspectos materiais quanto imateriais presentes no local. Desde então, a categoria tem sido estudada dentro de diversas abordagens na Geografia, mas com posição especial na Geografia Humanística.

Geógrafos como Yi-Fu Tuan (1977), Edward Relph (2012) e Anne Buttimer (2015) estabeleceram as bases científicas para trabalharmos com o Lugar enquanto uma categoria que trata da experiência humana e como nos relacionamos com o mundo. Durante os anos 70 do século XX, esses geógrafos elaboraram, cada um à sua maneira, teorias sobre o lugar como conceito, métodos de estudar a categoria e geraram discussões sobre a origem e natureza dos lugares.

A partir de uma crítica a como se realizava a ciência geográfica à época, Yi-Fu Tuan começa a trabalhar o Lugar como uma localidade de pausa, de estabilidade, na vida humana, mas que transcende o seu aspecto locacional ao ser imbuído de valores. O Espaço, ligado à liberdade, movimento, está intimamente ligado às pausas do Lugar, estando os dois conceitos interligados. O lugar é único em sua identidade e significado, mas também é como um pequeno mundo onde ocorrem as relações humanas (TUAN, 1977).

Essas dimensões estruturadas, estáticas do lugar pautaram os trabalhos humanísticos a respeito da categoria. Em Relph (2012), ele descreve as experiências atreladas aos lugares como “resistentes ao tempo” (RELPH, 2012, p. 28), implicando uma estabilidade desses lugares. Essa estabilidade foi criticada por trabalhos propondo abordagens do lugar através da mobilidade e de entender sua formação como processos de poder. Utilizando a teoria fenomenológica focada no corpo de Merleau-Ponty, David Seamon e Allen Pred elaboram suas ideias de Lugar em direção oposta a Edward Relph e Yi-Fu Tuan (CRESSWELL, 2009).

Hetherington (1998) aciona o conceito de lugar a partir da teoria ator-rede de Latour (2012), em que os lugares podem ser entendidos como móveis imutáveis. Por essa abordagem, os lugares mantêm as características relacionadas à pausa e resistência ao tempo por serem imutáveis em um contexto de percepções e memórias, mas, por serem representações da realidade material, também podem se movimentar no espaço com os sujeitos que significam os lugares e os demais elementos das redes que englobam tais sujeitos.

Para Berdoulay (2012), a constituição dos lugares transita pelas formas como os sujeitos se relacionam com os lugares, mediados pelos imaginários geográficos. Assim, sujeitos e lugares se co-produzem, constituindo lugares que, através dos imaginários, “recombinam em algo novo, de maneira criativa, as formas, os símbolos, signos e outras estruturas ou elementos carregados de sentidos” (BERDOULAY, 2012, p. 51). Os lugares, então, além de construções materiais, também possuem uma realidade imaterial que os permeiam.

Edward Relph (2012) também expõe o lugar como o local de interrelação entre os seres e o mundo. Isso acontece através das relações intrincadas entre os entes dos lugares. Essas relações remetem à geograficidade de Dardel, descrita como a “essência geográfica do ser-e-estar-no-mundo” (DARDEL, 2011, XII). A ideia de que os seres humanos estão intrinsecamente relacionados ao mundo, de que a geografia é algo inerente do ser, expande os caminhos e as abordagens que podem se utilizar dentro da categoria lugar.

A noção do lugar como conexão com o mundo e, ao mesmo tempo, estando contido nele e sendo o mundo em si, aproxima a categoria ao conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (2000), em que nem o lugar, nem o mundo correspondem à totalidade da categoria de análise. Entende-se então que é preciso trabalhar o lugar dentro de múltiplas escalas e não como um produto pronto ou imóvel.

As abordagens mais recentes da geografia deram novos ares às categorias geográficas. O Pós-Estruturalismo, Pós-Humanismo, Pós-Fenomenologia, Geografia Mais-Que-

Humana<sup>19</sup> more than human Geography e agenciamento thinking, entre outros, tiveram papel significativo na mudança do foco no ser humano. A mudança do foco no sujeito humano propiciou uma análise envolvendo também os seres não-humanos e suas interrelações no espaço de forma diferente. Podemos citar os trabalhos de Rose e Wylie (2006) e de Besse (2010) sobre espaço e paisagem e Cloke e Jones (2001) sobre lugar.

Paul Cloke e Owain Jones trabalham com a agência não-humana na produção dos lugares, baseados no pomar de West Bradley, em Somerset, Inglaterra. Sua abordagem está direcionada às relações entre humanos e não-humanos como a maneira que os seres (no caso do trabalho em questão, humanos e plantas) atuam como componentes de paisagens e lugares. Apesar de semelhante com a teoria ator-rede (Actor-Network Theory), a abordagem utilizada situa de maneira mais central o papel de seres “orgânicos” na produção dos lugares, em especial os não-humanos. Para os autores, então, lugares são entidades co-constituídas e realizados tanto por humanos, quanto não-humanos.

Os lugares de Cloke e Jones indicam uma forma de entender o mundo através de redes inter-relacionais que, ao interagirem, formam os lugares. Esses lugares, por sua vez, possuem uma natureza fluida e multidimensional. Apesar de se apresentarem de forma dinâmica, os lugares mantêm suas características familiares e identitárias criadas pelas vivências, experiências de vida e relações entre os agentes humanos e não-humanos (INGOLD, 1993; CLOKE, JONES, 2001). O tempo está presente nos/em torno dos elementos que compõem o lugar. É com o passar do tempo que a união entre esses elementos fica mais profunda e significativa, de maneira que tanto as árvores, quanto os humanos desempenham papéis fundamentais nas vidas uns dos outros.

É de especial importância que esse estudo dos lugares tenha sido empreendido em um pomar. Segundo Cloke e Jones, pomares refletem a hibridez e vivacidade das relações ecológicas/culturais, permitindo observar as relações entre natureza e sociedade em contextos urbanos e rurais. De certa maneira, o mesmo ocorre nos plantios urbanos comunitários, onde não a centralidade do fenômeno não é bem definida, tendo a

---

<sup>19</sup> A Geografia Mais-Que-Humana (*More-than-human*) é uma perspectiva da pós-humanística, em que se desenvolvem questões das relações sociedade-natureza, e como elas emaranham, se enredam entre si (PANELLI, 2010).

participação de humanos e não-humanos; por ser uma atividade marcada por ruralidades<sup>20</sup> integrada ao ecossistema urbano<sup>21</sup>; por ser uma atividade cultural, social, política e econômica, concomitantemente.

Esclarecidas as bases teóricas pertinentes à categoria do lugar, nos voltamos às teorias dos agenciamentos para explicitar como as teorias dos agenciamentos podem auxiliar na compreensão da constituição das hortas comunitárias como lugares. Para tanto, é necessário retomar a obra de Deleuze e Guattari: *Mil Platôs* (2000).

### **3.4 Agenciamentos e Lugares**

A obra *Mil Platôs*, de Deleuze e Guattari, escrita em 1980 (traduzida para português apenas em meados da década de 1990) buscou construir o conceito de multiplicidade (ABREU FILHO, 1998). Através da multiplicidade, os autores propuseram a superação dos dualismos e de um mundo (material e imaterial) estanque. O trabalho de Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* é um trabalho que fala sobre a emergência (dos lugares, das entidades, dos fenômenos). Assim, os conceitos trabalhados pelos autores estão sempre em movimento, ou seja, em constante transformação de uma entidade para outra, de características dessas entidades ou da forma como elas se interrelacionam.

No entanto, ao longo de *Mil Platôs*, alguns dos conceitos apresentados por Deleuze e Guattari não foram desenvolvidos com o intuito de se constituírem em um sistema teórico (MÜLLER, 2015). Os agenciamentos ou agenciamentos foram um dos temas apropriados por outros teóricos das ciências sociais ou filosofia na tentativa de compor uma teoria; entre eles, Manuel De Landa. Ele se aprofundou nos elementos dos agenciamentos e organizou a teoria de modo a possibilitar uma utilização mais extensiva das ideias de Deleuze e Guattari. Por esse motivo, nos baseamos em De Landa e na sua versão da teoria dos agenciamentos para este trabalho.

---

<sup>20</sup> Carneiro (1998), entende as ruralidades como identidades em construção pautadas, atualmente em algo além da dualidade campo-cidade.

<sup>21</sup> Mougeot (2000)

Segundo De Landa (2013), a teoria de agenciamento foi criada para estudar uma grande variedade de conjuntos construídos a partir de partes heterogêneas. Agenciamentos ou agenciamentos podem ser desde moléculas ou átomos, a organismos biológicos, espécies, ecossistemas ou entidades construídas socialmente (DE LANDA, 2013, p. 3).

Tais agenciamentos permitem englobar entidades materiais, biológicas, sociais e tecnológicas na construção dos conjuntos. Isso nos distancia de categorias reificadas e do antropocentrismo, proporcionando “um novo materialismo que enfatiza as capacidades de criação da matéria e da energia; e dos processos que as substanciam em uma grande variedade de formas, incluindo aquelas advindas das interações sociais” (ACUTO, CURTIS, 2014, p. 2).

No entanto, o foco central da teoria não é apenas a coleção de entidades relacionadas ao todo estudado. O que está em questão são como essas entidades se relacionam com o conjunto e entre si em um determinado espaço geográfico e momento histórico, podendo, atuar na territorialização ou desterritorialização do fenômeno (DE LANDA, 2013). Esses processos “enraizam” ou “desenraizam” (HAESBAERT, 1995) as hortas nos lugares, modificando os espaços ocupados por elas, as suas influências e conexões estabelecidas nos lugares. Isso se dá, na teoria deleuziana, em duas dimensões: uma dimensão dos papéis que as componentes do agenciamento performam (atuam ou agem), desde um papel totalmente material a um papel pautado na imaterialidade; e a dimensão dos processos em que essas componentes agem, podendo estabilizar ou desestabilizar o agenciamento (DE LANDA, 2013).

#### Esquema 2 - Desterritorialização e (re)territorialização

|  |   |
|--|---|
| <p><b>Desterritorialização</b><br/> <b>quantifica, massifica (na rede:</b><br/> <b>desigualdade/hierarquia)</b><br/> <b>extroversão, desenraizamento</b></p> | <p><b>(Re)Territorialização</b><br/> <b>qualifica, identifica, distingue</b><br/> <b>(diferença/alteridade)</b><br/> <b>introversão, enraizamento</b></p> |
|--|---|

Fonte: Haesbaert, 1995 (adaptado)

O Território em Deleuze e Guattari existe no contexto da emergência do mesmo, ou seja, dos processos de desterritorialização e reterritorialização. Para eles, só há território se

também há uma desterritorialização, que não ocorre sem um esforço para se reterritorializar (DELEUZE e GUATTARI, 2000).

Manuel De Landa (2013), ainda afirma a existência de uma terceira dimensão que define a rigidez da identidade do agenciamento. Em outras palavras, são os processos que indicam o quanto um agenciamento pode ou não operar de forma mais flexível. Por exemplo, uma comunidade muito homogênea pode impedir que um agenciamento que se forme em seu entorno tenha flexibilidade para atuar em mais de uma frente dessa comunidade (como a economia, cultura ou política).

Apesar das diferenças entre a teoria dos agenciamentos de Deleuze e De Landa, Müller (2015) elencou cinco características que os agenciamentos compartilham. A primeira característica é a natureza relacional dos agenciamentos. Isso significa que os agenciamentos são formados pelo arranjo entre as entidades que participam do conjunto. Segundo De Landa (2013), os agenciamentos não são explicados pela soma das entidades contidas nele, e sim pelas relações entre as entidades.

Já a segunda característica segundo Müller (2015), é que agenciamentos são marcadas por sua produtividade. Nos agenciamentos há a criação de novas realidades, materialidades, comportamentos e territorialidades. A terceira característica é a heterogeneidade de entidades que compõe os agenciamentos (humanos, animais, plantas, coisas, ideias, instituições). Segundo Landa (2013), as entidades que compõem os agenciamentos são heterogêneas, sendo tanto materiais quanto expressivas, e por vezes materiais e expressivas ao mesmo tempo. Vale ressaltar a importância do desejo enquanto uma entidade imaterial dos agenciamentos na obra de Deleuze e Guattari. O desejo está no cerne das interações entre as entidades dos agenciamentos e os lugares.

Como dito anteriormente, os agenciamentos estão em um constante processo de produção de novas territorialidades. Essa quarta característica está envolta numa dinâmica de emergência e estabilização dos agenciamentos, mas também de transformação, mutação e dissolução (MÜLLER, 2015).

E por fim, os agenciamentos são compostos pelo pareamento de objetos e fluxos fragmentados e fragmentários (DELEUZE, GUATTARI, 2000). Pode-se dizer, então, que

os agenciamentos têm componentes corpóreas e imateriais (MÜLLER, 2015). Isso se reflete na espacialidade dos agenciamentos que, por sua natureza múltipla e de constantes transformações, não apresenta limites bem definidos.

A teoria do agenciamento, então, assim como a teoria ator-rede, entende espaço e agência a partir das relações entre humanos e entidades de diversas naturezas na formação de agenciamentos diversos (MÜLLER, 2015).

Também é importante citar a multiescalaridade dos agenciamentos como uma característica marcante do fenômeno. Diversos autores têm trabalhado com a natureza multiescalar dos agenciamentos, em especial as relações entre as escalas local e global. De Landa (2013) discute como bairros, cidades e nações podem ser configuradas em agenciamentos, com seus respectivos elementos materiais e imateriais, e as suas dinâmicas de territorialização e desterritorialização. Para o autor, há agenciamentos baseados em escalas locais e agenciamentos em escalas mais amplas e globais. Nessa perspectiva, agenciamentos podem estar interrelacionados e atuando uns nos outros.

Bruno Latour (2007) aproxima as duas escalas ao afirmar que o global está presente no local e que é através da montagem dos diferentes locais e suas interconexões que o global se apresenta. Michael Woods (2016) aproxima as duas escalas ao estudar os impactos da globalização (e por consequência dos agenciamentos globais) na escala local e em seus agenciamentos. Agenciamentos locais podem, então, estar contidos em agenciamentos maiores ou serem afetados por tais agenciamentos, podendo ter seus processos locais alterados ou até mesmo se desterritorializarem.

Porém, esta pesquisa pretende se focar na escala local, sem perder de vista a existência da escala global, mas se aprofundando na constituição dos lugares a partir dos agenciamentos. Isso porque um agenciamento não é definido apenas por sua escala ou pela categoria espacial em que está sendo analisado. A teoria dos agenciamentos implica em explorar o potencial dos locais e de seus atores, suas histórias, suas capacidades, o que produzem e seus significados; e não são apenas resultantes de um processo, mas são eventos decorrentes e performativos (ANDERSON, MCFARLANE, 2011).

Há intersecções entre o pensar em agenciamentos e o estudo dos lugares. Para Ana Fani Carlos (1996), por exemplo, a dimensão temporal, marcada pela história dos lugares, conecta os aspectos locais aos aspectos de fora dos lugares. Assim como Relph (2012), Ana Fani também atribui ao lugar uma conectividade com mundo. Os agenciamentos possuem a mesma natureza multiescalar, podendo ser tanto agenciamentos locais, quanto em maior escalas; e múltiplas agenciamentos podem estar conectadas em diversas escalas diferentes.

Os lugares podem ser imutáveis, especialmente do ponto de vista da percepção dos indivíduos, porém, quando relacionados a agenciamentos, adquirem características móveis e múltiplas. Essa mobilidade está presente na emergência dos agenciamentos que, constituídos por desejos, se territorializam. A ideia de território trabalhada por Deleuze e Guattari, tanto em *O Anti-Édipo* (2010) quanto em *Mil Platôs* (2000), porém, parte de uma noção muito mais abrangente que a forma como a categoria é tipicamente abordada na geografia. O território para os filósofos é a construção de algo a partir do desejo, e das multiplicidades materiais e imateriais das entidades relacionadas ao desejo. A multiplicidade do território deleuziano em uma escola local abre possibilidades para esse território mesmo território ser entendido enquanto um lugar. Isso ainda corrobora com o desenvolvimento do conceito de *place-based assemblages*, elaborado por De Landa (2013), que compreende agenciamentos que atuam na escala do lugar.

As hortas comunitárias, por exemplo, nascem do desejo de se cultivar em comunidade nas áreas urbanas com fins específicos à comunidade. Esse desejo se manifesta no território através dos corpos e das ações de humanos, plantas, ferramentas, conhecimentos, leis, entre outros. No entanto, a escala desse território é a escala do lugar onde os elementos materiais e imateriais estão interrelacionados. A horta não são apenas os seus limites nem a sua esfera de influência, também é a energia do trabalho dispendido no lugar, as técnicas e conhecimentos que moldam suas feições, as espécies que interagem, vivenciam e experienciam a horta. O território deleuziano da horta, é, então, a partir de uma análise geográfica, um lugar. Esse lugar é constituído por uma variedade de entidades, já que não são apenas os humanos que ali atuam. Assim como no pomar de Cloke e Jones (2001) - constituído através das interações de humanos e árvores frutíferas - as hortas comunitárias são co-constituídas por entidades humanas (por exemplo, os hortelãos e

membros das comunidades locais) e não-humanas (plantas, animais, desejos, conhecimentos, entre outros).

Portanto, entendemos que os agenciamentos estão ligados à constituição dos lugares da agricultura urbana no Distrito Federal por territorializarem o conjunto de entidades e suas interrelações que são componentes tanto das hortas comunitárias enquanto agenciamentos, quanto delas enquanto lugares. A constituição do lugar está intimamente ligada às atuações de pessoas, animais, plantas, instituições, saberes, entre outras entidades, através da horta comunitária. A horta, por sua vez, é um agenciamento composto por uma gama de diferentes entidades, entre elas humanos, plantas, animais, técnicas agrícolas e saberes tradicionais, e instituições públicas e privadas do DF. Elas estão interrelacionadas e constantemente modificando os lugares através de novas entidades que entram ou saem dos agenciamentos e de suas novas interrelações. Isso se traduz na territorialidade das hortas e, por consequência, nos lugares.

## **4 - Metodologia de Pesquisa**

Na terceira seção, apresentamos mais detalhes sobre o recorte espacial escolhido, assim como informações a respeito da metodologia desta pesquisa. Dentro desses dois temas elaboramos um pouco mais a respeito da tipologia dos plantios no DF, como eles se distribuem geograficamente e que plantios foram o foco da nossa pesquisa. Além disso, especificamos as etapas de trabalho, que procedimentos metodológicos foram utilizados e uma reflexão crítica acerca da pesquisa em geral.

### **4.1 Recorte Espacial**

Apresentamos aqui a agricultura urbana no Distrito-Federal como um todo para delimitamos o recorte espacial dos exemplos comunitários dessa atividade. Também é importante pensarmos em uma tipologia para esses plantios, algo que tem sido discutido por estudiosos da área. É necessário realizar esse recorte dado o número de hortas comunitárias no DF e sua variedade de características. Devido à proposta da pesquisa, buscamos um número reduzido de hortas, mas que possibilitasse explorar a constituição dos lugares de forma aprofundada.

#### **4.1.1 Agricultura Urbana no Distrito Federal**

Falar de agricultura urbana em uma metrópole como Brasília e seu correspondente político-institucional, o Distrito-Federal, significa abordar as ruralidades presentes em uma cidade planejada para ser a capital do Brasil. Essa ruralidade implica que esses espaços (ou lugares) na cidade possuem características normalmente atribuídas aos espaços rurais. No entanto, não podemos falar desses espaços como estritamente rurais, dada a sua integração com o ecossistema urbano.

Essas ruralidades estão ligadas à história dos moradores do DF, suas visões de mundo, experiências e percepções da/na cidade. Por exemplo, Bertran (2011) mostra como existia no planalto central uma ligação ao meio rural que movimentava a região muito antes da

chegada da capital. Havia sócio histórias, vilas, organização sócio-econômica, culturas. A capital federal não ocupou um espaço vazio no território brasileiro (DOURADO, 2015).

A presença da capital atraiu interesses para a região, aumentando o número de propriedades e fazendas nas áreas rurais no entorno da cidade em construção (DOURADO, 2015). Essas propriedades mantinham o status quo de uma cidade voltada ao setor terciário e que precisava ser alimentada pelas áreas rurais à sua volta. A realidade só começou a mudar nos anos 1980 com o desenvolvimento de ideias voltadas à uma produção objetivamente diferente no Brasil, principalmente dos orgânicos (DAROLT, 2000). Somente nos anos 80 os primeiros experimentos foram materializados em Brazlândia, DF (NETO, 2001).

O desenvolvimento de projetos e a conjuntura político-econômica entre os anos 90 e 2000 no DF favoreceu maior utilização intensiva de áreas próximas os aglomerados urbanos, influenciando diretamente os produtores e suas famílias (DOURADO, 2015). Ainda segundo a autora, esse crescimento das possibilidades em realizar agricultura dentro do DF se apoia na disponibilidade de recursos naturais de qualidade, infraestrutura de assistência técnica governamental (destaca-se a EMATER-DF) e proximidade com um mercado consumidor crescente. O contexto da agricultura no DF é diferente do restante do país, justamente pois o rural muitas vezes se confunde com o urbano (ORSI, 2001). Além disso, o autor considera a condição dos produtores do Distrito-Federal privilegiada, por contarem com a maioria dos confortos disponíveis à população urbana. No entanto, ainda aponta-se a inserção no mercado de maneira lucrativa, os conflitos fundiários e a especulação imobiliária como principais desafios da agricultura urbana no DF no início do século XXI (DOURADO, 2015).

Na direção para superar esses desafios, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) fomenta a agricultura urbana no DF. Segundo Dourado (2015), a instituição, até 2011, implementou um grande número de capacitações em agricultura urbana; promoveu projetos de ordem social, cultural, ambiental, tecnológica, política e econômica, incluindo hortas escolares e hortas comunitárias.

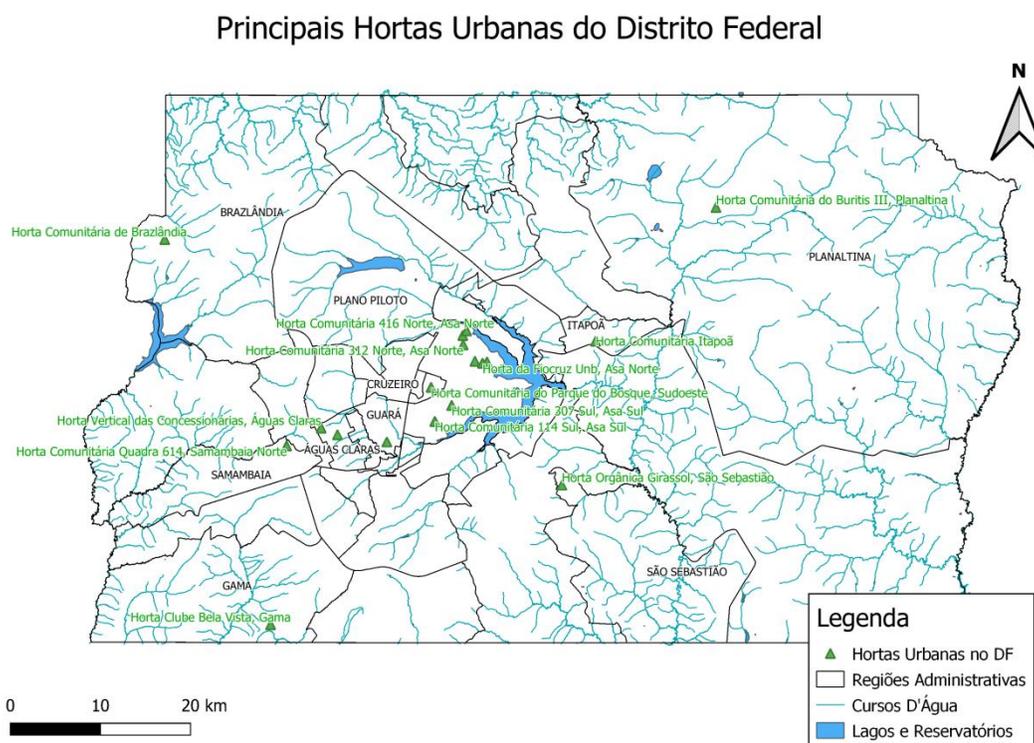
Dentro do espectro da AU, destacam-se na última década as iniciativas comunitárias da atividade. Essas iniciativas se mostram cada vez mais relevantes no cenário produtivo do Distrito-Federal e nas transformações verificadas na cidade nos últimos anos.

#### **4.1.2 Agricultura Urbana Comunitária no Distrito Federal**

O impacto da agricultura urbana comunitária no Distrito-Federal é marcante. Além do crescente espaço na mídia, é possível verificar cada vez mais grupos se formando para organizar os agricultores urbanos, que por sua vez pressionam o governo local pedindo melhorias e apoio, e uma massa crítica se desenvolvendo, legitimando cada vez mais a atividade. Cada plantio possui sua história de origem diferente: alguns surgiram de iniciativas espontâneas de cidadãos, outros vieram de coletivos organizados e alguns foram parcerias com o governo local e/ou empresas. No entanto, o que todos eles apresentam de comum é a potencialidade em mudar a realidade nas cidades, tanto a partir de um aspecto material como a Horta Girassol (IFB, 7 abr. 2017) e a Horta da 416 Norte (EBC, 2 jan. 2017), mas também no aspecto da percepção dos moradores de um lugar como nos jardins comunitários da Ceilândia (REDAÇÃO METRÓPOLES, 2016).

Em 2015, as hortas comunitárias no DF ultrapassavam o número de vinte, segundo a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) (STACCIARINI, 2015). Continua crescendo o número de coletivos e grupos integrados à agricultura urbana e hoje esse número é ainda maior, principalmente se levarmos em consideração plantios que não se enquadram como hortas. No ano de 2018, a EMATER-DF divulgou um dado atestando que no Distrito Federal há mais de 100 hortas comunitárias (NUNES, 19 abr. 2018). Isso se desenvolve graças à Lei 4.772, de 24 de fevereiro de 2012 e o apoio da SEMA no desenvolvimento de projetos como a Virada do Cerrado, mas principalmente, graças aos cidadãos que se aplicam à atividade, divulgam seus feitos, distribuem suas produções entre vizinhos e que lutam pelo seu direito à cidade.

Mapa 2 - Principais hortas urbanas comunitárias no Distrito Federal



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

O protagonismo dos hortelãos na prática agrícola nas cidades do DF não se restringe à R.A. I Brasília, onde boa parte dessas hortas comunitárias se concentra. Há também um grande número de hortas e outros plantios comunitários nas demais Regiões Administrativas como em São Sebastião com a Horta Girassol (a maior horta comunitária do DF), no Guará, em Taguatinga (destaque para a Horta Comunitária do Mercado Sul), na Ceilândia com seus jardins comunitários, no Lago Norte onde se localiza o Viveiro Comunitário do Lago Norte, no Sudoeste onde há uma horta comunitária e um parque gerido por moradores da área, entre diversas outras localidades onde ocorrem esse tipo de atividade.

Há também uma tentativa (mesmo que incidental) de implementar uma tipologia dos plantios urbanos no DF. Essa tipologia está pautada na forma de produzir e que tipos de produtos estão sendo plantados. Normalmente, essa tipologia é utilizada pelos próprios agricultores urbanos, mas já foi adotada pelos meios midiáticos quando reproduzem

acontecimentos ocorridos nos plantios. Essa tipologia (até o momento) consiste em três formas: hortas comunitárias, viveiros comunitários e jardins comunitários.

Essa forma de tipificar os plantios pode não ser tão adequada em termos explicativos pois, como vimos anteriormente, hortas comunitárias podem apresentar características muito diferentes entre si, o mesmo podendo acontecer para os outros tipos. Enquanto essa tipologia parece muito abrangente, é a forma que os agricultores urbanos do DF encontraram para designar suas atividades. Dessa forma, mesmo carecendo de uma melhor definição, optamos por seguir essa designação utilizada pelos sujeitos da agricultura urbana no Distrito Federal.

Tendo em vista esse contexto da AUC no Distrito-Federal, nos debruçamos sobre os plantios escolhidos para realização do trabalho empírico. Entramos em mais detalhes sobre cada um, explicando suas características e justificativa para sua escolha.

#### **4.1.3 As Hortas**

Tendo em vista o contexto da agricultura urbana e agricultura urbana comunitária no DF, decidiu-se focar o trabalho empírico em duas localidades diferentes do Distrito-Federal, a Horta Girassol, em São Sebastião; e a Horta Comunitária da 416 Norte. Apesar dos diversos tipos de plantios que podemos encontrar no Distrito Federal, as hortas comunitárias ainda são as variantes mais significativas do fenômeno, oferecendo, então, maior base de dados e dados mais confiáveis e verificáveis.

A escolha das hortas está fundamentada em produzir informações que permitam entender o fenômeno da AUC no DF em suas especificidades, mas também de maneira mais geral. Uma das prioridades era mostrar como essa atividade é mais complexa do que muitas vezes aparenta ser, logo as escolhas precisaram estar pautadas em características específicas para esse fim. A primeira consideração foram os tipos de atividades realizadas no plantio. Objetivamos escolher hortas que atuam de formas diferentes a fim de abranger uma maior complexidade do fenômeno. A segunda consideração é o contexto sócio espacial dos plantios e moradores, indicados pelas Regiões Administrativas onde se encontram os plantios e qual o perfil socioeconômico geral dos agricultores, para que os

resultados não reflitam apenas um contexto ou grupo socioeconômico. A terceira e última consideração é sobre a forma como se organizam esses plantios. Foi preciso perguntar: como surgiu o plantio? Foi uma iniciativa da comunidade, do governo ou de múltiplos interessados? Como é feita a gestão desse plantio? Há parcerias com empresas e governos ou a gestão é puramente comunitária? Como o plantio está organizado? Essas perguntas geraram a necessidade de explorarmos também esta questão em nossa pesquisa, já que afetam diretamente os agenciamentos locais, os plantios.

Esses critérios precisaram ser levados em consideração para entendermos se diferentes contextos, características e tipologias de plantios podem implicar em diferentes interações e constituições de lugares.

Os diversos plantios também possuem diversas justificativas para suas escolhas. Por conta disso, em seguida falamos um pouco de cada exemplo escolhido e algumas informações contextuais necessárias para entender a conjuntura de elementos em torno da atividade em cada plantio.

### **Horta Girassol**

A Horta Girassol, localizada na Região Administrativa XIV – São Sebastião, foi fundada em 2005 após um surto de hantavirose ter matado diversos moradores da região. O local onde a horta foi instalada era um depósito de lixo e, após pedirem a retirada do depósito para o governo e não receberem resposta, resolveram lidar com a situação por conta própria. O local foi limpo e posto para produzir. Hoje, eles contam com 6000 metros quadrados de área e uma produção considerada em 2015 a maior produção urbana de comidas naturais. A produção orgânica é vendida a preços acessíveis e os lucros complementam a renda dos participantes. Membros da comunidade também podem pagar valores extremamente acessíveis pelos alimentos, ou consumi-los gratuitamente. A Horta também participa de projetos de capacitação e integração social com escolas públicas, Institutos de Educação Superior e ações voltadas à acessibilidade (BCHARA, 10 jan. 2016). Em 2017, a Horta foi escolhida como um dos destaques em produção de alimentos nas cidades pela ONU (UN FOOD GARDENS, 2017).

A Horta Girassol foi escolhida como um dos exemplos a ser estudada nesta pesquisa por conta de seu destaque enquanto horta comunitária, estar situada em uma Região Administrativa marcada por uma população em situação de risco socioeconômico diferenciando-a da Horta Comunitária da 416 Norte. A Horta atualmente é autogerida e conta com apoio do governo, especialmente da EMATER.

### **Horta Comunitária da 416 Norte**

A Horta Comunitária da 416 Norte está localizada na ponta norte do Plano Piloto, de Brasília. Em 2014, foi criada a Horta Comunitária na quadra 416 Norte de Brasília, juntamente com um coletivo que buscava participar mais das decisões da quadra e implementar melhorias aos moradores. Hoje o Coletivo Vizinhança 416N participa de uma série de movimentos em Brasília e foi eleito para a prefeitura da quadra. A Horta possui projetos com escolas públicas, está aberta a quaisquer participantes e realiza mutirões constantes.

Esse caso foi escolhido por ser uma horta comunitária que apresenta características diferentes da Horta Girassol. Mais nova e em uma Região Administrativa de classe média-alta, a Horta não surgiu da necessidade vital de transformar o seu lugar, mas do esclarecimento de uma comunidade a respeito do direito à cidade, sustentabilidade e qualidade da vida comunitária. O contraste entre as duas hortas comunitárias nos ofereceu resultados pertinentes acerca das entidades relacionadas às atividades e à constituição desses espaços em lugares.

## **4.2 Métodos da Pesquisa**

Nesta etapa, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa e as estratégias para desenvolver o presente estudo. Isso envolve os estágios de trabalho, procedimentos metodológicos escolhidos para acessar e produzir as informações em campo, e métodos de análise dos resultados.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas intercaladas entre si: gabinete e campo. O desenho da pesquisa foi desenvolvido intercalando as etapas para que a prática nunca se desconecte da teoria, e vice-e-versa. Assim, a cada etapa teórica, temos uma etapa prática, e de volta a uma etapa teórica para refletir sobre o que foi visto em campo. Dessa forma, evitamos que a teoria e a realidade se desconectem, adequando a teoria à medida que novas informações surgem em campo.

A primeira etapa foi de elaboração primordial das bases teóricas em luz ao que se têm trabalhado em Agricultura Urbana e Pós-Fenomenologia. Em seguida, aconteceu uma etapa prática com a visita de diversos plantios para entender se a AUC poderia ser estudada a partir de uma abordagem pós-fenomenológica. Esses momentos em pré-campo serviram principalmente para conversar informalmente com os agricultores urbanos e nos informarmos da dinâmica da Agricultura Urbana Comunitária no DF. Ocorreram em duas ocasiões: uma visita à Horta Girassol onde pudemos conversar com uma das idealizadoras do projeto e outros participantes, e durante a Virada do Cerrado de 2017, em um encontro com agricultores urbanos no Parque do Bosque, no Sudoeste (que também conta com uma horta comunitária). Isso foi um processo que facilitou de maneira significativa a decisão sobre quais plantios estudar. Na volta ao gabinete, percebeu-se que a abordagem pós-fenomenológica não se enquadrava com as respostas obtidas em campo. Decidiu-se utilizar a teoria dos agenciamentos como forma de explicar como os lugares são constituídos por uma diversidade de entidades – materiais e expressivas – atuantes nas hortas comunitárias. A abordagem sócio-material se enquadrou melhor nos exemplos vistos em campo e com as contribuições da qualificação desta pesquisa.

Fotografia 3 - Encontro de Hortelãos e CSA no Parque do Bosque, durante a Virada do Cerrado 2017



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

Fotografia 4 - Manejo de hortaliças na Horta Girassol



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

Ao entender as hortas como agenciamentos, pudemos elaborar entrevistas pautadas em acessar as interrelações estabelecidas entre as entidades dos agenciamentos, os elementos territorializantes e desterritorializantes e os contextos econômicos, sociais, políticos e culturais da criação e desenvolvimento dessas hortas.

Os campos consistiram de visitas às hortas tanto no período da seca, quanto nos meses de chuva, para observar os plantios através do método de observação simples (GIL, 2014) e realizar entrevistas narrativas<sup>22</sup> (SCHÜTZE, 2011; MUYLAERT, 2014). Esse procedimento foi originalmente criado visando acessar as experiências e narrativas de vida dos sujeitos das pesquisas. Ele consiste de entrevistas abertas, em que o entrevistado tem maior liberdade para falar sobre os temas designados na pesquisa, com pouca ou nenhuma interrupção do pesquisador. Inspiramo-nos nesse procedimento para criar entrevistas em que o pesquisador pudesse, ao mesmo tempo, guiar o diálogo a fim de responder às perguntas da pesquisa e dar a liberdade para o maior número possível de informações dos entrevistados ser registrado. Isso se enquadra de maneira a registrarmos tanto as relações materiais quanto expressivas nas falas dos agricultores.

Ao todo foram realizadas 12 entrevistas entre os dois plantios, com a participação tanto de fundadores e líderes nas hortas, quanto voluntários e membros menos ativos. As entrevistas foram realizadas primeiramente com os participantes dos núcleos organizacionais das hortas, que então indicaram mais membros para participarem da pesquisa. O total de entrevistados foram os membros que aceitaram participar da pesquisa. Seus nomes foram alterados na seção de resultados para garantir anonimidade aos entrevistados. Nesse contexto, é preciso levar em consideração que a participação nas hortas muitas vezes ocorre de forma espontânea. Então, o número de participantes das hortas é fluído, podendo aumentar ou diminuir dependendo do contexto (isso sem contar os participantes esporádicos). Cada entrevista durou vinte a trinta minutos em que os participantes puderam se aprofundar no histórico da horta em que participam, seu nível de engajamento, quais atividades costumavam realizar, quais os elementos fundamentais tanto na criação quanto manutenção da horta, suas experiências no plantio, entre outras respostas. A participação de uma variedade de participantes implicou em informações de naturezas

---

<sup>22</sup> Um modelo da entrevista levada aos campos pode ser encontrada no Apêndice A deste documento.

diferentes, produzidas em contextos diferentes. Essa miríade de dados compôs o universo analítico da pesquisa que apresentamos na seção seguinte.

Durante as visitas para realização de entrevistas, também foram feitas sessões de observação do trabalho nas hortas. Isso aconteceu em dois momentos: entre julho e agosto de 2018 e entre dezembro e janeiro de 2018 e 2019. Isso foi necessário pois, em campo, verificamos que o clima impacta significativamente as hortas, especialmente a horta 416 Norte. Decidimos dividir as observações e entrevistas para analisar também uma possível mudança nos agenciamentos com a troca de estações. Dessa forma, as visitas produziram resultados relacionados tanto aos meses de seca quanto ao período chuvoso do clima brasiliense e gerando novos resultados no que tange as entidades atuantes nos diversos períodos de um ano. As observações nos plantios foram necessárias para absorver possíveis informações não compreendidas nas falas dos entrevistados, a forma como os hortelãos interagem com as entidades e os lugares, e os aspectos materiais presentes na horta.

Os campos apresentaram situações diversas que exemplificaram as dinâmicas nas hortas. As visitas às hortas aconteceram em horários variados, e duraram em torno de uma a três horas, tanto pela manhã quanto pela tarde. Nessas visitas, houve momentos com as hortas cheias de pessoas trabalhando e momentos mais vazios. De maneira geral, durante as visitas à Horta Girassol, haviam mais hortelãos trabalhando nas hortas que durante as visitas à Horta 416 Norte. Isso se deve às visitas terem se concentrado em dias de semana, haja visto que, com a realização das entrevistas, verificamos que há uma concentração das atividades na Horta 416 Norte durante o fim de semana. Citamos aqui duas situações encontradas em campo e o que elas significaram para a pesquisa. Em uma das visitas à Horta Girassol, os hortelãos estavam reunidos em uma discussão sobre o andamento dos trabalhos na horta, os caminhos a se seguir com a transformação da horta em Instituto Girassol<sup>23</sup> e a respeito do empenho dos participantes no lugar. O mesmo não aconteceu na Horta 416 Norte. Em nenhuma das visitas a essa horta, mesmo com a presença de mais de um hortelão juntos, viu-se algo que assemelhasse a reunião vista na Horta Girassol. Isso já começava a ilustrar, antes da análise das entrevistas, como os processos de desterritorialização impactaram a Horta 416 Norte, especialmente no engajamento dos hortelãos durante a época da seca. Por

---

<sup>23</sup> Vide seção 5

outro lado, a Horta Girassol mostrou um movimento contrário, se organizando mais com o passar do tempo e buscando sempre aumentar o engajamento dos hortelãos.

Ao longo desse período, foi possível produzir mais dados acerca dos contextos das hortas e dos processos de *assembling* e *disassembling*<sup>24</sup> nos lugares. Os momentos de observação também permitiram conversar com os hortelãos fora do contexto de entrevista, gerando mais detalhes a respeito das interrelações entre as entidades dos agenciamentos, especialmente as mais conflituosas.

---

<sup>24</sup> O termo original da teoria na obra de Deleuze e Guattari, *Agencement*, foi traduzido em *Assemblage* por pensadores anglófonos. Os termos *assembling* e *disassembling* foram incorporados para caracterizar as formas como *assemblages* se constroem ou se desconstroem (para se reconstruírem depois). Na língua portuguesa, porém, a tradução de *assemblage* retornou à raiz francesa, se configurando como agenciamento. Entretanto, *assembling* e *disassembling* perderam uma transposição clara e que estivesse conectada à palavra agenciamento. Dessa forma, recorreremos aos termos em inglês para tratar desses processos nos agenciamentos, mas sem esquecer das repercussões desses processos nos lugares por meio da territorialização e desterritorialização.

## **5. A Co-Constituição dos Lugares, Agenciamentos, Hortas**

Nesta seção apresentamos os resultados produzidos em campo a partir da observação das hortas comunitárias e entrevistas narrativas com os participantes dos plantios. Buscamos explicitar a organização espacial das hortas, elencar as principais entidades que dos agenciamentos e como essas entidades se interrelacionam, conectando com os contextos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais nas hortas. Podemos, então, discutir como essas entidades atuam na co-constituição das hortas comunitárias em lugares através dos processos de *assembling* nas duas hortas.

Para tanto, apresentamos e discutimos os resultados produzidos a partir das entrevistas e das observações em campo. Dessa forma, separamos os resultados em grupos específicos para as hortas e depois os agrupamos ao trabalhar com a co-constituição das hortas. No entanto, não temos a intenção de generalizar o fenômeno para todas as hortas do Distrito Federal, haja visto que não possuímos um número significativo de respostas para gerar uma resposta estatística. Por outro lado, nos aprofundamos nas entrevistas realizadas e nas observações para entender os mecanismos da co-constituição dessas hortas.

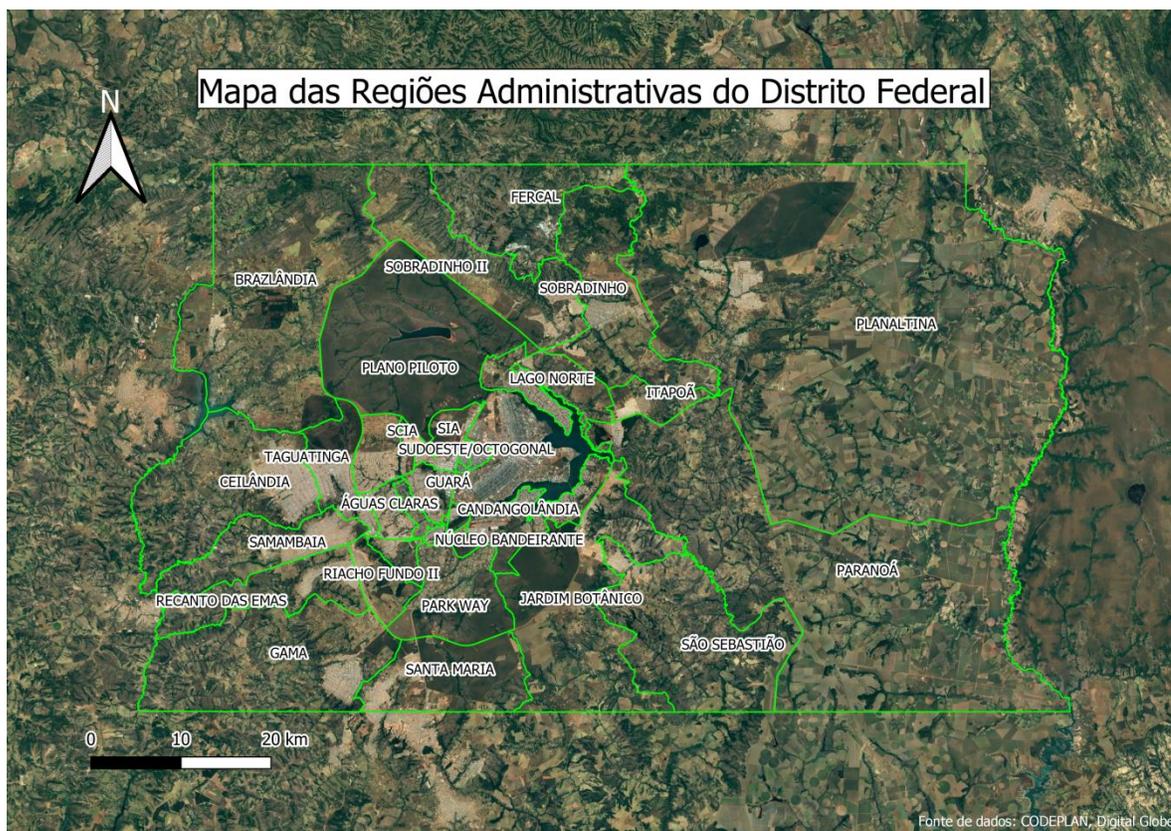
### **5.1 Organização espacial**

Aqui cobrimos os aspectos da organização espacial da horta, tanto em uma escala local quanto na escala do Distrito Federal.

#### **Horta 416 Norte**

A horta da 416 norte se localiza no Distrito Federal na Região Administrativa I, Brasília. Já na R.A. I, a horta instalou-se na Superquadra Norte 416. A horta fica na face externa da quadra voltada para o deck da Asa Norte e o trevo em direção à saída norte.

Mapa 3 – Mapa das Regiões Administrativas do Distrito Federal



Divisão política do Distrito Federal sobre imagem de satélite Digital Globe. Fonte:  
Guilherme Nascimento de Oliveira

Asa Norte é uma das divisões da Região Administrativa I e parte do Plano Piloto de Lúcio Costa, território que não pode ser ocupado sem que haja previsão na Lei de Uso e Ocupação do Solo para tal utilização. Áreas verdes entre as quadras de Brasília costumam ser utilizadas como pontos de encontro e confraternização entre os moradores locais.

#### Mapa 4 – Mapa das Asas na Região Administrativa 1 - Brasília



Asa Sul, Asa Norte e Horta 416 N. Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

A R.A I foi uma das primeiras a ser construída e ocupada. Seus moradores incluem, em geral, servidores públicos, militares, políticos, entre outros. A região é caracterizada por ter uma população de renda média-alta, figurando no valor de quase cinco mil reais de renda per capita. Também possui um dos maiores IDHM do Distrito Federal: 0,957 (PNUD; IPEA; FJP, 2014).

A horta, atualmente, está localizada em duas posições na quadra. A horta em si se localiza próxima ao bloco O; e o jardim medicinal está em frente à prefeitura, em uma posição central da quadra.

Mapa 5 – Super Quadra Norte 416 e a Horta 416 N



Horta 416 Norte e Jardim Medicinal. Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

Dessa forma, a horta está disposta em dois diferentes lugares, cada qual com sua organização espacial e dinâmica própria entre os participantes. Enquanto a horta principal está ativa durante os meses de chuva do ano e demanda maior engajamento dos agricultores, o jardim medicinal ocupa o coletivo no restante do tempo não deixando de oferecer produtos alimentícios e medicinais aos participantes.

A horta se organiza em canteiros coletivos dispostos a partir de princípios agroecológicos de associação entre espécies arbustivas e arbóreas; espécies de ciclos mais longos com espécies de ciclos curtos. Essa associação permite algo muito importante: impede que o solo fique exposto e diminui a suscetibilidade das espécies plantadas, criando um ecossistema que se aproxima mais de ambientes naturais que dos sistemas agrícolas monocultores. Eles se inspiraram no Sistema Agroflorestal que existe há cerca de vinte anos no bloco ao lado.

Fotografia 5 - Canteiros da Horta 416 Norte



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

As principais espécies vegetais que compõem a horta são plantas de ciclos rápido associadas a árvores de ciclo mais longo. Segundo os hortelãos, a horta principal contém limão, mamão, banana, maracujá, tomate, chuchu, quiabo, cebolinha, salsa, entre outros.

Fotografia 6 - Jardim Medicinal 416 Norte



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

Já o jardim medicinal está organizada em formato de mandala em torno de 50 m<sup>2</sup>, sem canteiros propriamente ditos, mas com caminhos para que os hortelãos possam transitar no interior do jardim. As principais espécies do jardim medicinal são pequenas herbáceas ou trepadeiras utilizadas em chás ou como alimentos com propriedades específicas.

### **Horta Girassol**

A Horta Girassol está localizada em São Sebastião, Região Administrativa XIV, no Distrito Federal. Em São Sebastião, a horta fica na quadra 12 do Morro Azul, um bairro na entrada da R.A que foi ocupado irregularmente e carece, ainda hoje, de maior gerência do Estado.

A área que se transformaria em São Sebastião nos anos 90 começou a ser ocupada antes mesmo da inauguração de Brasília. A região foi ocupada por olarias para garantir mais tijolos para a construção da capital. Até 1993, São Sebastião fazia parte do Paranoá, e só depois disso adquiriu uma administração própria.

A Região Administrativa XIV do Distrito-Federal, São Sebastião, possui cerca de 100.000 habitantes, em uma área de 383 km<sup>2</sup> (CODEPLAN, 2016). A R.A é conhecida pela localização do Complexo Penitenciário da Papuda, o maior do DF. Além disso, apresenta um dos menores IDHM da capital: 0,616 (PNUD; IPEA; FJP, 2014).

São Sebastião se configura como uma R.A de expansão urbana crescente com grande presença de população em situação vulnerável. A renda per capita da população local é de cerca de 643 reais (PNUD; IPEA; FJP, 2014). Há programas de moradias populares vigentes na Região Administrativa, no entanto, Nunes (2015) descreve a infraestrutura urbana instalada como deficitária. Isso se alinha com a história da ocupação urbana do DF quando, no início dos anos 90, assentamentos foram “elevados” ao status de Cidades-Satélite por motivos políticos, sem necessariamente a implantação de uma infraestrutura funcional. Esse é o caso de várias R.As, algumas delas também figurando com baixo IDHM no DF (PELUSO, 2003).

Como dito anteriormente, esse bairro surgiu de uma ocupação irregular do espaço na Região Administrativa. Por si só, esse fato costuma gerar conflitos entre os moradores do bairro e instituições governamentais. Além dos conflitos, também foi relatado diversas situações de descaso em relação à infraestrutura e necessidades da população do Morro Azul pela administração regional.

A horta, que ocupa uma área de cinco mil metros quadrados (5000 m<sup>2</sup>), substituiu um depósito de lixo que era um risco para a população e as nascentes presentes no bairro. O espaço da horta possui uma declividade leve em uma região mais alta de São Sebastião. Acima da horta, há cerca de três nascentes de cursos d'água na região, que, inclusive, auxiliam na irrigação da horta.

Fotografia 7 - Foto aérea da Horta Girassol



Fonte: Instituto Girassol

Os hortelãos organizaram uma grande variedade de canteiros para hortaliças, espaços para o plantio de árvores, além de infraestruturas como um poço para captação de água, banheiro, composteira, barracão de ferramentas, espaço de convivência e um galinheiro. Enquanto a maior parte dos equipamentos de infraestrutura da horta estão localizados na parte superior da área, os canteiros acompanham a declividade do terreno até a cerca que limita a horta da rua e de outras propriedades.

Figuras 8, 9, 10 e 11 – O trabalho na Horta Girassol



Fonte: Instituto Girassol

A horta ainda auxilia em projetos de manutenção das nascentes próximas a ela, com a compostagem de resíduos orgânicos e com a ocupação de uma área devoluta, anteriormente utilizada como depósito de lixo e que possivelmente se tornaria um futuro empreendimento voltado para a especulação imobiliária.

## 5.2 *Assembling e Disassembling*

Estudamos aqui os processos de *assembling* e *disassembling* nas hortas comunitárias. Elencamos as principais entidades atuando nas hortas, como elas estão inter-relacionadas e como suas atuações nas hortas variam causando uma territorialização ou desterritorialização desses lugares. Nesse exercício é necessário notar a importância dessas entidades na co-constituição dos lugares, tanto por suas ações materiais quanto imateriais.

### **Horta 416 Norte**

Antes mesmo de a Horta ser criada, ao final de 2014, já havia grupos se formando entre os moradores da 416 norte. Esses moradores da quadra buscavam maior convivência nos espaços públicos que frequentavam com suas crianças e animais de estimação cotidianamente. Nesse contexto de retomada do espaço público algumas pessoas levantaram a ideia de se criar uma horta coletiva na quadra. Juntou-se o conhecimento técnico dos agrônomos do grupo com as lembranças de infâncias vividas no meio rural de outros moradores, a vontade de criar um ambiente comunitário para seus filhos, e abriram o primeiro “berço”<sup>25</sup> da horta.

Em “O Abecedário de Deleuze” (1988-1989) as entrevistas realizadas por Claire Parnet a Giles Deleuze permitem maior diálogo entre o autor, sua obra e a leitura do público acerca dos temas que o filósofo abordou. Na entrevista D de Desejo, o autor se aprofunda nas questões que circundam sua abordagem do tema, em especial as ideias tratadas no livro “O Anti-Édipo” de 1972. Ao ser indagado a respeito do desejo, Deleuze comenta que “Não há desejo que não corra para um agenciamento”. Isso porque para o autor, desejar é construir um conjunto, um agenciamento.

Isso se reflete nas hortas comunitárias estudadas. As transformações dos lugares está pautada no desejo e no prazer que decorre da sua concretização. A horta da quadra 416 norte não tem como fundamento a necessidade do incremento da renda dos hortelãos, ou de

---

<sup>25</sup> O participante Paulo comentou durante a entrevista sobre a utilização da expressão “cova” para designar o local onde se colocam as mudas ou sementes de uma planta. Segundo o entendimento do grupo, falar em “berço” é mais apropriado para se lidar com uma vida que vai nascer ou crescer. Ao contrário, a palavra “cova” remete à morte e não seria tão adequada.

garantir sua segurança alimentar. Ela nasce do desejo de se ocupar o espaço público em uma cidade enrijecida e, em parte, ausente do convívio social e coletivo sobre os quais as sociedades humanas foram fundadas. Se esse desejo está relacionado à construção de algo, o lugar “horta” (que inclusive leva a palavra comunitária, representando linguisticamente esse desejo) é o agenciamento co-constituído para tal fim.

Uma das idealizadoras da Horta Comunitária da 416 Norte, Rose, logo que iniciamos a entrevista falou:

“...tínhamos o desejo de tornar o espaço comum mais amigável, mais sociável, com mais significância para a gente. Transformar isso aqui num quintal. Tínhamos o desejo de fazer a horta tanto para ter a experiência de plantar ervas ou hortaliças sem agrotóxicos e também para as crianças entenderem o processo.”

Essa fala, além de revelar o desejo que o grupo de moradores tinha em ocupar o espaço público, revela duas novas entidades nos processos de *assembling* da horta: as crianças (filhos dos que iniciaram o plantio) e as suas ruralidades. Paulo oferece mais um pouco de luz à participação dessas entidades:

“A Rose tava (sic) com criança pequena, eu também na mesma idade, alguns outros moradores cerca de 10 crianças que andavam pela quadra, se encontravam nesse horário de sol, fim de tarde, outras pessoas com cachorro. Aí nessa conversa a gente se perguntou porque não tínhamos um pomar na quadra pra gente poder colher nossas frutas, fazer um canteiro com salas, cebolinha. Assim a gente teria uma horta, uma atividade pra gente se encontrar.”

Em seguida ele também comenta: “Nessa conversa, todo mundo tinha um antepassado que tinha alguma relação com terra. Meu pai teve fazenda, o pai do Ronaldo também tinha fazenda e a gente tinha lembranças de como era gostoso plantar, brincar com terra. E assim nossas crianças também poderiam vivenciar isso”. Essa fala ainda mostra como o desejo, a presença das crianças, dos animais e as ruralidades dos futuros hortelãos já estavam inter-relacionados. O desejo também incluía a vontade dos participantes em que seus filhos vivenciassem essas experiências ligadas à terra. Essas entidades foram muito importantes para o processo inicial de territorialização da horta, mas passado certo tempo as entidades

passaram a atuar de formas diferentes, muito mais ligadas à manutenção da coesão do agenciamento.

Fotografia 12 - Abertura de canteiro na Horta 416 Norte



Fonte: Coletivo 416N

Não só de desejo nasce uma horta. Foram necessárias técnicas agrícolas aplicadas e ensinadas por engenheiros agrônomos que faziam parte do grupo, inicialmente. As técnicas e conhecimentos agrícolas utilizados e compartilhados nas hortas se configuram como entidades atuantes no lugar por terem o potencial de o transformar ao mesmo tempo que estão interrelacionadas a outras entidades. Essas técnicas estão intimamente ligadas aos humanos, mas também se interrelacionam com órgãos governamentais de fomento à agricultura (capacitação dos hortelãos), a internet (mais especificamente as redes sociais onde elas são compartilhadas), as plantas, o solo, a água, animais, entre outras entidades diretamente ligadas às técnicas.

Concomitantemente ao surgimento da Horta da 416 Norte também crescia o movimento da Agricultura Urbana no Distrito Federal. As hortas, que hoje somam mais de 100 unidades em todo o DF, estavam se consolidando. Ainda não existia nenhuma

regulamentação acerca da atividade. Os entusiastas da atividade se organizavam em coletivos e grupos de trabalho para discutir a viabilidade da atividade na capital do Brasil e cobrar dos governantes algum respaldo jurídico-institucional e auxílio material para a realização da AU, especialmente nas áreas tombadas. Hoje, os coletivos e as hortas encontram-se mais consolidados, inclusive tendo alcançado a regulamentação da agricultura urbana através da lei 4.772/2012.

A horta da 416 então, desenvolveu suas atividades através de plantios e manejos principalmente aos fins de semana em mutirões e com ações voluntárias ao longo da semana. Os mutirões aconteciam pela manhã e pela tarde para acolher o maior número de participantes o possível. Durante os mutirões, os agora hortelãos abriam novos canteiros ou faziam a manutenção de determinadas áreas, juntamente com momentos de lazer e lanches coletivos. Os participantes também se organizaram em um revezamento para aguar as plantas nos períodos de seca e realizar eventuais manejos. Esse revezamento, que a princípio era informal e espontâneo, foi se tornando mais organizado à medida que a situação climática em Brasília demandava mais cuidado com o espaço.

Apesar de a horta buscar agregar quantos participantes estivessem dispostos a se juntar ao grupo, houve resistências de moradores da própria quadra. Foram relatadas denúncias e multas recebidas pelo condomínio acusando a horta de descumprir o código de obras do DF, da vigilância sanitária, SLU, Novacap e do Ministério Público. Com apoio de parlamentares, foi realizado um parecer técnico para retirar as denúncias.

Outro conflito surgiu a partir de uma carta aberta enviada por um dos moradores da quadra alegando que a horta era um uso privado do espaço, podendo causar impactos à saúde, meio ambiente, segurança da quadra, poluição visual e desvalorização dos imóveis. O grupo respondeu, esclarecendo quem eram, quais suas propostas e direcionamentos. Durante essa ida e vinda de cartas abertas, o grupo angariou mais apoiadores, e um corpo de conhecimentos teóricos e legais que embasou os trabalhos futuros da horta. Isso incluiu o estudo da LUOS do Plano Piloto indicando que não haveriam problemas em ocupar as áreas escolhidas pelos hortelãos.

O que seria, em rápida análise, uma interferência que favoreceria a desterritorialização da horta, culminou na solidificação do embasamento jurídico e teórico dos participantes da

horta e gerando mais apoio ao projeto. Ao final do embate, os hortelãos possuíam o apoio de políticos dentro do DF e de parte da imprensa, assim como foram instrumentais para o alinhamento do discurso entre os diferentes grupos de agricultura urbana no DF. A Rose resume como foi essa dinâmica de críticas e o posterior fortalecimento da horta:

“Quando vieram as denúncias e as críticas, primeiro no meu prédio (bloco N), vieram deixar a notificação multando o condomínio pela horta estar na frente dele e desrespeitar o código de obras do DF e se não procurássemos um responsável técnico pela obra ou seríamos demolidos em 30 dias[...] Foi aí que começamos a entender um pouco mais a legislação, que não existe regulamentação [...] Nessa época, estávamos conectados ao movimento nossa Brasília e com vários outros grupos que fazem horta no DF [...] fizemos um jornalzinho para explicar quem éramos nós, quais os objetivos, que estávamos conectados à Rede Latino Americana por cidades justas, sustentáveis e democráticas, então isso foi dando corpo e força para atuarmos aqui. Surgiu uma espécie de comunidade de aprendizagem já que quase todos eram amadores, começamos a trocar informações e a crescer. Esse conflito, no fim, aumentou o interesse das pessoas pela atividade, querendo entender e participar mais. [...] Com apoio do mandato do Joe Valle, arquivaram a denúncia, e o parecer técnico ainda serviu para diversas hortas com problemas semelhantes”.

Essa situação revelou mais entidades ligadas aos agenciamentos, tais como moradores insatisfeitos com a atividade, órgãos públicos, a imprensa, políticos, outros grupos de agricultores urbanos, coletivos e organizações não-governamentais.

A fim de desenvolver atividades além da horta comunitária, os moradores da quadra se organizaram na formação de um coletivo para assumir a prefeitura da quadra. O coletivo criou uma missão, visão, valores e objetivos para continuar apoiando o projeto da horta e realizar atividades culturais, políticas e sociais na quadra. Foram realizadas reformas da quadra de esporte e da prefeitura. Também realizaram festas de fim de ano, dia das bruxas, páscoa, festa junina, assim como atividades de educação ambiental na horta e eventos culturais. Esse processo culminou na participação na Virada do Cerrado de 2016 junto à Sema/DF.

Os hortelãos relataram que a atividade que eles praticavam não era apenas o plantio. Estar em comunidade, ocupar o espaço público e fazer um uso sustentável dele é um exercício de civilidade. Eles foram aprendendo isso ao longo do tempo e hoje veem como algo muito positivo e que mais pessoas deveriam praticar.

“Esse movimento da 416 da horta foi um pouco mais amplo que só a horta. [...] Eu acho que era muito além de plantar alimentos. É uma questão de senso de civilidade de se ver ali como um sujeito, um cidadão que têm direitos e pode usufruir daquele espaço. Participar de um grupo que está fazendo uma mobilização bacana e que só pode ser positiva.” (Manoel, Hortelão e ex-morador da quadra 416 Norte).

Fica claro, então, como o movimento na 416 Norte cresceu além do espaço da horta, passando a atuar em outros âmbitos na quadra, também. O coletivo passou a atuar de forma diferente da horta, se configurando como uma nova entidade no processo de territorialização e transformação dos espaços da quadra em lugares. Além da atividade agrícola desenvolvida, o coletivo organizou encontros culturais, festas e revitalizações coletivas do espaço da quadra, tudo isso buscando uma gestão horizontal que priorizava a gestão democrática do espaço. A horta continua sendo a atividade principal e símbolo do coletivo, mas é importante ressaltar que há o desenvolvimento de algo maior, englobando a atividade horticultora.

Fotografia 13 - Revitalização de espaços públicos na SQN 416 Norte



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

Fotografia 14 - Mutirão de Limpeza na Prefeitura da Quadra



Fonte: Coletivo 416N

As crises vividas pela sociedade brasileira e brasiliense em meados dos anos de 2016-2017 influenciaram de forma significativa no desengajamento de diversos moradores da horta. Podemos citar três crises como fatores do desengajamento relatado pelos hortelãos. A primeira delas seria a crise econômica que começou a se instalar no Brasil em 2014; em seguida, a crise política instalada com o impeachment da presidente Dilma Rousseff; e a terceira crise, a crise hídrica vivida pela população do DF em 2017.

A crise econômica sofrida pelo Brasil desde 2014 causou, segundo os participantes entrevistados, uma mudança no comportamento de alguns participantes. Atribui-se isso a um giro de volta à individualidade em época de vacas magras. Quase concomitantemente aos problemas na economia, o Brasil enfrentou uma situação política conturbada. Isso dividiu alguns hortelãos politicamente e acabou afastando determinados participantes da horta. Por fim, e das crises a mais importante para o fenômeno em questão, a crise hídrica do Distrito Federal em 2017. Essa crise dificultou o acesso à água, gerando uma mudança significativa na logística dos participantes da horta, além de acirrar os conflitos entre hortelãos e desafetos da atividade.

A crise hídrica derivou em uma reorganização geral da horta. A primeira mudança foi a necessidade dos moradores levarem água de casa para regar as plantas da horta. No entanto, com o agravamento da seca e a crescente desmobilização dos hortelãos, decidiu-se pela transformação da horta em uma atividade sazonal a ser realizada apenas no período das chuvas. Ao mesmo tempo, os hortelãos abriram um canteiro de ervas medicinais em frente à prefeitura da quadra que funciona o ano inteiro por necessitar de uma menor quantidade de água.

Fotografia 15 - Horta 416 Norte no auge da seca



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

Fotografia 16 - Jardim medicinal no auge da seca



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

Fotografia 17 - Horta 416 N no período chuvoso



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

As crises, os processos de *disassembling* e *reassembling* dessa horta revelaram detalhes relevantes ao estudo dos agenciamentos e de suas entidades. A primeira informação que podemos retirar desses fatos é que agenciamentos podem ser entidades atuantes de outros agenciamentos, sejam eles locais ou em escala mais ampla. Nesse caso, as crises são agenciamentos que afetam todo o Distrito-Federal ou mesmo o Brasil e que são entidades modificando o lugar da horta 416 Norte.

A reterritorialização da Horta 416 Norte implicou também na mudança da relação entre os hortelãos e entidades como as plantas, o solo, a água, entre outras presentes no lugar. Ao considerar as plantas, por exemplo, houve inclusive uma mudança nas entidades. A troca das espécies típicas de hortas por espécies nativas ou mais adaptadas a períodos de seca se configura em uma nova dinâmica no *assembling* do lugar, gerando uma nova territorialidade. Esse processo ocorreu porque as plantas não estavam adaptadas ao período da seca, à quantidade de água no solo ou até às próprias características desse, e porque os participantes da horta não conseguiram aplicar técnicas ou conhecimentos agrícolas que

modificassem essas relações entre as entidades. A educadora ambiental e hortelã Tamires comentou que o solo da horta não é muito bom, mas que mesmo assim conseguiam plantar várias hortaliças. Porém com a seca:

“Passamos a plantar plantas mais resistentes à seca, gerando uma sazonalidade dentro da horta. Plantas que não precisem de muita água são plantadas na seca. Quando chegar na chuva, voltamos a plantar plantas que necessitam de mais água. Assim o ciclo se mantém e as pessoas se desgastam menos.”

### **Horta Girassol**

Em 2005, um surto de hantavirose (doença transmitida por ratos), que provocou a morte de moradores São Sebastião (incluindo uma moradora do bairro onde se encontra a Horta Girassol), mobilizou os habitantes do Morro Azul a limparem duas áreas que eram utilizadas como depósitos de lixo – o local onde seria instalada a horta e a praça próxima à horta - com auxílio da administração regional. Com os terrenos limpos, coube aos moradores do bairro os manterem preservados. Assim surgiu a ideia de criar a horta. Osmâne da Silva, uma espécie de líder comunitário, levou a proposta aos outros moradores. Inicialmente, poucos aderiram ao projeto, mas, através de mutirões e capacitação dos membros, o trabalho foi dando frutos e atraindo mais pessoas (FRANCISCO, 2016).

Fotografia 18 - Lixo na área que viria a ser Horta



Fonte: Instituto Girassol

A primeira das entidades que podemos citar é a própria comunidade do Bairro Morro Azul. Foram eles os que tomaram a iniciativa de limpar o terreno e ocupar a área com a horta. Nesse processo, se relacionam o lixo e os ratos (ou a hantavirose, em si) como entidades que iniciaram esse engajamento dos moradores. Organizações governamentais tiveram um papel significativo na territorialização inicial do lugar. A Administração Regional de São Sebastião participou da limpeza da área, assim como a Emater-DF também auxiliou os hortelãos os assessorando no início do projeto, indicando o que eles precisavam ou não fazer e como poderiam proceder.

“A gente procurou a Administração, procuramos a Emater e a Emater falou ó: depois de tudo limpo, vocês só podem plantar se tiver cercado e a gente foi e correu atrás de uma tela de galinheiro, a gente conseguiu fechar um pedacinho ali só para o pessoal não jogar lixo e

a gente plantou dois canteiros [...] Aí a gente foi fazendo, foi aumentando, né, a população vinha, ajudava.” (Mariana)

Fotografia 19 - Primeira cerca da Horta Girassol



Fonte: Instituto Girassol

O desejo também está presente no *assembling* da Horta Girassol. É um desejo pautado no contato com a natureza (BCHARA, 2016), mas que também está intimamente relacionada à sobrevivência da comunidade. Afim de retirar um lixão da frente de suas casas, os futuros hortelãos precisaram construir um agenciamento que os garantisse mais qualidade de vida. Isso se reflete nas atividades dos hortelãos, que buscam preservar as nascentes que se localizam próximas à horta. Ao mesmo tempo, parte da água dessas nascentes é utilizada na irrigação das plantas na horta. Tanto a horta quanto as nascentes, interconectadas, atuam como entidades reciprocamente. Assim, ressoam as palavras da hortelã Giovana: “A horta cuida da água e a água cuida da horta”.

Ao longo dos cerca de 15 anos de existência da horta os hortelãos verificaram a construção de uma praça próxima à horta e asfaltamento das ruas, além do acesso a mais

alimentos e sensação de segurança. A horta, de fato, iniciou um processo de transformação socioespacial significativo no bairro em que os moradores assumiram maior protagonismo em relação às mudanças que eles gostariam de realizar nos seus lugares e assim começaram a traçar planos de ação para realizar tais alterações. Isso se traduziu na pressão organizada que os moradores passaram a exercer sobre a administração regional, as parcerias que foram construídas e enfim nas mudanças desejadas. Hoje a horta não é simplesmente um ganho material, mas sim uma construção simbólica muito importante para toda a Região Administrativa, tendo superado o espectro do bairro.

Nem todos os hortelãos têm o conhecimento técnico para o plantio. Esse conhecimento está concentrado nos participantes mais antigos e naqueles que buscaram maior capacitação em cursos técnicos ou em instituições de fomento à agricultura (Embrapa, Emater, Senar). E quem sabe mais vai compartilhando com quem sabe menos. Assim o conhecimento se difunde na comunidade. E esse conhecimento das técnicas é essencial para a forma como os hortelãos lidam com as entidades não humanas presentes na horta. Duas hortelãs falaram bem especificamente a respeito de como foi o seu aprendizado na horta:

“Todo mundo faz tudo aqui. Eu não sei plantar ainda. A gente brinca que eu colocava uma mudinha e aquela mocinha ali (Amanda) ia consertando. Eu ia plantando e ela ia atrás consertando tudo. Quem sabe mais ajuda e aí vai aprendendo. [...] Antes de começar aqui eu nem sabia a diferença entre uma couve e um alface, hoje eu já sei até várias espécies de alface” (Andréia, voluntária recente na Horta).

“Através da horta que eu fui me interessando pelo meio ambiente. [...]. Aqui eu aprendi muita coisa. [...] Como eu estou há mais tempo aqui na horta, eu aprendi muito com a Hosana.[...] E a transmissão de conhecimento é muito boa porque quanto mais a gente ensina, mais a gente aprende. É muito gratificante ensinar alguém que nunca plantou nada, que não sabe fazer um canteiro”. (Amanda, voluntária há 10 anos).

Mas isso não seria possível não fosse a dinâmica comunitária da horta. A Horta Girassol funciona de maneira que um grande número de membros da comunidade participe da horta à sua maneira, enquanto um núcleo menor gerencia o trabalho diário. Em linhas gerais: durante os mutirões (em geral plantios e colheitas) há maior participação da comunidade, enquanto o manejo regular e gerenciamento institucional da horta ficam a

cargo desse núcleo de pessoas. Isso garante que a comunidade tenha acesso aos alimentos da horta de forma gratuita ou a preço de custo, e que os que mais contribuíram no processo possam receber um complemento em sua renda, inclusive através de parcerias CSA.

A renda produzida no lugar é um fator significativo para os hortelãos de São Sebastião, especialmente em comparação com a horta da 416 Norte. Eles necessitam muito mais de outras formas de renda para garantir o seu sustento, então a horta não pode ser apenas uma atividade voluntária. A própria Hosana, que ajudou a criar a horta e hoje lidera o movimento já precisou se ausentar da horta por motivos de trabalho. Ela conta: “Aí eu consegui um trabalho e fui trabalhar né? E aí me afastei um pouco da horta né? Quando foi uns 10 anos atrás eu vi que tava voltando tudo o mato de novo e essas coisas.” Após isso ela brinca que pediu ao marido que ele sustentasse a casa sozinho por um ano para que ela trabalhasse na horta, e isso já faz mais de dez anos.

No entanto, a renda é apenas um aspecto dos ganhos advindos da horta. Os hortelãos citam que a horta é um lugar terapêutico e de aprendizado, um espaço social e cultural, mas principalmente, que está aberto à comunidade. O local abriga os mutirões comunitários, tem parcerias com escolas de ensino básico e superior, abre as portas a infratores de crimes menores prestando serviços à comunidade.

O acesso aos alimentos da horta também é um ganho muito importante à maioria dos hortelãos. A horta abastece não só os hortelãos, mas também outras duzentas famílias na região. Por não utilizarem agrotóxicos, saberem a procedência dos alimentos e tendo eles mesmo participado da produção, poder se alimentar com os produtos da horta traz à tona sentimentos de prazer e orgulho. É interessante que para alguns, o alimento é até mais saboroso que o encontrado em feiras e mercados.

A Horta efetivamente entrou nas vidas das pessoas. Hoje já há uma segunda geração de hortelãos nascendo e sendo criados na horta ou estudando e trabalhando para avançar o trabalho já desenvolvido. É o caso de Hosana e sua família. Hosana foi umas das fundadoras do projeto e que atua hoje como a cabeça do movimento. Para ela, a horta é como um de seus filhos. Esses filhos, que, inclusive, frequentam a horta desde a infância e hoje atuam diretamente no plantio. Um deles se ocupa do trabalho de plantar e fazer o manejo (acompanhado de seu próprio filho pequeno), enquanto o outro estuda Agronomia

na Universidade de Brasília influenciado pela vivência no espaço da Horta Girassol. A própria Hosana voltou a estudar incentivada pelas possibilidades de atuar cada vez mais na horta. O que começou como um hobby e um trabalho voluntário se tornou a sua ocupação principal.

Não só a família da Hosana participa ativamente da horta. Durante as entrevistas e as observações, sempre haviam crianças no lugar, que inclusive participaram junto das mães em algumas entrevistas. A voluntária há dez anos, Amanda, comenta que mesmo quando não estava tão engajada por motivos de trabalho, sempre que tinha uma folga ou tirava férias vinha ajudar, trazia as crianças. As crianças acabam também sendo entidades que atuam no agenciamento seja ajudando os hortelãos em pequenas tarefas, seja representando um possível futuro para a horta e a comunidade.

Fotografia 21 - Colheita de Alface na Horta Girassol



Fonte: Instituto Girassol

A Horta Girassol hoje é a maior horta urbana do DF e já foi, inclusive, reconhecida nacional e internacionalmente. A iniciativa Feed Your City da Organização das Nações

Unidas selecionou a Horta Girassol em 2017, juntamente com outras hortas nas Américas, para fazer parte de uma exposição que buscou encorajar a produção agrícola nas metrópoles americanas. Mas o reconhecimento internacional é apenas consequência de um trabalho realizado ao longo de muito tempo, impactando na vida das pessoas e formando parcerias, especialmente aqui no Distrito Federal.

Desde o início do projeto, a Emater-DF esteve presente na capacitação dos hortelãos e auxiliando-os com materiais e insumos. Órgãos como a Emater, Embrapa e Senar atuam junto com a Horta Girassol com o oferecimento de cursos para os hortelãos terem acesso a mais conhecimentos agrícolas. A Administração Regional e a Secretaria de Agricultura do DF, com o tempo, passaram a ter um contato mais aproximado na horta, oferecendo insumos, empréstimo de máquinas e mantendo um canal de diálogo aberto. Há também as parcerias educacionais, onde se abrem as portas da horta para o Ensino Médio, Técnico e especial e, em contrapartida, esses estudantes se voluntariam ajudando no trabalho de hortelão. Podemos citar o Instituto Federal de Brasília e o Ministério da Agricultura como membros dessa parceria com a Horta Girassol.

A maior parte dos bens da horta forma conseguidos através de doações, conta um hortelão que já conhece a horta há muitos anos, mas só recentemente começou a voluntariar de forma mais intensiva. Então essas entidades que apoiam a horta são fundamentais na coesão e manutenção do trabalho no lugar. O colaborador Thiago revela que:

“O pessoal de São Sebastião, a partir dessa gestão, todos já entenderam. Eles vieram aqui e deram tudo. A parte política, administração, eles estão ajudando. O lado que complica é o lado financeiro, das duas partes. O lado que quer investir está com medo, e quem quer receber o investimento tem de estar preparado.”

Mas a iniciativa também enfrentou conflitos. Os hortelãos entendem que o poder público, apesar de ter capacidade de ajudar, também atrapalha em determinados aspectos. Havia ali na região uma disputa pela terra. A área limpa e ocupada pela horta seria usada como expansão imobiliária pela Terracap e contava com apoio de alguns moradores da região administrativa. O próprio bairro do Morro Azul, caracterizado, a princípio, como uma área irregular corria o risco de ter suas casas demolidas no processo. No entanto, por conta da função social realizada pela horta e da mobilização participantes, a horta

conseguiu a regularização fundiária. Porém, os agricultores ainda comentam que poderiam ter participado de mais projetos e parcerias caso o conflito não tivesse ocorrido. Enquanto as instâncias governamentais locais têm auxiliado no trabalho da horta, foi relatado que o mesmo não acontece nas instâncias superiores. Há muita burocracia e dificuldade em resolver os problemas com determinadas secretarias do governo, especialmente porque elas não se comunicam entre si.

Assim como órgãos públicos, membros da comunidade também podem atuar na desterritorialização da horta. Segundo os hortelãos, ainda há membros que acreditam que a horta não deveria ocupar o terreno que ela ocupa atualmente, dando lugar à construção de mais casas. No entanto, os hortelãos atribuem à horta a visibilidade e melhorias alcançadas no bairro, entre elas a construção de uma praça no terreno vizinho à horta, asfaltamento das ruas do bairro, entre outras. Há uma maior tentativa, nos últimos três anos, de se trabalhar a política da horta a fim de trazer mais pessoas para a atividade.

Fotografia 22 - Praça vizinha à horta no bairro Morro Azul em São Sebastião (sem data)



Fonte: Instituto Girassol

Fotografia 23 - Praça vizinha à horta no bairro Morro Azul, em 2017



Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

Em 2017, a horta viu um processo de esvaziamento, tendo apenas três membros fixos para trabalhar na horta. Isso impediu que eles continuassem com o seu programa de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura). Mesmo que os mutirões atraíssem até 30 pessoas para os plantios e as colheitas, a atividade se tornou inviável. Entre 2018 e 2019, a horta iniciou uma expansão e reorganização institucional para voltar a atender mais famílias, e não só com a produção agrícola.

Anteriormente, a horta estava vinculada como projeto social da ONG Casa de Cultura e Educação Permanente. Porém, com o crescimento do projeto e cada vez maior o desejo em expandir sua atuação a horta resolveu se desligar da ONG e abrir seu próprio CNPJ como Instituto Horta Girassol. A criação do instituto conta com apoio de políticos do DF, tanto a nível federal quanto distrital. Mais de um hortelão citou o apoio da deputada Paula Belmonte nesse novo momento da Horta Girassol. Isso acarretou inclusive na mudança de algumas pessoas que atuavam junto à horta e na reestruturação do núcleo de participantes. Hoje a horta conta com 15 pessoas trabalhando diariamente buscando integrar três esferas: educação, meio ambiente e esporte. Com o novo CNPJ possibilitou-se expandir a área do

(agora) Instituto para a futura construção de uma creche e uma quadra de esportes. O sonho dos participantes é de transformar tudo isso em uma escola.

As ONGs possuem uma atuação significativa na Horta Girassol. Primeiramente, a Casa de Cultura ao vincular a horta como parte da organização; e depois a própria horta se convertendo em uma ONG. Essa mudança de estrutura acarretou também na incorporação de outros tipos de pessoas para trabalharem na horta ou em atividades correlatas. É um novo tipo de participante da Horta Girassol.

Novamente vemos a horta deixar de ser a única atividade de uma comunidade e passar a fazer parte de um outro agenciamento que a engloba. Isso também está ligado ao desejo que os hortelãos têm de realizar algo que não se encerra no trabalho agrícola, mas que repercute diretamente no meio ambiente, na educação e na cultura da comunidade. A atividade na horta, assim como na 416 Norte, não perde sua relevância. Após terem se reestruturado, o Instituto Girassol retomou a iniciativa CSA e os agricultores se mostram esperançosos com o novo momento da sua atividade.

“A gente está trabalhando os três pilares: educação, meio ambiente e esporte. A ideia é a gente construir uma creche. Já ganhamos uma área e fazer um ginásio aqui do lado. Meu sonho é transformar a horta em uma escola.” (Mariana)

### **5.3 Co-Constituição dos Lugares**

A análise nesta seção engloba desde as interrelações entre as entidades dos plantios, as experiências dos hortelãos na realização da atividade e sua relação com o espaço tanto no universo físico quanto no simbólico. Para tanto, retomamos aqui os conceitos de agenciamento e de lugar (e os pontos onde ambos se interseccionam), e os aplicamos às informações obtidas nos plantios comunitários.

Segundo De Landa (2013) e Müller (2015), os agenciamentos:

- Possuem característica relacional, ou seja, não são explicados pelo somatório de entidades que os formam, mas pelas relações entre elas;

- Estão relacionados à criação de novas realidades, materialidades, comportamentos e territorialidades;
- São compostos por entidades heterogêneas (materiais, imateriais ou ambas);
- Possuem dinâmicas de emergência, estabilização, transformação, mutação e dissolução;
- São materiais e imateriais, logo, são múltiplos em sua natureza.

Na seção anterior, fez-se o exercício de elencar as principais entidades atuantes nas hortas comunitárias e sua função no que a teoria dos agenciamentos chama de territorialização e desterritorialização da horta. Nesta seção, porém, nos afastamos um pouco da ideia dos territórios para nos apropriarmos de como essas entidades estão atuando nos lugares e na sua co-constituição. Esse é o lugar dos agenciamentos locais, que explicitam a história dos lugares e dos grupos que ali habitam, suas capacidades e potencialidades. O lugar, não como resultante dos agenciamentos, mas como o meio em constata mudança onde performam as entidades atuantes no fenômeno (ANDERSON E MCFARLANE 2011). Em meio ao constante processo de modificação<sup>26</sup> dos lugares é que se desenvolve a agricultura urbana comunitária, fenômeno marcado pela multiplicidade de esferas que abarca e por sua natureza híbrida, seja em aspectos espaciais (é uma atividade marcada por ruralidades sendo desenvolvida no espaço urbano) ou pelas entidades que nela atuam (os plantios são atividades que envolvem os seres humanos e as plantas, mediados pelas técnicas agrícolas e as condições ambientais locais).

As hortas comunitárias exemplificam como os contextos e a atuação das entidades modificam os espaços das hortas ao longo da sua história, não sendo estanques no tempo e nem no espaço. Essa história pode tanto ser curta quanto atravessar décadas. Nesse período, os contextos internos e externos à horta se alteram, assim como a forma e intensidade que as entidades inter-relacionadas atuam no lugar, modificando-o de acordo. Um exemplo disso é como a Horta da 416 Norte adotou um novo modelo de produção, se tornando sazonal e atuando em um jardim medicinal nos meses de seca, devido à crise hídrica vivida

---

<sup>26</sup> As modificações relacionadas às *assemblages* são, de maneira geral, as possibilidades descritas por Müller 2015 a respeito dos agenciamentos. Elas seriam uma dinâmica de emergência, estabilização, mutação, transformação e dissolução. Isso, especialmente, se traduz na territorialização e desterritorialização dos fenômenos.

no Distrito Federal, a baixa pluviosidade entre abril e setembro e a impossibilidade de irrigar a horta.

Dessa forma, podemos dizer que as entidades estão conectadas aos lugares das hortas e os modificando a partir de suas interrelações. Esses lugares são agenciamentos, então possuem componentes materiais, expressivas e simbólicas, que também são reconfiguradas dentro do contexto emergente das hortas urbanas. Traçamos então um paralelo dos agenciamentos com os lugares a partir justamente da emergência e de suas componentes materiais e imateriais.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho foi possível verificar que nas duas hortas comunitárias não existe somente um interesse nos objetos resultantes do plantio. Há um verdadeiro prazer no processo de plantar, cuidar, e os elementos relacionados a isso, como os encontros coletivos e os mutirões. Muitos hortelãos, especialmente aqueles que acreditam que se engajaram menos, abrem mão da colheita em prol da coletividade.

As hortas também não são um fim em si mesmas. O podem ser, mas nos exemplos estudados, ambas as iniciativas superaram o espaço da horta e a atividade agrícola, englobando-os de forma a atuar de maneira mais ampla. Os hortelãos significam o trabalho na horta a partir das suas relações sociais, comunitárias e com o meio ambiente, elegendo palavras-chave como cidadania, comunidade e união. Ambas as hortas também expandiram suas possibilidades de atuação de forma a serem mais abrangentes, agindo em suas comunidades além do trabalho da horticultura. A Horta da 416 Norte se transformou em um coletivo para cuidar da quadra e realizar ações culturais e sociais além dos espaços da horta, enquanto a Horta Girassol se transformou em uma ONG que vai trabalhar com educação e esporte associados ao meio ambiente.

Porém, não se pode dizer que as hortas nunca foram o objetivo final dos seus participantes. É possível que, ao longo do processo, os contextos tenham se alterado e as entidades também. Na 416 Norte isso é bem visível em um contexto em que, à medida que a iniciativa foi dando certo, os hortelãos foram se informando a respeito de suas possibilidades de atuação e cada vez mais a comunidade ao redor se agregava, o objetivo que antes era “ter um espaço de convivência na quadra” passou a ser “podemos nos

organizar para fazer mais”. Assim começou o coletivo, que já realizou diversas ações culturais, sociais e políticas além do escopo da horta urbana.

O psicólogo Mihaly Csikszentmihalyi desenvolveu ao longo de sua carreira o conceito de *Flow* ou Fluxo. Esse conceito se aplica a pessoas que se propõem um desafio ou tarefa e, quando a cumprem, entram em um estado mental de euforia e prazer, tendo assim um efeito recompensador (CSIKSZENTMIHALYI, 1997). Essa ideia também foi trabalhada por Comassetto et al. (2013) em uma pesquisa sobre agricultura urbana em São Paulo. Esse conceito também pode ser aplicado ao trabalho nas hortas urbanas em que, ao ter resultados na atividade que se propuseram, entram no *Flow* e isso os incentiva a continuar e ainda avançar suas atuações utilizando outras perspectivas. Essas atuações são parte da co-constituição dos lugares e dependem justamente das entidades do agenciamento e suas interrelações.

Retomemos então as principais entidades atuando nas hortas comunitárias visitadas, para discutir suas conexões com a co-constituição desses lugares, produzindo valores simbólicos e materiais no processo. As seguintes entidades foram reveladas ao longo dos campos pelos entrevistados e observação das hortas, e em posterior análise dos dados produzidos em campo:

Quadro 1 - Quadro de Entidades Atuantes nas Hortas

| <b>Entidade</b>                        | <b>Atuante na Horta 416N</b> | <b>Atuante na Horta Girassol</b> | <b>Atuante em Ambas</b> |
|--|------------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| <b>Animais de Estimação</b>            | X                            |                                  |                         |
| <b>Filhos e Crianças</b>               |                              |                                  | X                       |
| <b>Ruralidades</b>                     |                              |                                  | X                       |
| <b>Órgãos Governamentais</b>           |                              |                                  | X                       |
| <b>Políticos</b>                       |                              |                                  | X                       |
| <b>Legislação</b>                      |                              |                                  | X                       |
| <b>Imprensa</b>                        |                              |                                  | X                       |
| <b>Grupos ativistas</b>                |                              |                                  | X <sup>27</sup>         |
| <b>Organizações da Sociedade Civil</b> |                              |                                  | X                       |
| <b>Organizações Internacionais</b>     |                              |                                  | X                       |

<sup>27</sup> Apesar de não constar nas falas dos hortelãos da Horta Girassol, a iniciativa integra grupos que buscam discutir e atuar na agricultura urbana do DF como o GT de Agricultura Urbana do Movimento Nossa Brasília (DIGUILIM, 2017).

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| <b>Solo</b>                                |   |   | X |
| <b>Água</b>                                |   |   | X |
| <b>Crise Hídrica</b>                       | X |   |   |
| <b>Plantas</b>                             |   |   | X |
| <b>Animais Silvestres</b>                  |   |   | X |
| <b>Técnicas e Conhecimentos agrícolas</b>  |   |   | X |
| <b>Hortelãos</b>                           |   |   | X |
| <b>Trabalho dos Hortelãos</b>              |   |   | X |
| <b>Comunidade</b>                          |   |   | X |
| <b>Lixo</b>                                |   | X |   |
| <b>Desejo de Ocupar o Espaço Público</b>   | X |   |   |
| <b>Desejo de Preservar o Meio Ambiente</b> |   | X |   |
| <b>Empresas de Fomento à Agricultura</b>   |   | X |   |

Fonte: Guilherme Nascimento de Oliveira

Essas entidades estão intimamente relacionadas às diversas modificações nas hortas. É interessante, e foi, de fato, algo que não era esperado, que a maioria das entidades atuantes nas hortas está presente em ambos os casos. As poucas exceções decorrem das especificidades de cada iniciativa. A atuação das entidades é o que difere entre as hortas, como elas atuam no lugar e se interrelacionam a outras entidades; além disso, os contextos sócioespaciais díspares contribuem para as divergências entre os lugares.

Como vimos anteriormente, o desejo tem um papel fundamental nos agenciamentos e, por consequência, na co-constituição dos lugares. Mas a existência ou não da horta envolve outros fatores além do desejo dos hortelãos. Outras entidades que atuam na modificação do lugar da horta, seja na própria existência da mesma, ou seja facilitando ou dificultando o processo. Por exemplo, as ruralidades de cada hortelão são ativadas pela memória ou vivência de espaços rurais, e se associam aos desejos ou a visão que os hortelãos têm para esses lugares a serem co-constituídos. Concomitantemente, imaginários geográficos (BERDOULAY, 2012) também são acionados na atuação dos hortelãos. Uma reorganização nos lugares ocorre de acordo com os desejos que os hortelãos, coletivamente, possuem a respeito da atividade. Então, na Horta 416N é perceptível o desejo de ocupar o espaço público, enquanto na Horta Girassol o que está mais explícito é a relação com o

meio ambiente e a necessidade de preservá-lo. Esses desejos se ligam diretamente aos imaginários geográficos indicando caminhos como os hortelãos devem organizar os lugares a fim de concretizar tais imaginários. Quando ativadas, essas ideias adquirem um significado positivo e, de certa forma, incentivando os hortelãos a plantarem. Mas para plantar é preciso que também hajam condições ambientais suficientes para tanto. Essas condições são as principais formas como entidades físicas e ambientais co-constituem o lugar. A água garante os níveis de umidade do solo para as plantas e o solo, por sua vez, possui uma físico-química específica, que vai diferir desde o tamanho das partículas até os elementos químicos disponíveis ou não para as plantas e quanta água fica retida nesse solo.

Há um tipo de entidade que se relaciona com as condições ambientais e, como um mediador entre essas entidades e os hortelãos, modifica as próprias relações entre entidades humanas e não-humanas. As técnicas agrícolas assumem um papel transformador no lugar de acordo com a forma que são utilizadas, as condições ambientais e com os desejos e propósitos dos hortelãos com as hortas. As plantas, animais, solo, água, etc, por si sós, já são transformadoras, mas ao estarem inter-relacionadas com outras entidades ganham mais dimensões de atuação.

Isso fica mais claro ao observamos as plantas de uma horta. Plantas nascem e se desenvolvem mesmo pelas rachaduras no asfalto ou no concreto. Sua capacidade de transformar os lugares independe do auxílio humano. No entanto, o grau dessa transformação é influenciado. Desde que espécies estão presentes no lugar, até a forma como estão dispostas e se desenvolvem, podem ser mediadas através das técnicas e conhecimentos agrícolas. Por exemplo, algumas espécies de plantas disputam por nutrientes e água com outras espécies, às vezes as matando, então a escolha de espécies é importante, sua adaptabilidade ao ambiente também é relevante de acordo com o desejo das entidades humanas; se os galhos de uma árvore estão se desenvolvendo muito baixos, é interessante que o agricultor faça um manejo para favorecer um crescimento maior em altura das espécies arbóreas; e as plantas normalmente procuram o sol, então favorecer seu acesso à luz interfere tanto na produtividade quanto na estética de algumas espécies. Então, práticas agrícolas geram diferentes potencialidades à co-constituição dos lugares quando associadas à ação das espécies vegetais.

Os hortelãos se inspiram na agroecologia<sup>28</sup> e nos sistemas agroflorestais<sup>29</sup> como modelos agrícolas para as hortas. Essas escolhas modificam a forma como eles interagem com as demais entidades dos agenciamentos nos lugares. Não somente modificam as feições das hortas, mas também geram novos significados nas relações entre humanos e não-humanos. A hortelã Giovana comenta que todos os produtos da horta são orgânicos (com orgulho), mas lembra que isso também exige mais esforço: “Tá vendo aquele mato ali? Não dá pra botar veneno, tem que cortar. Isso dá trabalho”.

As hortas também modificam as relações entre animais e humanos por ser o lugar onde esse encontro é facilitado. Esse aspecto do lugar é ressaltado pelos participantes da Horta Girassol, que relatam a presença de diversos tipos de animais, em especial aves. Os animais constituem o lugar através do seu papel ecológico como espalhadores de sementes, por modificar a experiência humana nos lugares através do som e até ao competir por hortaliças e frutas maduras, entre outros casos.

O período de estiagem típico do clima de Brasília – Aw, segundo a classificação climática de Köppen-Geiger (CARDOSO et al., 2015) – também exemplifica como entidades relacionadas ao clima podem atuar nas hortas comunitárias. A época da seca sempre apresentou desafios à Horta da 416N. Esse período do ano exige dos hortelãos maior engajamento e organização para realizar a manutenção da horta já que eles não contam com nenhum sistema de irrigação. A crise hídrica ocorrida no DF em 2017 aprofundou esses desafios, diminuindo a disponibilidade de água e o engajamento dos participantes da horta (fato semelhante ocorreu em outras hortas com realidade similar), obrigando os hortelãos a encararem uma decisão: ou a horta acabaria já que os membros restantes não conseguiam cuidar de toda a área, ou eles deveriam mudar a forma como eles se relacionam ao lugar. Assim, a horta passou a ser sazonal, diminuindo suas atividades na seca e modificando as espécies cultivadas nesse período. Simultaneamente, alguns hortelãos focaram seus esforços no jardim medicinal, outra área de horticultura na quadra.

---

<sup>28</sup> Agroecologia é o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica. Enquanto ciência, busca analisar os processos agrícolas de maneira mais ampla (ALTIERI E NICHOLLS, 2000).

<sup>29</sup> Sistemas Agroflorestais ou Agrossilvicultura é a prática de cultivar diferentes espécies vegetais associando formações florestais e culturas agrícolas (YARED et al., 1998).

No entanto, possuímos o potencial de atuar em convergência com entidades como o solo, clima e água para diminuir ou amplificar sua influência. O fazemos isso a partir dos conhecimentos, técnicas e tecnologias. Assim, caso os hortelãos tivessem acesso a outros métodos de irrigação, talvez a seca tivesse menos impacto e o espaço da horta não seria alterado, ou sofreria menos modificações. Esse é o caso da Horta Girassol que por contar com disponibilidade hídrica e um sistema de irrigação, consegue manter sua produção mesmo na seca. Porém, a fim de manter o sistema mais sustentável, eles preservam as minas d'água que são a fonte de seu abastecimento. Constata-se, então, que tanto a crise hídrica quanto o sistema de nascentes em São Sebastião se configuram em agenciamentos próprios, mas que atuam como entidades nas hortas, co-constituindo esses lugares através das condições materiais ou de suas relações imateriais com os hortelãos.

Algumas entidades atuam nas hortas de maneira indireta. São os órgãos governamentais, a imprensa, políticos, grupos de ativistas, organizações da sociedade civil e empresas de fomento à agricultura. Essas entidades não modificam diretamente o lugar, mas são capazes de alterar os contextos que favorecem ou dificultam tais modificações, ou atuam em outras entidades que, por sua vez, atuam nas hortas diretamente. Isso se reflete nas leis, decisões públicas, apoios institucionais e no aprendizado das diferentes técnicas agrícolas empregadas nas hortas. Exemplo disso são as participações das hortas em eventos promovidos pelo poder público em associação com a sociedade civil. Destacamos aqui as Viradas do Cerrado de 2016 e 2017, que contaram com a participação da Horta 416 Norte, promovendo atividades culturais e de plantios na horta. Essas ações aumentaram a visibilidade da horta e provocaram maior territorialização tanto da horta quanto do coletivo que gerencia a atividade.



que organizam o espaço da horta, que auxiliam na significação desse espaço e criação de valores simbólicos, ressignificando as relações da comunidade com a agricultura e o espaço, e o modificando em cooperação com as plantas.

As plantas, especialmente, se aproximam desse potencial, afinal são elementos *sine qua non* desses espaços. Porém, a capacidade de atuar em mais esferas e interagir diretamente com mais entidades que as plantas, gera uma distinção que não poderia ser ignorada. Ao mesmo tempo, não pode também ser ignorada a participação dessas espécies que compõem os espaços das hortas, efetivamente dando-os materialidade e significados.

Na perspectiva de produção de imaterialidades pelas entidades nos plantios comunitários um dos elementos mais destacados pelos hortelãos foi a nova forma como eles se entenderam como cidadãos no lugar. A partir da criação da horta e das batalhas que tiveram de travar que começou a haver um entendimento que eles têm direitos e possibilidades a ocupar e alterar esse lugar, independente da ação governamental. Isso, por si só, já é capaz de criar uma nova relação espacial pautada em ser e estar (DARDEL, 2011) nesse lugar. Isso é ainda mais relevante no contexto espacial do Distrito-Federal.

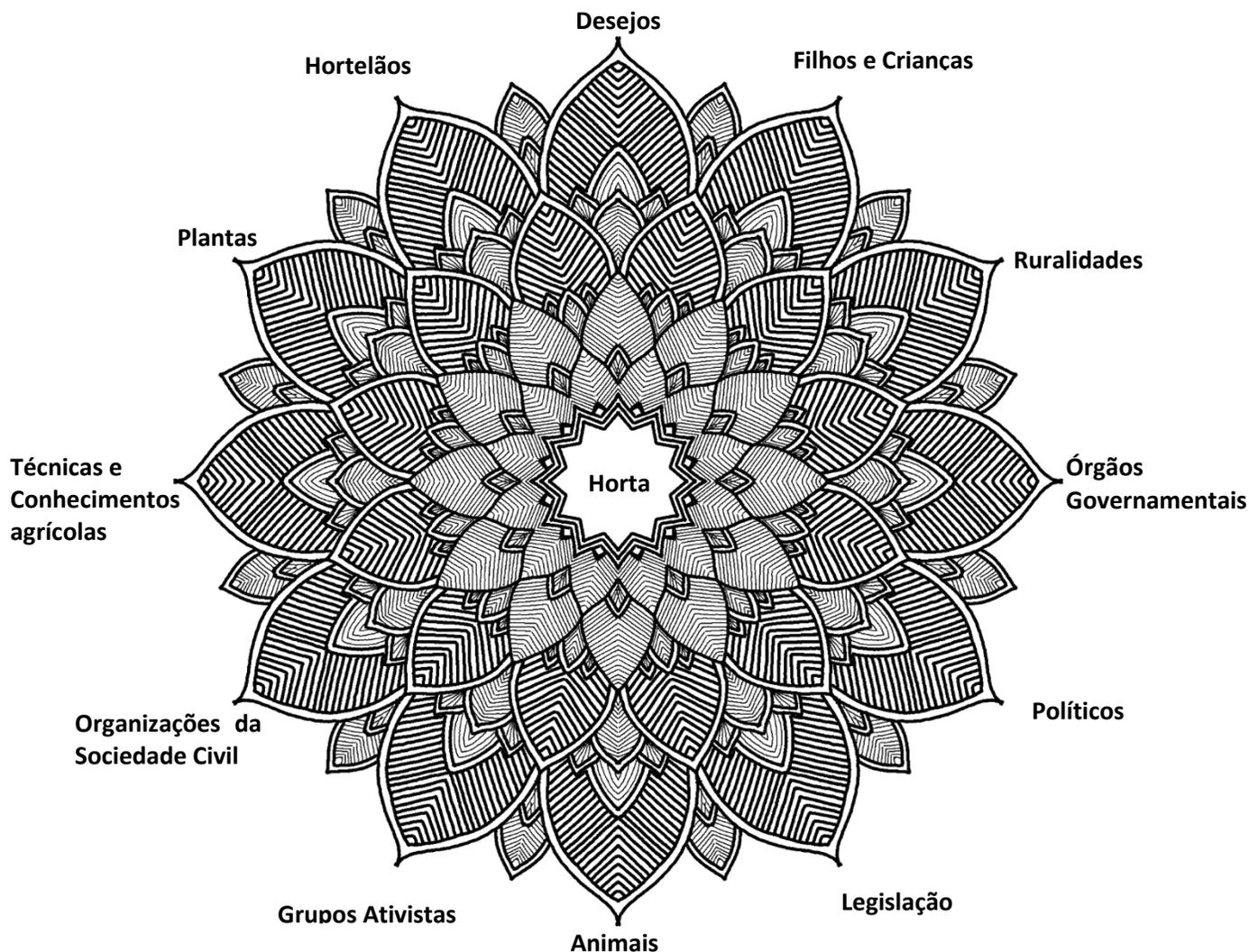
De certa forma, é possível dizer que o Distrito-Federal é uma metrópole de exceção na América Latina, e ao mesmo tempo não o é. A exceção está marcadamente presente na Região Administrativa 1, Brasília, e as áreas que compõem o Plano Piloto. Essas áreas são tombadas como patrimônio cultural da humanidade pela Unesco e têm um grande controle governamental para que se mantenham as características originais idealizadas por Lúcio Costa. Já fora da área de tutela do bem tombado a produção espacial se torna muito semelhante a de outras metrópoles latino-americanas (FERREIRA NUNES E COSTA, 2007).



transformar o urbano em algo mais acessível. Ao transformarem um depósito de lixo em uma horta voltada para a educação e a preservação do meio ambiente, os hortelãos estão tentando garantir que outros membros da comunidade tenham acesso a saúde e segurança (física e alimentar), algo que, em geral, costuma faltar, especialmente em regiões mais periféricas de metrópoles. Então, os desejos que constroem os agenciamentos e co-constituem os lugares também estão relacionados aos contextos socioespaciais locais, apresentando diferenças entre as hortas.

A legislação vigente a respeito da utilização dos espaços para agricultura urbana foi um fator preponderante para a territorialização das hortas ao longo dos anos. A lei 4.772/2012, assim como o decreto 39.314/2018 que a regulamenta, favoreceu os processos de *assembling* ao criar mecanismos legais de apoio à atividade e reconhecendo as diversas modalidades, práticas e produtos resultantes da agricultura urbana no DF. A regulamentação da legislação foi objeto de engajamento dos agricultores urbanos da unidade da federação por muitos anos em que muitos hortelãos se organizaram politicamente. Portanto, a existência ou não de uma legislação regulamentada acerca da atividade é uma entidade atuando na territorialização das hortas. Enquanto na Horta 416 Norte, os hortelãos se organizaram politicamente de forma veemente a lutar pela regulamentação da lei 4.772/2012; na Horta Girassol, que também participou da luta pela regulamentação, os hortelãos relatam maior facilidade em conseguir apoios institucionais nos últimos anos.

## Esquema 3



Esquema representativo de interações ocorridas nas hortas. Fonte: Anne-Marie Ridderhof (adaptada)

É comum a utilização de mandalas enquanto elementos simbólicos das hortas, sejam como objetos decorativos ou mesmo como parte da conformação espacial dos lugares. O horto medicinal da Horta 416 Norte, por exemplo, foi projetado no formato de uma mandala. Apesar de mandalas serem símbolos de origem religiosa e estarem presentes em diversas práticas espirituais, elas não são necessariamente apropriadas da mesma forma nas hortas. Sua associação mais frequente é com questão da cura, mas alguns hortelãos também as conectam ao equilíbrio e ao contato com a natureza. Sendo assim, realizamos um esquema

representativo das interrelações estabelecidas nos agenciamentos - utilizando como base uma mandala - incluindo algumas das entidades mais importantes para os processos de *assembling e disassembling*.

O sucesso da horta se traduz na manutenção do espaço ocupado pelos hortelãos, mas também na melhora da qualidade de vida pela atividade física e terapêutica associada ao plantio (BCHARA, 2016), pelo aprendizado de novos conhecimentos, acesso a uma variedade de alimentos de melhor qualidade, entre outras consequências da atividade horticultora. Os hortelãos vão, aos poucos, criando uma afinidade com a horta, uma afetividade em relação ao espaço e aos elementos que ali estão. Afinal, não é o espaço apenas do plantio. É o espaço da convivência, do relaxamento, do exercício, da alimentação, da cidadania, da realização de objetivos, da concretização de imaginários. A afetividade se reflete no prazer e orgulho que os hortelãos têm de sua produção e do espaço que ajudaram a construir, se reflete no cuidado diário com o local, na decepção quando algo não corre da forma prevista. O que se destaca disso é a fala da Mariana, da Horta Girassol: “A Horta é como um filho para mim. Meu quinto filho”.

Mesmo em momentos de dificuldade, os hortelãos fazem de tudo para manter o lugar e a atividade funcionando. Como citado anteriormente, enfrentaram pressões governamentais e de outros membros da comunidade a fim de continuar com as hortas. A horta, como lugar, é significativa aos hortelãos e representa para muitos o contato com a natureza, uma opção de vida mais saudável e socialmente responsável.

Conversando com ex-participantes da horta da 416 Norte (estes se mudaram para outros bairros mais distantes), foi possível verificar que o lugar ainda é de extrema relevância para eles e para suas memórias e vivências no período em que moraram na quadra. Isso é um indicativo do quanto as hortas podem gerar experiências singulares em seus participantes.

A horta, então, é um lugar de vivências e experiências complexas que englobam diversos elementos materiais, afetividades e significados, seja para os que participam da atividade e seja para os que a veem de fora. A experiência está pautada na forma como as entidades presentes no agenciamento se interrelacionam, ocorrendo então experiências positivas ou negativas. Porém, o engajamento dos hortelãos e o tempo de existência das

hortas, em especial a Girassol, é um indicativo de que essas experiências, em geral, são positivas.

Todavia, essa geração de significados e símbolos, em geral, esteve relacionada com os seres humanos ao longo da história das ciências. O pós-Humanismo trouxe uma nova luz ao aproximar humanos e outras entidades (BOLTER, 2016), que poderiam atuar de maneira semelhante. É a partir da noção que humanos, plantas, tecnologias e instituições podem atuar no espaço e, ao o fazer, geram novos significados, símbolos, experiências, vivências e elementos materiais, que entendemos a constituição das hortas em lugares.

Retornamos a Cloke e Jones (2001) e seus pomares, mas com a influência de Anna Tsing (2010). Não dizemos apenas que os lugares da agricultura urbana comunitária são lugares híbridos, mas efetivamente construídos a partir atuação da pleora de entidades convergendo nos hortelãos e as plantas. As plantas não existem ou atuam somente através da mediação humana, mas também não se configuram como horta sem ela. Os hortelãos não só plantam, como cuidam e criam laços afetivos tanto com as entidades não-humanas, quanto com a horta em si. Porém, vimos que, mesmo em lugares construídos conjuntamente, há uma narrativa que coloca os seres humanos como centrais nos processos. Essa construção é uma atividade cooperação em que cada uma das entidades atua conforme os *inputs* das outras entidades. Por isso não podemos afirmar que as hortas são lugares criados unicamente pelos seres humanos ou por outras entidades.

A constituição desses lugares, por ser conjunta, também deriva em uma vivência conjunta dos lugares em que tanto seus elementos materiais como imateriais surgem das interações entre essas entidades. As experiências e os símbolos, por mais que sejam significados pelas entidades humanas, têm, na sua “composição” a atuação de todas as entidades participantes dos processos de *assembling* e *disassembling*.

Ao mesmo tempo, por serem agenciamentos, os lugares estão em constante mutação ou “em movimento” (HETHERINGTON, 1998), e estão, o tempo todo se reconstruindo através das atuações das entidades do agenciamento. Isso se liga aos imaginários (BERDOULAY, 2012) projetados pelos hortelãos, a atuação de outras entidades inter-relacionadas, os contextos contemporâneos e as características dos lugares para reorganizar os elementos materiais e imateriais do espaço e, assim, constituir algo novo, um novo lugar.

Entender que os lugares, em determinadas circunstâncias, especialmente quando relacionados a agenciamentos, são constituídos por algo além da ação humana, é de relevância significativa para o avanço dos estudos das categorias geográficas. Para chegar ao lugar, passamos pela categoria do espaço e por aspectos do território, exemplificando que essa abordagem também poderia auxiliar no estudo dessas categorias.

Ao longo da seção cinco entramos em detalhes a respeito dos aspectos espaciais das hortas e suas feições pautadas na materialidade, principalmente. Também elencamos as principais entidades atuantes nos agenciamentos e como elas se interrelacionam nos variados momentos da história de cada horta. Isso foi necessário para então discutirmos como ocorre a co-constituição de lugares a partir das atuações dessas entidades nas hortas. O que encontramos ao aproximar os dados das entrevistas e observações em campo com a teoria dos agenciamentos e os estudos dos lugares foi o potencial de transformação material do lugar pelas entidades não humanas, e que elas também afetam, através de suas interrelações, como as entidades humanas experienciam os lugares.

Não se sabe a respeito da intencionalidade das entidades não-humanas nesses processos. Sabe-se, porém, que entidades como plantas e animais respondem a estímulos, ou mesmo atuam por conta própria, mesmo que seguindo apenas seus instintos. Ou seja, essas entidades não são apenas objetos colocados nas hortas pela ação antrópica, mas também não deixam de serem afetados por ela. Suas ações estão conectadas às nossas (humanos). Por isso não produzimos nem construímos, co-constituímos.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das hortas comunitárias no Distrito Federal é algo que envolve um exercício de pensamento material e imaterial múltiplo. Além de todas as esferas envolvidas na agricultura urbana, as próprias hortas são um fenômeno diverso e que não se encerra em si mesmo. Para estudar esses plantios enquanto lugares da agricultura urbana e agenciamentos constituídos a partir de diversas entidades interrelacionadas foi preciso adotar um olhar que identificasse tanto as repercussões materiais e imateriais dessas entidades no espaço. Porém, trabalhar com o lugar implica no contato com os sujeitos que experienciam tais locais. Foi necessário, então, também recorrer aos sujeitos da atividade, ou seja, os agricultores urbanos ou hortelãos.

Desde a gênese desta pesquisa o lugar esteve no ponto central do trabalho. Mais que a atividade em si ou a abordagem adotada, o ideário da pesquisa sempre foi a forma como as pessoas se ligam à terra, criando laços e ressignificando os lugares. A atividade da agricultura urbana, enquanto objeto de pesquisa, surgiu como uma nova maneira de estudar a categoria do lugar, especialmente por sua dinâmica espontânea e única. A atividade, nos últimos anos, tem transformado cada vez mais os espaços no Distrito Federal, sejam espaços públicos desocupados ou áreas privadas devolutas. Por conta disso, o que antes era uma atividade de resistência chega ao *mainstream* como uma possibilidade de atuar nos espaços urbanos, ganhar uma renda extra, ter acesso a maior variedade de alimentos, entre outras. Esta pesquisa se iniciou no momento de transição em que se multiplicavam os números de plantios urbanos no DF, regulamentava-se a atividade e os agricultores urbanos estavam se organizando em grupos para lutar politicamente por sua atividade.

A pesquisa se concentrava nos sujeitos dos plantios comunitários. Isso nos aproximou da Fenomenologia como teoria filosófica para embasar a pesquisa. O que observamos em análise preliminar é que os agricultores poderiam estar se associando a seres não humanos afetivamente, e assim, esses seres seriam também sujeitos da experiência e significação desses lugares. Ao incluir esses novos sujeitos, a análise se voltou para uma perspectiva

Pós-Humanística, na qual a Pós-Fenomenologia oferece um embasamento capaz de apoiar o estudo dos lugares com esses sujeitos e essas características múltiplas.

Nesse momento, entrou em pauta discutir também os plantios no contexto da paisagem brasiliense. É inegável que a agricultura urbana modifica a paisagem de Brasília, mesmo que em escala local, e, há abordagens e linhas de estudo que permitem inovações no estudo de uma atividade a partir desta categoria geográfica. Porém, ao longo da elaboração do projeto de pesquisa, abordar as duas categorias (lugar e paisagem) satisfatoriamente, incluindo as diferentes entidades e sujeitos presentes nesses espaços, se mostrou inviável para o escopo da pesquisa.

No entanto, o parecer da banca de qualificação e os primeiros trabalhos de campo mostraram que os métodos e os sujeitos da pesquisa não condiziam com a perspectiva Pós-Fenomenológica. Isso nos provocou a pensar em outras possibilidades para a pesquisa. Encontramos essa possibilidade na abordagem sócio-material da teoria dos agenciamentos. A partir dessa perspectiva tentamos englobar tanto os elementos materiais quanto imateriais dos lugares e quem atua na sua constituição.

Objetivamos então, entender como lugares da agricultura urbana comunitária do Distrito Federal, ou seja, Hortas Comunitárias, são co-constituídas por entidades humanas e não-humanas, materiais e imateriais. Como olhamos para o fenômeno das hortas comunitárias dentro da perspectiva do pós-humanismo e da teoria dos agenciamentos, para entender a constituição desses lugares foi necessário compreender por quais processos as hortas, enquanto agenciamentos, são co-constituídas. Além disso, buscamos identificar quais entidades chaves atuam nos agenciamentos, e assim, na constituição das hortas e que relações são estabelecidas entre as entidades nas hortas. Então, nos debruçamos sobre como essas entidades podem constituir diferentes lugares, dados contextos sócioespaciais divergentes.

Dito isso, entendemos que os resultados da pesquisa foram alcançados ao conseguirmos, nas duas hortas, elencar as principais entidades atuando nos agenciamentos e como elas estão inter-relacionadas na co-constituição dos lugares de formas variadas. Nesse sentido, apreendemos como as hortas podem ser, ao mesmo tempo, lugares e

agenciamentos. Similarmente, verificamos que, através da modificação das características materiais dos lugares, as entidades das hortas – enquanto agenciamentos – atuam na sua co-constituição. Mas também é necessário olhar para os aspectos imateriais do lugar. As entidades de um agenciamento estão inter-relacionadas; e é através dessas relações que há a produção de experiências e vivências ligadas ao lugar, que recebe novos significados, se reconfigurando. O lugar horta é variável – desde suas características físicas até a forma como é significado e representado – de acordo com as espécies que ali habitam, como essas espécies interagem entre si, com a forma que ela está organizada, as pressões exercidas por entidades e outros agenciamentos, quem participa e quem não participa, entre outros. Então, essa atuação (material e imaterial) também é realizada por uma diversidade de entidades interrelacionadas. As interações são um fator essencial para a constituição dos lugares. Pelas hortas serem agenciamentos, é através das relações entre as entidades que os processos de *assembling* e *disassembling* ocorrem. Os agenciamentos – constituídos por entidades diferentes e as suas relações entre si – têm uma espacialidade, pensada aqui em termos de lugar. As relações estabelecidas entre hortelãos, plantas, solo e as técnicas agrícolas, por exemplo, mostram como essas diferentes entidades transformam o lugar tanto pelas suas feições materiais, sua composição físico-química, seus significados e as experiências das pessoas na horta. Ao estabelecer novas relações entre diferentes entidades, ou modificar as propriedades das relações, os agenciamentos podem adquirir novas características, que novamente se traduzem na territorialidade e no lugar. Portanto, nessa pesquisa pudemos mostrar esses processos em duas hortas no Distrito Federal, as entidades-chave que atuam nesses agenciamentos e como elas se interrelacionam para co-constituir os lugares.

Em essência, este trabalho trata de realizar uma aproximação teórica e metodologicamente entre entidades tipicamente atribuídas ao conjunto da natureza e entidades atribuídas à sociedade. Essa aproximação também envolve entidades imateriais e suas atuações na construção da realidade. Pensar na multiplicidade de entidades e atuações ligadas aos fenômenos do mundo implica em um pensar mais abrangente, e com menos barreiras e limitantes. Consequentemente, abrem-se diferentes ângulos para novas respostas e possibilidades.

No entanto, é muito difícil se desvencilhar do olhar humano. Afinal, o que somos senão seres humanos? O que é a ciência senão uma forma humana de se estudar e representar a realidade? Ao tentar entender o não-humano, fatalmente o fazemos dentro da nossa própria perspectiva humana. Deleuze e Guattari nos incitam a desafiar os limites do que parece estanque, estável e consolidado, do que é e do que pode ser; do que está longe, mas pode estar perto, ou seja essa humanidade inabalável. Ora, por vezes até esquecemos que somos animais também. E o que vimos nessa pesquisa foi como uma miríade de entidades participam de redes intrincadas de relações ligadas a lugares constituídos hibridamente, mas que os sujeitos humanos nesses lugares têm dificuldade em romper as barreiras da humanidade para perceber as ações do outro. O conceito de *Becoming* (Deleuze e Guattari, 2000) nos aproxima do que não consideramos semelhante a nós ao eliminar a inalterabilidade do ser. Então é preciso questionarmo-nos: para nos aproximarmos das entidades atuantes necessitamos ser menos humanos, ou quem sabe a resposta esteja em apreender o outro como uma entidade que está mais próxima?

Essa é uma das questões que surgem ao final da pesquisa. Qual a importância de empenharmos-nos sobre o debate entre humanos e não-humanos? O que de fato tem se alcançado com o deslocamento da centralidade humana no estudo das categorias geográficas? As respostas para tais questões são elusivas. Não devemos romantizar as relações com as entidades não-humanas e pensar que ao haver a aproximação o segredo das coisas será revelado. Porém, há povos (indígenas, principalmente) cuja relação com tais entidades poderia ser caracterizada como mais harmoniosa. Plantas, animais e entidades da natureza, em algumas sociedades, possuem mais agência (ou ao menos têm sua agência reconhecida) e direitos, que inclusive podem superar os garantidos aos humanos. A sociedade ocidental tende a “esquecer” esses povos e a ignorar seus conhecimentos – e nós na academia temos uma parcela significativa dessa culpa – e a se utilizar desses conhecimentos apenas como lhes convém. Mas não seriam os conhecimentos das propriedades curativas das plantas, de fontes de nutrição estranhas aos olhares ocidentais, e até combinações alucinógenas (transformadas em commodities, diga-se de passagem) frutos dessa relação mais próxima entre alguns povos tradicionais e entidades não-humanas? Dentro da sociedade ocidental, com uma visão centrada no humano, ainda é difícil firmar como isso nos é “útil”. O que sabemos é que ainda há muito que temos a

aprender sobre essas entidades e como elas integram, participam e constituem o espaço geográfico em suas diversas expressões. Creio que na ciência a noção de saber que não sabemos é imprescindível, e só adotando uma postura que não gere uma ilusão da centralidade humana absoluta é que podemos vislumbrar a luz desses novos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU FILHO, O. Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. **Mana**, v. 4, n. 2, p. 143–146, 1998. Doi:10.1590/s0104-93131998000200008.
- ACUTO, M.; CURTIS, S. **Reassembling international theory**. London: palgrave macmillan uk, 2014. Isbn 978-1-349-48072-2.
- AGRAWAL, M.; SINGH, B.; RAJPUT, M.; MARSHALL, F.; BELL, J.N.B. effect of air pollution on peri-urban agriculture: a case study. **Environmental pollution**, v. 126, n. 3, p. 323–329, 2003. Doi:10.1016/s0269-7491(03)00245-8.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia** – A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. 110 p.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Agroecología. **Teoría y práctica para una agricultura sostenible**. 1ra Edición. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental, México, 2000. ISBN 968-7913-04-X.
- ALTIERI, M. & NICHOLLS, C. **Urban Agroecology**. 2018 46. 49-60. 10.4206/agrosur.2018.v46n2-07.
- ANDERSON, B.; MCFARLANE, C. Assemblage and geography. **Area**, v. 43, n. 2, p. 124–127, 2011. Doi:10.1111/j.1475-4762.2011.01004.x.
- ANIKWE, M. Long term effect of municipal waste disposal on soil properties and productivity of sites used for urban agriculture in abakaliki, nigeria. **Bioresource technology**, v. 83, n. 3, p. 241–250, 2002. Doi:10.1016/s0960-8524(01)00154-7.
- AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 10, n. 1, p.137-150, June 2007.
- ARRUDA, J. **Agricultura urbana e peri-urbana em campinas/sp: análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas**, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual De Campinas, Faculdade De Engenharia Agrícola, Campinas, SP
- AUBRY, C.; RAMAMONJISOA, J.; DABAT, M.-H.; RAKOTOARISOA, J.; RAKOTONDRAIBE, J.; RABEHARISOA, L. Urban agriculture and land use in cities: an approach with the multi-functionality and sustainability concepts in the case of antananarivo (madagascar). **Land use policy**, v. 29, n. 2, p. 429–439, 2012. Doi:10.1016/j.landusepol.2011.08.009.
- BAKER, L. E. Tending cultural landscapes and food citizenship in toronto's community gardens. **Geographical review**, v. 94, n. 3, p. 305–325, 2004. Doi:10.1111/j.1931-0846.2004.tb00175.x.
- BCHARA, C. Moradores comandam projeto de horta comunitária e preservação de nascentes em são sebastião. **Metrópoles web**, 10 jan. 2016. Disponível em:

<<https://www.metropoles.com/distrito-federal/moradores-comandam-projeto-de-horta-comunitaria-e-preservacao-de-nascentes-em-sao-sebastiao>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

BEAR, C.; EDEN, S. Thinking like a fish? Engaging with nonhuman difference through recreational angling. **Environment and planning d: society and space**, v. 29, n. 2, p. 336–352, 2011. Doi:10.1068/d1810.

BENNETT, J. **Vibrant Matter: A Political Ecology of Things**. Duke University Press, 2010.

BENTLEY, A. **Eating for victory: food rationing and the politics of domesticity**. Urbana: university of illinois press, 1998. Xiii, 238. Isbn 0252067274.

BERDOULAY, V. El sujeto, el lugar y la mediación del imaginario. **Geografías de lo imaginario**, p. 49–65, 2012.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no planalto central: eco-história do distrito federal do indígena ao colonizador**. Brasília df: editora unb, 2011. 615 pages. Isbn 9788523012816.

BINGHAM, N. Bees, butterflies, and bacteria: biotechnology and the politics of nonhuman friendship. **Environment and planning a**, v. 38, n. 3, p. 483–498, 2006. Doi:10.1068/a38436.

BOLTER, J. D. Posthumanism. In: jensen, k. B.; craig, r. T.; pooley, j.; rothenbuhler, e. W. (org.). **The international encyclopedia of communication theory and philosophy**, chichester uk, hoboken nj: john wiley & sons, 2016. Volumes <1-4> ; (the wiley blackwell-ica international encyclopedias of communication. Isbn 9781118290736, p. 1–8.

BOM DIA DF. **Terracap pretende acabar com horta comunitária para construir conjunto habitacional**. Exibição em 24 de Março de 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5748759/>

BON, H. DE; PARROT, L.; MOUSTIER, P. Sustainable urban agriculture in developing countries. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 30, n. 1, p. 21–32, 2010. Doi:10.1051/agro:2008062.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. **L'espace géographique**, Paris, v. 10, n. 4, p. 249-262, 1981.

BRENNER, N.; MADDEN, D. J.; WACHSMUTH, D. Assemblage urbanism and the challenges of critical urban theory. **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, 15:2, 225-240. 2011. DOI: 10.1080/13604813.2011.568717

BULLER, H. Safe from the wolf: biosecurity, biodiversity, and competing philosophies of nature. **Environment and planning a**, v. 40, n. 7, p. 1583–1597, 2008. Doi:10.1068/a4055.

BUTTNER, A.; SEAMON, D. (ED.). **The human experience of space and place**. Abingdon, oxon, new york, ny: routledge, 2015. 199 p. (routledge revivals). Isbn

9781315684192.

CARDOSO, M. R. D.; MARCUZZO, F. F. N.; BARROS, J. R. Classificação climática de Köppen-Geiger para o estado de Goiás e o Distrito Federal, 2015. Em: **Acta Geográfica** 8 (16), pág. 40–55.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São paulo (sp): hucitec, 1996. 150 p. Isbn 9788527103688.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura, rio de janeiro, n. 11, p. 53-75**, 1998.

CLOKE, P.; JONES, O. Dwelling, place, and landscape: an orchard in somerset. **Environment and planning a**, v. 33, n. 4, p. 649–666, 2001. Doi:10.1068/a3383.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. 151 páginas. Brasília. 2016

COLASANTI, K. J. A.; HAMM, M. W.; LITJENS, C. M. The city as an "agricultural powerhouse"? Perspectives on expanding urban agriculture from detroit, michigan. **Urban geography**, v. 33, n. 3, p. 348–369, 2012. Doi:10.2747/0272-3638.33.3.348.

COMASSETTO, B. H. ET AL. Nostalgia, anticonsumo simbólico e bem-estar: a agricultura urbana. **Revista de administração de empresas**, v. 53, n. 4, p. 364–375, 2013. Doi:10.1590/s0034-75902013000400004.

CRESSWELL, T. Place. In: Nigel Thrift; Rob Kitchen (Org.). **International Encyclopedia Of Human Geography**: Elsevier, 2009, P. 169–177.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **Finding flow**: The psychology of engagement with everyday life, 1997. Basic Books.

DARDEL, E. **O Homem E A Terra**: Natureza Da Realidade Geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. 159 P. Isbn 9788527309240.

DAROLT, M. R. **As Dimensões Da Sustentabilidade: Um Estudo Da Agricultura Orgânica Na Região Metropolitana De Curitiba, Paraná**, 2000.

DARWIN, C. **The Formation Of Vegetable Mould Through The Action Of Worms**: With Observations On Their Habits. Cambridge, Place Of Publication Not Identified: Cambridge University Press; Publisher Not Identified, 1881. 1340 P. (Cambridge Library Collection. Earth Science). Isbn 9781108005128. Disponível Em: <Http://Dx.Doi.Org/10.1017/Cbo9780511703850>.

DE LANDA, M. **A New Philosophy Of Society**: Assemblage Theory And Social Complexity. London [U.A.]: Bloomsbury, 2013. V, 142 S. Isbn 9780826491695.

DELEUZE,G; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo E Esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2000. 5 V. Isbn 85732605725.

DIGUILIM. Abraço em Solidariedade às hortas comunitárias de Brasília. Em: **Movimento Nossa Brasília**. 2017 On-line Disponível em <http://www.movimentonossabrasilia.org.br/abraco-em-solidariedade-as-hortas-comunitarias-de-brasilia/>.

DIXON, D., HAWKINS, H., & STRAUGHAN, E. Of human birds and living rocks: Remaking aesthetics for post-human worlds. **Dialogues in Human Geography**, 2(3), 249–270, 2012

DO REGO MONTEIRO, J. P. Hortas Comunitárias De Teresina: Agricultura Urbana E Perspectiva De Desenvolvimento Local. **Revibec: Revista Iberoamericana De Economía Ecológica**, V. 5, P. 47–60, 2006.

DOMENE, E.; SAURÍ, D. Urbanization And Class-Produced Natures: Vegetable Gardens In The Barcelona Metropolitan Region. **Geoforum**, V. 38, N. 2, P. 287–298, 2007. Doi:10.1016/J.Geoforum.2006.03.004.

DORWARD, C.; SCHUTZBANK, M.; MULLINIX, K. The economics of urban farming. **The urban farming guidebook**, 37–44, ecodesign resource society, 2013.

DOURADO, A. C. G. **A Agricultura Urbana Do Distrito Federal: Contextos E Reflexões Sobre As Ruralidades Em Meio Urbano, 2015**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Brasília DF, 2015.

DUCHEMIN, E.; WEGMULLER, F.; LEGAULT, A. M. Urban Agriculture: Multi-Dimensional Tools For Social Development In Poor Neighbourhoods. **Field Actions Science Reports. The Journal Of Field Actions**, V. 1, P. 43–50, 2008.

EBC. Moradores Da Quadra 416 Norte Começaram Uma Horta Comunitária. **Repórter Df**, 2 Jan. 2017. Disponível Em: <[Http://Tvbrasil.Ebc.Com.Br/Reporter-Df/Episodio/Moradores-Da-Quadra-416-Norte-Comecaram-Uma-Horta-Comunitaria](http://Tvbrasil.Ebc.Com.Br/Reporter-Df/Episodio/Moradores-Da-Quadra-416-Norte-Comecaram-Uma-Horta-Comunitaria)>. Acesso Em: 24 Fev. 2018.

EGZIABHER, A. G.; LEE-SMITH, D.; MAXWELL, D. G.; MEMON, P. A.; MOUGEOT, L. J.A.; SAWIO, C. J. **Cities Feeding People: An Examination Of Urban Agriculture In East Africa**. Ottawa, Ont: International Development Research Centre, 1994. 146 P. Isbn 9781552501092. Disponível Em: <[Http://Site.Ebrary.Com/Lib/Alltitles/Docdetail.Action?Docid=10128351](http://Site.Ebrary.Com/Lib/Alltitles/Docdetail.Action?Docid=10128351)>.

ELIAS, D. Relações Campo-Cidade, Reestruturação Urbana E Regional No Brasil. **Xii Colóquio Internacional De Geocrítica**, 2012.

ERNWEIN, M. Framing Urban Gardening And Agriculture: On Space, Scale And The Public. **Geoforum**, V. 56, P. 77–86, 2014. Doi:10.1016/J.Geoforum.2014.06.016.

FERREIRA NUNES, B.; COSTA, A. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana,

violência e heterogeneidade social. Em: **Cadernos metrópole** (17), 2007.

FLANNERY, T. F. **Here On Earth: A Natural History Of The Planet**. New York: Grove Press; Distributed By Publishers Group West, 2010. Xviii, 316. Isbn 0802145868.

FRANCISCO, G. Nossa luta, nossa história. Em: **Blog Horta Girassol**, 2016

GARNETT, T. Urban Agriculture In London: Rethinking Our Food Economy. **Growing Cities, Growing Food. German Foundation For International Development, Feldafing, Germany**, P. 477–500, 2000.

GLOVER, T. D.; SHINEW, K. J.; PARRY, D. C. Association, Sociability, And Civic Culture: The Democratic Effect Of Community Gardening. **Leisure Sciences**, V. 27, N. 1, P. 75–92, 2005. Doi:10.1080/01490400590886060.

HARAWAY, D. J. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People, And Significant Otherness**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003. 100 P. (Paradigm, 8). Isbn 0971757585.

HAYDEN-SMITH, R. **Sowing The Seeds Of Victory: American Gardening Programs Of World War I**. Jefferson North Carolina: Mcfarland & Company Inc. Publishers, 2014. X, 252 Pages. Isbn 9780786470204.

HEAD, L.; ATCHISON, J. Cultural Ecology: Emerging Human-Plant Geographies. **Progress In Human Geography**, V. 33, N. 2, P. 236–245, 2009. Doi:10.1177/0309132508094075.

HETHERINGTON, K. In Place Of Geometry: The Materiality Of Place. **The Sociological Review**, V. 45, 1\_Suppl, P. 183–199, 1998. Doi:10.1111/J.1467-954x.1997.Tb03461.X.

HOLLAND, L. Diversity And Connections In Community Gardens: A Contribution To Local Sustainability. **Local Environment**, V. 9, N. 3, P. 285–305, 2004. Doi:10.1080/1354983042000219388.

HOLZER, W. O Lugar Na Geografia Humanista: Holzer, Werther. O Lugar Na Geografia Humanista. , Rio De Janeiro, V. 4, N. 7, P. 67-78, 1999. **Revista Território**, V. 4, N. 7, P. 67-78, 1999.

HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, 2013.

HUBBELL, D. H.; KIDDER, G. Biological Nitrogen Fixation. **Univ Fla Ifas Ext Publ SI16**, 2009.

IFB. Núcleo De Estudos Agroecológicos E A Horta Girassol Iniciam Projeto Na Unidade De Internação De São Sebastião. **Ifb**, 7 Abr. 2017. Disponível Em: <[Http://Www.Ifb.Edu.Br/Saosebastiao/13645-Nea-E-Horta-Girassol-Iniciam-Projeto-Na-Unidade-De-Internacao-De-Sao-Sebastiao](http://Www.Ifb.Edu.Br/Saosebastiao/13645-Nea-E-Horta-Girassol-Iniciam-Projeto-Na-Unidade-De-Internacao-De-Sao-Sebastiao)>. Acesso Em: 24 Fev. 2018.

INGOLD, T. The Temporality Of The Landscape. **World Archaeology**, V. 25, N. 2, P. 152–174, 1993.

BESSE, J. M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, 18(2), 241-252. 2014

JOHNSON, J. T. A. Y; MURTON, B. Re/Placing Native Science: Indigenous Voices In Contemporary Constructions Of Nature. **Geographical Research**, V. 45, N. 2, P. 121–129, 2007. Doi:10.1111/J.1745-5871.2007.00442.X.

LAMBA, S. **A Post-Colonial Theory Of Justice: Towards The New Constitution Of Kenya**. Nairobi: Mazingira Institute, 2001. Viii, 60 ;. Isbn 9966999477.

LANGEGGER, S. **Toward A Community Garden Typology**, 2011.

LATOUR, B. **Reassembling The Social: An Introduction To Actor-Network-Theory**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007. X, 301 P. (Clarendon Lectures In Management Studies). Isbn 0199256055.

LATOUR, B. Visualisation And Cognition: Drawing Things Together. **Avant: Trends In Interdisciplinary Studies**, V. 3, T, P. 207–260, 2012.

LEE-SMITH, D. **African Urban Policy: Issues And Priority**. Presented At International Conference On Urban Agriculture Policy In Southern Africa, Technikon Pretoria, 305 March 1998.

LEE-SMITH, D. **My House Is My Husband: A Kenyan Study Of Women's Access To Land And Housing**, 1997. 192 S. (8). Isbn 9789187866203.

LI, T. M. Practices of assemblage and community forest management. **Economy and Society**, 36:2, 263-293, DOI: 10.1080/03085140701254308

LONGHURST, R. Plots, Plants And Paradoxes: Contemporary Domestic Gardens In Aotearoa/New Zealand. **Social & Cultural Geography**, V. 7, N. 4, P. 581–593, 2006. 2007. Doi:10.1080/14649360600825729.

LOPES, J. **Hortas Urbanas Comunitárias Em Brasília-DF**. Monografia – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília. Planaltina – DF, 2015. 88f.

LORIMER, J. Posthumanism/Posthumanistic Geographies. **International Encyclopedia Of Human Geography**: Elsevier, 2009, P. 344–354.

LOSADA, H.; MARTÍNEZ, H.; VIEYRA, J.; PEALING, R.; ZAVALA, R.; CORTÉS, J. Urban Agriculture In The Metropolitan Zone Of Mexico City: Changes Over Time In Urban, Suburban And Peri-Urban Areas. **Environment And Urbanization**, V. 10, N. 2, P. 37–54, 1998. Doi:10.1177/095624789801000214.

MADALENO, I. M. **A Cidade Das Mangueiras: Agricultura Urbana Em Belém Do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação Para A Ciência E A Tecnologia, Ministério Da Ciência E Da Tecnologia, 2002. Xiii, 193 P. Isbn 972-31-0951-4.

MARANDOLA JR., E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, p.49

– 64, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2013.32.a12864>

MAZINGIRA INSTITUTE; ROOFTOPS CANADA. **Changing Lives: Urban Farmers Of Nairobi**, 2013. Disponível Em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xohhtxl4zn0>>. Acesso Em: 6 Jun. 2017.

MCCLINTOCK, N. Why Farm The City? Theorizing Urban Agriculture Through A Lens Of Metabolic Rift. **Cambridge Journal Of Regions, Economy And Society**, V. 3, N. 2, P. 191–207, 2010. Doi:10.1093/Cjres/Rsq005.

MCFARLANE, C. Translocal assemblages: space, power and social movements. **Geoforum**. 2009;40:561-567. 2009.

MCFARLANE, C. Assemblage and critical urbanism. **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, 15:2, 204-224. 2011.

MEGRAW, J. The Importance Of Earthworms: Darwin's Last Manuscript. **New York Public Library Biblio File**, 2012.

MENDES, W.; BALMER, K.; KAETHLER, T.; RHOADS, A. Using Land Inventories To Plan For Urban Agriculture: Experiences From Portland And Vancouver. **Journal Of The American Planning Association**, V. 74, N. 4, P. 435–449, 2008. Doi:10.1080/01944360802354923.

MOUGEOT, L. J. A. **Growing Better Cities: Urban Agriculture For Sustainable Development**. Ottawa: International Development Research Centre, 2006. Xix, 97. (In Focus). Isbn 1552502260.

MOUGEOT, L. J. A. Introduction: An Improving Domestic And International Environment For African Urban Agriculture. **African Urban Quarterly**, V. 11, 2-3, P. 137–152, 1996.

MOUGEOT, L. J. A. Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials And Risks, And Policy Challenges. **Cities Feeding People Series; Rept. 31**, P. 1–62, 2000.

MÜLLER, M. Assemblages And Actor-Networks: Rethinking Socio-Material Power, Politics And Space. **Geography Compass**, V. 9, N. 1, P. 27–41, 2015. Doi:10.1111/Gec3.12192.

MÜLLER, MARTIN; SCHURR, CAROLIN. Assemblage Thinking And Actor-Network Theory: Conjunctions, Disjunctions, Cross-Fertilisations. **Transactions Of The Institute Of British Geographers**, V. 41, N. 3, P. 217–229, 2016. Doi:10.1111/Tran.12117.

MUYLAERT, C. J. ET AL. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** 48 (2014): 184-189.

MWANGI, M. M. **Urban Food Production: A Survival Strategy Of Urban Households** Report Of A Workshop On East And Southern Africa, Held In Nairobi, Kenya, 3rd-5th

May 1998. Nairobi Kenya, Lund Sweden: Regional Land Management Unit; Mazingira Institute; Programme On Population And Development, 1998. Iv, 38. (Relma Workshop Series, 1). Isbn 996689635x.

**NAGIB, G. Agricultura Urbana Como Ativismo Na Cidade De São Paulo: O Caso Da Horta Das Corujas**, 2016.

NETO, J. F. Workshop De Olericultura Orgânica Na Região Agroeconômica Do Distrito Federal. **Anais Do Workshop De Olericultura Orgânica Na Região Agroeconômica Do Distrito Federal**, 2001.

NIGEL THRIFT; ROB KITCHEN (ED.). **International Encyclopedia Of Human Geography**: Elsevier, 2009.

NUGENT, R. The Impact Of Urban Agriculture On The Household And Local Economies. **Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture On The Policy Agenda. A Reader On Urban Agriculture**, P. 67–97, 2000.

NUNES, L. M. S. **Políticas Públicas Habitacionais E Segregação Socioespacial: O Bairro Jardins Mangueiral Na Região Administrativa De São Sebastião (DF)**. 2015. 203 F. Dissertação (Mestrado Em Geografia) - Universidade Federal De Goiás, Catalão. 2015

NUNES, T. Mais De 100 Hortas Comunitárias No Df Ampliam Sentidos De Cidadania E Sustentabilidade – **Agência De Notícias Uniceub**, 19 Abr. 2018. Disponível Em: <[Http://Www.Agenciadenoticias.Uniceub.Br/Index.Php/Mais-De-100-Hortas-Comunitarias-No-Df-Ampliam-Sentidos-De-Cidadania-E-Sustentabilidade/](http://Www.Agenciadenoticias.Uniceub.Br/Index.Php/Mais-De-100-Hortas-Comunitarias-No-Df-Ampliam-Sentidos-De-Cidadania-E-Sustentabilidade/)>. Acesso Em: 30 Abr. 2018.

OLIVEIRA, W. C. DE; PELUSO, M. L. Distrito Federal e suas novas espacialidades: uma análise da produção do espaço. Em: **Enampur XVII**, pág. 1–18, 2017.

ORSI, S. D. **Desafios Institucionais Para Inserção Das Pequenas Agroindústrias Rurais No Distrito Federal**. Seropédica, Rio De Janeiro, 2001.

PANELLI, R. More-Than-Human Social Geographies: Posthuman And Other Possibilities. **Progress In Human Geography**, V. 34, N. 1, P. 79–87, 2010. Doi:10.1177/0309132509105007.

PANELLI, RUTH; TIPA, GAIL. Placing Well-Being: A Maori Case Study Of Cultural And Environmental Specificity. **Ecohealth**, V. 4, N. 4, P. 445–460, 2007. Doi:10.1007/S10393-007-0133-1.

PAULA, B. M. D. ET AL. The Productive Garden: An Experience In The City Of Belo Horizonte, Brazil. **Urban Agriculture Magazine**, N. 23, P. 22–24, 2009.

PARNET, C. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Dirigido por: Pierre-André Boutang. Recuperado de <http://aquileana.wordpress.com/2011/02/07/gilles-deleuze-el-abecedario>, 1988.

PEARSON, L. J.; PEARSON, L.; PEARSON, C. J. Sustainable Urban Agriculture:

Stocktake And Opportunities. **International Journal Of Agricultural Sustainability**, V. 8, N. 1, P. 7–19, 2010. Doi:10.3763/Ijas.2009.0468.

PELUSO, M L. Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais. **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora UnB: 181-196, 2013.

PIRES, V.C. Agricultura Urbana como Fator de Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Pesquisa & Debate**, Vol. 27. Número 2 (50). Dez. 2016

POWER, E. R. Human–Nature Relations In Suburban Gardens. **Australian Geographer**, V. 36, N. 1, P. 39–53, 2005. Doi:10.1080/00049180500050847.

POWER, E. Furry Families: Making A Human–Dog Family Through Home. **Social & Cultural Geography**, V. 9, N. 5, P. 535–555, 2008. Doi:10.1080/14649360802217790.

REDAÇÃO DFTV. Terracap Pretende Acabar Com Horta Comunitária Para Construir Conjunto Habitacional, 24 Mar. 2017. **DFTV**. Disponível Em: <[Http://G1.Globo.Com/Distrito-Federal/Videos/T/Todos-Os-Videos/V/Terracap-Pretende-Acabar-Com-Horta-Comunitaria-Para-Construir-Conjunto-Habitacional/5748759/](http://G1.Globo.Com/Distrito-Federal/Videos/T/Todos-Os-Videos/V/Terracap-Pretende-Acabar-Com-Horta-Comunitaria-Para-Construir-Conjunto-Habitacional/5748759/)>. Acesso Em: 1 Mai. 2018.

REDAÇÃO METRÓPOLES. Parceria Que Deu Certo. Jardins Comunitários Começam A Mudar A Paisagem Em Ceilândia. **Metrópoles**. Disponível Em: <[Https://Www.Metropoles.Com/Pelas-Cidades/Ceilandia/Parceria-Que-Deu-Certo-Jardins-Comunitarios-Comecam-A-Mudar-A-Paisagem-Em-Ceilandia](https://Www.Metropoles.Com/Pelas-Cidades/Ceilandia/Parceria-Que-Deu-Certo-Jardins-Comunitarios-Comecam-A-Mudar-A-Paisagem-Em-Ceilandia)>. Acesso Em: 1 Abr. 2018.

REGALDO, F. JARDIM PRODUTIVO. **Piseagrama**, N. 6, P. 41–44, 2013. Disponível Em: <[Https://Piseagrama.Org/Jardim-Produtivo/](https://Piseagrama.Org/Jardim-Produtivo/)>. Acesso Em: 20 Fev. 2018.

RELPH, E. Reflexões Sobre A Emergência, Aspectos E Essência De Lugar. **Qual O Espaço Do Lugar**, V. 1, P. 17–32, 2012.

RICHTER, J. **Vegetable Production In Periurban Areas In The Tropics And Subtropics**: Food, Income And Quality Of Life ; Proceedings Of The International Workshop Held From 14 To 17 November 1994 In Zschortau, Germany. Feldafing: Zel, 1995. 160 P. Isbn 3924441901.

ROSE, M., & WYLIE, J. Animating landscape. **Environment and Planning D: Society and Space** 2006, volume 24, pages 475-479. 2006

RUSKY, R. Brasileenses Se Unem E Cuidam De Jardins, Praças E Hortas Comunitárias. **Correio Brasileiro**, 11 Jun. 2017. Disponível Em: <[Https://Www.CorreioBraziliense.Com.Br/App/Noticia/Revista/2017/06/11/Interna\\_Revis ta\\_Correio,601481/Brasilienses-Se-Unem-E-Cuidam-De-Jardins-Pracas-E-Hortas-Comunitarias.Shtml](https://Www.CorreioBraziliense.Com.Br/App/Noticia/Revista/2017/06/11/Interna_Revis ta_Correio,601481/Brasilienses-Se-Unem-E-Cuidam-De-Jardins-Pracas-E-Hortas-Comunitarias.Shtml)>. Acesso Em: 1 Mai. 2018.

SANTOS, V. **O poder da Agricultura Urbana**. O Esquina On-line, 2017. Disponível em: <https://medium.com/esquinaonline/o-poder-de-transforma%C3%A7%C3%A3o-da>

agricultura-a153a3a69bf4

SASSEN, S. **Global City**. New York, London, Tokyo: Princeton University Press, 1994.

SAWIO, C. J. Urban Agriculture Research In East And Central Africa: Record, Capacities And Opportunities. **Cities Feeding People Series; Rept. 1**, 1993.

SCHMELZKOPF, K. Urban Community Gardens As Contested Space. **Geographical Review**, V. 85, N. 3, P. 364, 1995. Doi:10.2307/215279.

SCHÜTZE, F. Pesquisa Biográfica E Entrevista Narrativa. In: **Weller, W.; Pfaff, N. (Org.). Metodologias Da Pesquisa Qualitativa Em Educação: Teoria E Prática.**, Ed. 2. Petrópolis: Vozes, P. 210–222, 2011.

SEMA – DF. Virada do Cerrado. Em: **Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, 30/10/2018.**

SKINNER, E. P. **African Urban Life: The Transformation Of Ouagadougou**. Princeton N.J.: Princeton University Press, 1962. Xii, 487. Isbn 0691030952.

SMIT, J.; NASR, J. Urban Agriculture For Sustainable Cities: Using Wastes And Idle Land And Water Bodies As Resources. **Environment And Urbanization**, V. 4, N. 2, P. 141–152, 1992.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTA, A. **Urban Agriculture: Food, Jobs And Sustainable Cities**. 1. Ed.: The Urban Agriculture Network/Undp, 1996.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTA, A. **Urban Agriculture: Food, Jobs And Sustainable Cities**. 2. Ed.: The Urban Agriculture Network/Undp, 2001.

SMITH, D. W. Urban Food Systems And The Poor In Developing Countries. **Transactions Of The Institute Of British Geographers**, V. 23, N. 2, P. 207–219, 1998.

SPECHT, K.; SIEBERT, R.; HARTMANN, I.; FREISINGER, U. B.; SAWICKA, M.; WERNER, A.; THOMAIER, S.; HENCKEL, D.; WALK, H.; DIERICH, A. Urban Agriculture Of The Future: An Overview Of Sustainability Aspects Of Food Production In And On Buildings. **Agriculture And Human Values**, V. 31, N. 1, P. 33–51, 2014. Doi:10.1007/S10460-013-9448-4.

STACCIARINI, I. Moradores Transformam Áreas Abandonadas Em Hortas Comunitárias. **Correio Braziliense**, 2015. Disponível Em: <[Http://Www.Correiobraziliense.Com.Br/App/Noticia/Cidades/2015/05/19/Interna\\_Cidadesdf,483644/Moradores-Transformam-Areas-Abandonadas-Em-Hortas-Comunitarias.Shtml](http://Www.Correiobraziliense.Com.Br/App/Noticia/Cidades/2015/05/19/Interna_Cidadesdf,483644/Moradores-Transformam-Areas-Abandonadas-Em-Hortas-Comunitarias.Shtml)>. Acesso Em: 6 Out. 2017.

SULLIVAN, W. C.; KUO, F. E.; DEPOOTER, S. F. The Fruit Of Urban Nature. **Environment And Behavior**, V. 36, N. 5, P. 678–700, 2004. Doi:10.1177/0193841x04264945.

TAYLOR, J. R.; LOVELL, S. T. Mapping Public And Private Spaces Of Urban

Agriculture In Chicago Through The Analysis Of High-Resolution Aerial Images In Google Earth. **Landscape And Urban Planning**, V. 108, N. 1, P. 57–70, 2012. Doi:10.1016/J.Landurbplan.2012.08.001.

THAPA, R. B.; MURAYAMA, Y. Land Evaluation For Peri-Urban Agriculture Using Analytical Hierarchical Process And Geographic Information System Techniques: A Case Study Of Hanoi. **Land Use Policy**, V. 25, N. 2, P. 225–239, 2008. Doi:10.1016/J.Landusepol.2007.06.004.

THE URBAN AGRICULTURE NETWORK. Agricultura Urbana E Segurança Alimentar: Instalem Vossos Campos Nas Cidades. **Esporo**, 31, Junho, Pp. 1-2, 1999.

TORNAGHI, C. Critical Geography Of Urban Agriculture. **Progress In Human Geography**, V. 38, N. 4, P. 551–567, 2014. Doi:10.1177/0309132513512542.

TSING, A. L. **The Mushroom At The End Of The World: On The Possibility Of Life In Capitalist Ruins**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015. 331 P. Isbn 9780691178325.

TSING, A. **Unruly Edges: Mushrooms As Companion Species**, 2010.

TUAN, YI-FU. **Space And Place: The Perspective Of Experience**. Minneapolis, Minn.: Univ. Of Minnesota Press, 1977. 235 P. Isbn 9780816638772.

UN FOOD GARDENS. **Horta Das Corujas – UN Food Gardens**. Disponível Em: <[Http://Www.Unfoodgardens.Org/Feed-Your-City/Horta-Das-Corujas/](http://www.unfoodgardens.org/feed-your-city/horta-das-corujas/)>. Acesso Em: 1 Abr. 2018.

UN FOOD GARDENS. **Projeto Horta Comunitária Girassol – UN Food Gardens**. Disponível em: <<http://www.unfoodgardens.org/feed-your-city/projeto-horta-comunitaria-girassol/>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

VENNETIER, P. La Vie Agricole Urbaine À Pointe-Noire (Congo). **Cahiers D'outre-Mer**, V. 14, N. 53, P. 60–84, 1961. Doi:10.3406/Caoum.1961.2193.

VENZI, M. Horta Comunitária Divide Opiniões Na Asa Norte. **Jornal De Brasília**, 25 Abr. 2018. Disponível Em: <[Http://Www.Jornaldebrasil.Com.Br/Cidades/Horta-Comunitaria-Divide-Opinioes-Na-Asa-Norte/](http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/horta-comunitaria-divide-opinioes-na-asa-norte/)>. Acesso Em: 1 Mai. 2018.

VILJOEN, A. **Continuous Productive Urban Landscapes: Designing Urban Agriculture For Sustainable Cities**. 1. Ed.: Elsevier Professional, 2005. 304 P. Isbn 0750655437.

WHATMORE, S. **Hybrid Geographies: Natures, Cultures, Spaces**. 1 Oliver's Yard, 55 City Road, London Ecl1y 1sp United Kingdom: Sage Publications Ltd, 2002. Isbn 9780761965671.

WOODS, M. **Assemblage, Globalization And The State**. Warwick Political Geography Conference, 2016.

WOODWARD, K.; DIXON, D. P.; JONES, J. P. **Poststructuralism/Poststructuralist Geographies**. Oxford: Elsevier, 2009. ISBN 9780080449104

YARED, J. A. G. ET AL. Agrossilvicultura: conceitos, classificação e oportunidades para aplicação na Amazônia brasileira. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 1998.

YI-ZHANG, C. Case Study: Urban Agriculture In Shanghai. **Gate Technology And Development**, V. 2, P. 18–19, 1999.

ZASADA, I. Multifunctional Peri-Urban Agriculture—A Review Of Societal Demands And The Provision Of Goods And Services By Farming. **Land Use Policy**, V. 28, N. 4, P. 639–648, 2011. Doi:10.1016/J.Landusepol.2011.01.008.

ZEEUW, H. DE; VAN VEENHUIZEN, R.; DUBBELING, M. The Role Of Urban Agriculture In Building Resilient Cities In Developing Countries. **The Journal Of Agricultural Science**, V. 149, S1, P. 153–163, 2011. Doi:10.1017/S0021859610001279.

ZIBECHI, R. **Territórios Em Resistencia: A Cartografia Política Das Periferias Urbanas Latino-Americanas**. Oakland, Ca: Ak Press, 2015. 173 P. Isbn 9788569437079.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TEMAS PARA AS ENTREVISTAS NARRATIVAS

Nome e idade:

Contexto local da horta

Histórico da horta;

Local da horta;

Elementos materiais da horta;

Elementos imateriais da horta;

Conhecimentos;

Valores;

Técnicas;

Experiências;

Elemento fundamental da horta, segundo os hortelãos;

Contexto cotidiano da horta

Atividades realizadas;

Dinâmica na horta;

Entidades na horta;

Interrelações na horta;

Contexto global da horta

Contexto econômico;

Contexto político;

Contexto social;

Contexto cultural;